Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 6
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 16
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 18
1.5 Principais clientes 28
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 29
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 35
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 36
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 37
1.10 Informações de sociedade de economia mista 40
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 41
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 42
1.13 Acordos de acionistas 43
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 46
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 47
1.16 Outras informações relevantes 48
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 49
2.2 Resultados operacional e financeiro 61
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 62
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 64
2.5 Medições não contábeis 65
2.6 Eventos subsequentes as DFs 68
2.7 Destinação de resultados 70
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 73
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 74
2.10 Planos de negócios 75
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 77
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 78
3.2 Acompanhamento das projeções 79

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 80
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 106
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 108
4.4 Processos não sigilosos relevantes 110
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 113
4.6 Processos sigilosos relevantes 114
4.7 Outras contingências relevantes 117
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 119
5.2 Descrição dos controles internos 128
5.3 Programa de integridade 132
5.4 Alterações significativas 134
5.5 Outras informações relevantes 135
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 136
6.3 Distribuição de capital 139
6.4 Participação em sociedades 140
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 141
6.6 Outras informações relevantes 142
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 143
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 149
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 150
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 152
7.4 Composição dos comitês 156
7.5 Relações familiares 157
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 158
7.7 Acordos/seguros de administradores 160
7.8 Outras informações relevantes 161
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 162

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 167
8.3 Remuneração variável 171
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 172
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 175
8.6 Outorga de opções de compra de ações 176
8.7 Opções em aberto 177
8.8 Opções exercidas e ações entregues 178
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 179
8.10 Outorga de ações 180
8.11 Ações entregues 181
8.12 Precificação das ações/opções 182
8.13 Participações detidas por órgão 183
8.14 Planos de previdência 184
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 185
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 187
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 188
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 189
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 190
8.20 Outras informações relevantes 191
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 192
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 194
9.4 Outras informações relevantes 195
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 196
10.1 Descrição dos recursos humanos 198
10.2 Alterações relevantes 200
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 201
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 203
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 204
10.5 Outras informações relevantes 205
11. Transações com partes relacionadas

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas 206
11.2 Transações com partes relacionadas 209
11.2 Itens 'n.' e 'o.' 220
11.3 Outras informações relevantes 221
12. Capital social e Valores mobiliários
12.1 Informações sobre o capital social 222
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 223
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 224
12.4 Número de titulares de valores mobiliários 226
12.5 Mercados de negociação no Brasil 227
12.6 Negociação em mercados estrangeiros 228
12.7 Títulos emitidos no exterior 229
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 230
12.9 Outras informações relevantes 231
13. Responsáveis pelo formulário
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 232
13.1 Declaração do diretor presidente 233
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 234
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 235

1.1 Histórico do emissor

A Companhia, fundada em 06 de março de 1996 por dois membros da família Battistella, originalmente denominada BBM Serviços e Transportes Ltda., surgiu para o atendimento específico da necessidade de clientes que buscavam serviços logísticos dedicados, que se caracterizam por um contrato de longo prazo, com equipamentos e estrutura de pessoal exclusivos para o atendimento de um determinado cliente.

A prestação desses serviços logísticos dedicados foi o principal filão do negócio da Companhia durante muitos anos, tendo atendido importantes clientes, como Air Products, Air Liquide, Klabin, Braskem, Indústria de Papéis Sudeste, Solenis, CMPC - Celulose Riograndense, entre outros, tendo como principais serviços o transporte criogênico e distribuição de gases do ar para fins industriais e medicinais, carregamento, transporte e apoio ao transporte de madeira, transporte de produtos químicos embalados e a granel, abastecimento e retirada de material de fornos de carvão e seu transporte, transporte e distribuição de produtos siderúrgicos, coleta de sucatas, entre outros.

Durante seu desenvolvimento, a Companhia trafegou por diversos segmentos do mercado de logística do Brasil e do Mercosul, tendo expandido sua atuação para o segmento de gestão de transportes ("*Transportation Management*" ou "TM" – referente aos serviços de transporte de carga geral) no ano de 2009.

Além do transporte rodoviário de cargas para o Mercosul, a Companhia atua nos segmentos de carga geral, tanto na modalidade de lotação, quanto na modalidade de transporte fracionado, atendendo a diversos clientes. A consolidação e crescimento da Companhia até 2015 teve importantes fases, como a troca do sistema de gestão e a utilização de sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*), com módulos de TMS (*Transportation Management System*) e WMS (*Warehouse Management System*) e obtenção e manutenção das certificações de qualidade ISO 9001, ISO 14001 e SASSMAQ.

Em 2015, alinhada com a vontade dos sócios em transformar a empresa em uma plataforma de investimentos e futura abertura de capital, a Companhia altera sua forma de constituição para sociedade anônima e inicia um processo de crescimento e expansão. Ainda em 2015, a Companhia institui o seu Conselho de Administração e passa a se estruturar em unidades de negócios, a fim de possibilitar uma gestão mais focada.

Em 2017, a Companhia recebeu um aporte de capital de um fundo de investimentos, denominado Stratus SCP Coinvestimento I – Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia ("Fundo Stratus"), que atualmente detém 65,60% do capital da Companhia. A partir de 2018, o Conselho de Administração passou a contar com um membro independente.

1.1 Histórico do emissor

Pautada em seu plano de crescimento em novos negócios e em fusões e aquisições, no início de 2018, a Companhia adquiriu as empresas Transeich Assessoria e Transportes S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A, da Kuehne Serviços Logísticos Ltda, braço operacional logístico no Brasil da Kuehne + Nagel Internacional AG., empresa global de transporte e logística com sede em Schindellegi, na Suíça.

Com a aquisição da Transeich, a Companhia aumentou a sua participação no segmento de carga geral, segmento antes não tão representativo, que possuía em sua maioria operações dedicadas aos seus clientes. De forma a suportar esse crescimento, a Companhia estruturou sua operação em regiões e aumentou sua estrutura de apoio em áreas como Gerenciamento de Risco e Perdas Operacionais, Gestão de Veículos e Manutenção.

Em fevereiro de 2019, a Companhia obteve o registro de companhia de capital aberto na categoria A da CVM, além da listagem no segmento Bovespa Mais da B3. Para este processo, a Companhia reestruturou também suas áreas administrativas e de controle visando aumentar o nível de governança corporativa. Foram criados departamentos, tais como compliance e controles internos, além do reforço na estrutura financeira e de controladoria da Companhia e a reestruturação das áreas de Gente e Gestão e Tecnologia da Informação. Em 2019, a Companhia também emitiu sua primeira debênture por meio de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476.

No mesmo ano, adquiriu também 100% do capital social total da Transportes Translovato Ltda, empresa com 40 anos de atuação no setor de transporte de cargas, principalmente no segmento de carga fracionada, atendendo diversas indústrias, tais como o mercado coureiro atacadista, farmacêutico, têxtil, casa e construções, metalúrgico, totalizando mais de 2.700 clientes.

Ainda em 2019 o Conselho de Administração da Companhia passou a contar com dois membros independentes.

O ano de 2019 também marcou o início do projeto de desenvolvimento de uma nova plataforma tecnológica inovadora pela Companhia, um projeto estratégico que tem como objetivo aumentar a eficiência das operações (com níveis de otimização superiores às plataformas existentes atualmente) e melhorar a experiência dos clientes.

Em 11 de setembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da Translag Transportes e Logísticas Ltda. ("Translag"), uma empresa de transporte de cargas na região centro-oeste do Brasil. Com forte complementariedade geográfica na malha de transporte da Companhia, a Translag atua em um modelo *asset light*, de forma que a sua integração permitirá, principalmente, o melhor aproveitamento dos fretes de retorno e oportunidades de *cross selling* com o portfólio de serviços da Companhia.

1.1 Histórico do emissor

Em 1º de dezembro de 2020 foi concluída a aquisição da Diálogo Logística Inteligente Ltda. ("Diálogo"), uma empresa de soluções logísticas para a cadeia de e-commerce, incluindo operações customizadas de *last mile* nas regiões sul, sudeste e nordeste. Atualmente, a Diálogo atende aproximadamente 1.900 cidades, com mais de 16,6 milhões de pedidos entregues em 2022, sendo referência em soluções tecnológicas para o setor.

Com a aquisição da Diálogo, a Companhia pretende acelerar o seu posicionamento no segmento de *e-commerce* e completar o atendimento em toda a cadeia logística, desde o transporte da matéria-prima até a entrega ao consumidor final, sendo agora a única empresa no Mercosul a oferecer uma solução realmente *end-to-end* (E2E) ao mercado e a seus clientes.

Com esta transação, a Companhia também reforça o seu posicionamento e se consolida no mercado logístico, sendo a 4ª aquisição da Companhia desde 2018 e a 2ª aquisição concluída nos últimos doze meses.

Os resultados deste crescimento e melhora de rentabilidade do segmento de TM em 2020, foram positivamente impactados pela Translovato (adquirida em dezembro de 2019) e demonstram a capacidade de integrar aquisições da Companhia.

Em 2021, a Companhia foi certificada como Operador Econômico Autorizado (OEA), sendo reconhecida pela Receita Federal como capaz de gerir os riscos relacionados à segurança física das cargas e à conformidade tributária e aduaneira nas suas operações internacionais. No mesmo ano a Companhia foi eleita pelo Financial Times como uma das empresas que mais se desenvolveu nas Américas, além de ser reconhecida como uma das maiores empresas de transporte rodoviário do Brasil.

O projeto Plataforma Digital continua sendo foco da Administração. A Companhia espera ter o primeiro TMS (*Transportation Management System*) digital do Brasil, o que aumentará significativamente a utilização da frota e reduzirá o custo por quilômetro rodado. Em 2023, o módulo de coleta e entrega foi instalado em dez unidades, melhorando a eficiência operacional e reduzindo custos. E encerramos o ano (2023) com 2 (duas) unidades do segmento de "carga geral" em projeto piloto, com previsão de migrar todas as operações de "carga geral" para a Plataforma até o final do primeiro semestre de 2024.

Conforme Fato Relevante, divulgado em 15 de agosto de 2024, a Companhia iniciou plano de reestruturação de obrigações financeiras com seus principais credores, visando melhorar o perfil do seu endividamento. Essa negociação incluiu termos da 3ª (terceira) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries da Companhia ("Debêntures") após a decretação, por parte dos titulares das Debêntures, do vencimento antecipado, em razão do descumprimento de determinadas obrigações não pecuniárias, o que ocasionou um novo rebaixamento do rating de crédito da Companhia.

1.1 Histórico do emissor

Após concluir a negociação com seus credores, a Companhia, em conjunto com as demais sociedades do seu grupo econômico, quais sejam, Translag Transporte e Logística Ltda., Transeich Assessoria e Transportes S.A., Diálogo Logística Inteligente Ltda. e Transportes Translovato Ltda. (em conjunto com a Companhia, "Empresas BBM"), distribuíram, perante a Vara Regional Empresarial da Comarca de Caxias do Sul, pedido de recuperação extrajudicial, a fim de iniciar o processo de reestruturação de suas dívidas quirografárias em montante equivalente a, aproximadamente, R$ 372.510.196,38 (trezentos e setenta e dois milhões, quinhentos e dez mil, cento e noventa e seis reais e trinta e oito centavos), conforme divulgado em Fato Relevante divulgado em 01 de novembro de 2024.

Após a distribuição da ação, inicialmente em Caxias do Sul, um dos credores apresentou impugnação quanto à competência daquele Juízo para o processamento do pedido de homologação do plano. Diante disso, o Juízo de Caxias do Sul declarou-se incompetente e determinou a remessa do processo ao Juízo de Curitiba, onde passou a tramitar sob o nº 0003049-57.2025.8.16.0194, perante a 25ª Vara de Falências e Recuperação Judicial.

O pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial (RE) foi recebido, ocasião em que foi determinada a suspensão da exigibilidade de todos os créditos sujeitos. Esses créditos deverão ser pagos de acordo com uma das opções previstas no Plano de RE, assim que homologado.

Em 28 de janeiro de 2025, foi atualizada a listagem de credores, consolidando as dívidas do Grupo, classificadas nas seguintes naturezas: debêntures, fornecedores, empréstimos e financiamentos, e contas a pagar por aquisição de controladas. Essa atualização, entretanto, não alterou o quórum necessário para a apresentação do pedido de homologação.

O Plano de RE conta oficialmente com a aprovação de 51% dos credores abrangidos, em conformidade com o art. 161, §1º, da Lei nº 11.101/2005. Importa ressaltar que, mesmo após o prazo legal para adesão, a Companhia continuou a receber manifestações de apoio, alcançando cerca de 70% de adesão dos credores.

O pagamento dos créditos sujeitos ao Plano de RE observará, em linhas gerais, as seguintes condições:

Demais credores: recebimento integral, sem deságio, em parcelas mensais, de fevereiro/2028 a março/2035, com atualização pelo IPCA (variação positiva mensal acumulada) e juros remuneratórios de 4,5% ao ano;

Fornecedores colaboradores: pagamento integral, sem deságio, entre 30 dias e 24 meses (conforme o valor devido), acrescido de sobretaxa de 1% ao mês.

1.1 Histórico do emissor

A administradora judicial nomeada no processo emitiu parecer atestando a viabilidade do plano e o cumprimento dos requisitos legais para sua homologação.

Em 15 de junho de 2026, foi divulgado o Acórdão da sessão de julgamento realizado na 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, que decidiu, por unanimidade de votos, pelo provimento do recurso de apelação da companhia, para homologar na integralidade o Plano de RE.

Com a publicação do Acórdão, iniciaram-se os prazos para cumprimento das obrigações nele previstas, assim como nos demais documentos celebrados no âmbito da reestruturação financeira. Tais obrigações incluem, entre outras, o atendimento de determinados indicadores financeiros e *covenants*, a manutenção e o aperfeiçoamento das garantias constituídas em favor dos credores, a observância de restrições relacionadas à contratação de endividamento adicional e à realização de determinadas operações societárias, a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, bem como o fornecimento periódico de informações financeiras, operacionais e gerenciais aos credores e demais partes previstas nos documentos da reestruturação.

Os documentos da reestruturação também preveem mecanismos de monitoramento do desempenho econômico-financeiro do Grupo, procedimentos de acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas e a comunicação tempestiva de eventos relevantes que possam impactar a capacidade de cumprimento do Plano ou os direitos dos credores abrangidos.

A Administração entende que a homologação do Plano representa um marco relevante no processo de reestruturação financeira do Grupo BBM, contribuindo para o reperfilamento de seu endividamento e para o fortalecimento de sua estrutura de capital. Nesse contexto, a Administração vem adotando as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das condições, obrigações e compromissos estabelecidos no Plano de Recuperação Extrajudicial e nos demais documentos da reestruturação.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nos últimos anos, a Companhia tem estado entre os operadores logísticos que mais têm crescido no Brasil. Fato corroborado pelo reconhecimento dado pelo Financial Times, que nos elegeu na lista "*The America's Fastest Growing Companies 2021*". Nossa receita líquida de serviços vem apresentando crescimento sustentado, com uma taxa anual de crescimento (CAGR) de 14,26% entre os anos de 2020 e 2024. Adicionalmente, parte relevante da nossa receita (31 de dezembro de 2024) possui elevado grau de previsibilidade devido a contratos de médio e longo prazos celebrados com nossos clientes, com prazos entre 36 e 84 meses.

Oferecemos serviços logísticos com foco no transporte rodoviário de cargas, disponibilizando uma ampla gama de soluções que abrangem todas as etapas da cadeia logística, desde o transporte de insumos para o abastecimento de fábricas, passando pelo transporte de produtos acabados, em carga geral e fracionada, distribuição e a integração com outros modais e *last mile*, por meio da BBM e das companhias que adquirimos nos últimos anos e foram integradas a BBM (Transeich, Translovato, Translag e Diálogo). Nos destacamos por nossa capacidade única de atender toda a cadeia logística, ou seja, com *end-to-end solutions* atuando desde a extração de matéria prima (ex.: operações dedicadas florestais), entrega do produto acabado ao consumidor final (carga fracionada) e a entrega de produtos do *e-commerce (last mile)*, conforme mostra o diagrama abaixo.



Figura 1 – A Companhia atende toda a cadeia logística com end-to-end solutions

Temos aproximadamente 2,8 mil clientes, mais de 4.000 veículos (entre veículos próprios e terceiros), 76 filiais no Brasil e presença em diversos países do Mercosul como Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Chile e Venezuela, conforme mostra nosso mapa de atuação abaixo.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Figura 2 – Mapa de atuação da Companhia no Brasil e na América Latina

De acordo com relatório emitido pela consultoria Conexxion, atuamos em um mercado de R$ 198 bilhões, cuja quebra por linha de negócio pode ser observada na figura abaixo.

	Abastecimento de Fábricas	Transferência de Produtos Acabados	Distribuição	Last Mile
Tamanho de Mercado	R$ 53 bilhões	R$ 48 bilhões	R$ 92 bilhões	R$ 5 bilhões
Market Share da BBM	0,5%	0,9%	0,6%	2,0%

Figura 3 – Quebra do Tamanho de Mercado por Linha de Negócio e *Market Share* da BBM

Atualmente, não identificamos nenhum player com 3% ou mais de *market share* no Brasil, e entendemos que a oportunidade de crescimento e consolidação são relevantes. Acreditamos estar bem posicionado para continuar crescendo de forma acelerada e sustentável, explorando tanto oportunidades de expansão orgânica como de consolidação através de aquisições de empresas complementares e sinérgicas às nossas operações, como fizemos em quatro aquisições relevantes concluídas entre 2018 e 2020 que foram as aquisições da Transeich, Translovato, Translag e Diálogo. Essas aquisições foram importantes em termos de complementariedade de serviços e de geografia, nos tornando uma provedora de serviços logísticos end-to-end e contribuindo para focarmos na expansão do segmento de TM – Transportation Management, que possui maior rentabilidade e que atualmente representa maior parte das receitas da Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

(a) TM - Transportation Management

Serviços de transporte rodoviário de cargas, em todas as etapas da cadeia logística, nas modalidades de Carga Geral (*FTL – Full Truck Load* – caminhões dedicados para a carga fechada de um único cliente) e Carga Fracionada (*LTL – Less than Truck Load* – compartilhamento de cargas fracionadas nos veículos para atendimento de diversos clientes) e *last mile* – entrega de produtos adquiridos no e-commerce ao cliente final.

Modelo operacional *asset-light*, pois a maior parte das operações são realizadas com frota terceirizada agregada operando sob nossa gestão, com ciclo de vendas e implantação curto, permitindo crescimento rápido sem necessidade de investimentos relevantes para aquisição de frota.

Nesta unidade de negócios, atendemos todas as etapas da cadeia logística (abastecimento de fábricas, transporte de produtos acabados, distribuição, intermodal e internacional) e diversos setores da economia, tais como: farmacêutico, papel e celulose, indústrias químicas, automobilística, bens de consumo, alimentícia dentre muitos outros.

Em 31 de dezembro de 2024 o segmento de TM representou 75% da Receita Líquida de vendas e atualmente é o foco da Companhia por ser um mercado maior, com maior espaço de crescimento e possuir maior rentabilidade.

(b) DCC - Dedicated Contract Carriage

Operações customizadas e dedicadas para um único cliente, atendendo necessidades específicas, geralmente em operações complexas que exigem especialização em função do tipo de carga, especificidade dos equipamentos utilizados, necessidades de licenças e *know-how* específico.

Por exemplo, hoje atuamos na colheita e no transporte de madeira desde a floresta até o abastecimento de fábricas de papel e celulose, realizamos o transporte de gases criogenados e em cilindros, e temos soluções que integram armazenagem e transporte de containers para importação e exportação, dentre outros serviços.

As operações podem ser feitas com frota e equipe próprias ou através da gestão de terceiros e agregados. Os contratos são de longo prazo, com previsibilidade de volumes, regras de rescisão específicas e geralmente com cláusulas de *take or pay* ou similares.

O processo de venda é técnico e geralmente mais lento do que no caso do TM, pois muitas vezes a operação exige investimentos para compra de ativos, sendo que esses investimentos geralmente podem ser financiados e a depreciação econômica dos ativos ocorre dentro do período do contrato. Os contratos individualmente costumam ter volume e faturamento superiores aos de TM e as operações geram receita recorrente e de longo prazo.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 31 de dezembro de 2025, o segmento representou 20% da Receita Líquida de Vendas.

Pontos Fortes

Posição de destaque no setor logístico

A qualidade dos nossos serviços é reconhecida pela alta confiabilidade de nossas operações, estrutura operacional robusta, crescimento relevante e alta taxa de retenção de clientes.

Atualmente, somos um dos maiores operadores de logística rodoviária no Mercosul, contando com mais de 4.000 veículos (entre veículos próprios e terceiros) em operação, 76 filiais, com abrangência nacional cerca de 10 milhões de toneladas transportadas por ano e 20 milhões de entregas no *last mile (e-commerce)* realizadas em 2024. Além da operação nacional, contamos com unidades operacionais levando nossos serviços e relacionamentos para Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Acreditamos que nossa posição de liderança seja resultado da qualidade de nossos serviços combinada ao forte foco no cliente de nossa equipe de gestão. Os nossos colaboradores trabalham para prover aos clientes as melhores soluções e melhorar a experiência destes a cada contato conosco. Assim, conseguimos gerar resultados positivos e consistentes tanto para nossos clientes quanto para nossos acionistas.

Modelo de negócios diferenciado combinando DCC e TM

Somos uma plataforma *omnichannel* por termos um portfólio completo de serviços e *end-to-end* por atendermos toda a cadeia logística, nos diferenciando de nossos concorrentes. Atuamos tanto em DCC como em TM atendendo diversas etapas da cadeia logística e diferentes indústrias. Este modelo de negócio nos permite combinar previsibilidade e recorrência de receitas com alto potencial de crescimento. Além disso, nos permite explorar oportunidades de *cross-selling* aumentando a carteira de serviços contratos dos clientes existentes e desenvolver soluções integradas e mais eficientes para nossos clientes o que resulta em fidelização da base de clientes e diversas oportunidades de expansão.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

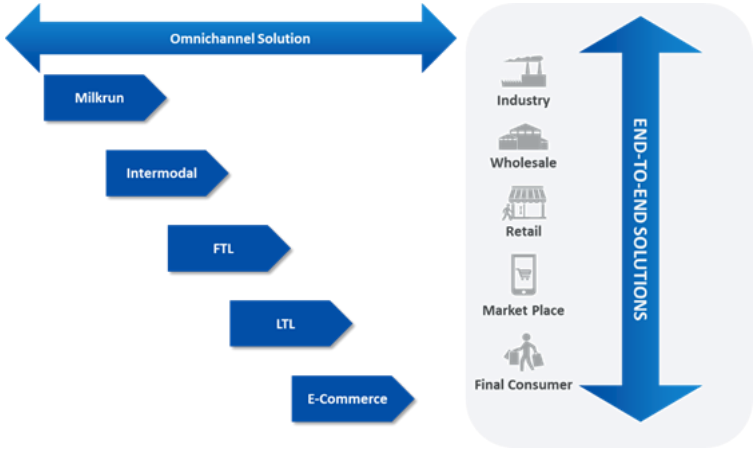


Figura 4 – BBM é uma plataforma *Omnichannel* com *End-to-End Solutions*

Nossa plataforma *End-to-End* permitiu que nossos clientes escalassem sua base contratada ao longo dos anos, expandindo os serviços contratados e aumentando a receita bruta de seus contratos.

Experiência no desenvolvimento de soluções logísticas eficientes

Acreditamos que nossa posição de liderança está suportada pela nossa abordagem de conhecer profundamente as necessidades dos nossos clientes para a partir daí desenvolver soluções adequadas e eficientes para cada necessidade. A atuação completa, com DCC e TM, em todos os elos da cadeia logística e para diversas indústrias nos dá um conhecimento único do funcionamento das cadeias, alternativas disponíveis e especificidades de cada operação.

Aliado a isso, a execução profissionalizada, atenta aos mínimos detalhes, permite que os clientes se concentrem em seus respectivos core businesses e resulta em altos índices de satisfação e baixa rotatividade. Esse know-how adquirido ao longo do tempo nos auxilia a desenvolver soluções logísticas diferenciadas, colocando-nos em uma posição de destaque em relação aos outros concorrentes. Desse modo, nossos relacionamentos estão em constante melhoria, gerando uma relação consistente e de longo prazo com os clientes.

Geração de caixa com previsibilidade e recorrência

No segmento DCC, contratos de longo prazo (3 a 8 anos), muitas vezes com cláusulas de take-or-pay e volumes programados garantem previsibilidade para nossa geração de caixa em um modelo de maior capital intensivo, sem comprometer retornos atrativos sobre o capital empregado. Atendemos as empresas de grande porte e bastante reconhecidas através de soluções de transporte altamente especializadas, principalmente no segmento florestal, químico e gases do ar.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

No segmento de TM (*Transport Management*), embora os prazos dos contratos costumem ser menores do que no DCC e a previsibilidade de volumes e receitas também, a necessidade de investimentos em frota é limitada e o processo de venda e implantação é mais rápido, resultando em um perfil de maior crescimento, escalabilidade e alto nível de recorrência de demanda.

Equipe de gestão de primeira linha com grande expertise

Nosso time de gestão possui profissionais com um grande conhecimento do setor logístico brasileiro e que combinam experiências de diferentes indústrias e negócios.

A gestão profissionalizada, com uma cultura de resultados e excelência operacional e foco no cliente tem alcançado resultados positivos expressivos para a companhia. Este fator foi chave para o sucesso de nossos negócios nos últimos anos, mesmo em um cenário macroeconômico adverso no país e continuará sendo um elemento central na companhia para suportar a continuidade de seu crescimento.

Capacidade de realizar e integrar aquisições

O histórico, com quatro aquisições relevantes no período 2018 – 2020, demonstra nossa capacidade de executar e integrar aquisições. Em um setor altamente fragmentado, acreditamos fortemente nesta via de crescimento e entendemos estar muito bem-posicionados, como plataforma consolidadora para explorar estas oportunidades.

Nossa capacidade de integração pode ser exemplificada pelas aquisições da Translovato em 2019 (com atuação geográfica no sul e sudeste) e Translag em 2020 (com foco no centro-oeste e atuação também no norte e nordeste). Integramos as duas operações e passamos a oferecer aos nossos clientes serviços LTL do sul do Brasil com destino a clientes B2B no Centro-Oeste, Nordeste e Norte.



Figura 9 – Mapa mostrando a integração entre as aquisições da Translag e Translovato

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Números históricos nas integrações

Importante ressaltar que a Translovato após ser adquirida, teve ampliação da área de abrangência e atualmente, atende todo o território nacional.

A Translovato obteve um crescimento de 2,6% de receita bruta (R$421,8 milhões em 2020), 42,2% de EBITDA (R$49,1 milhões em 2020) em relação ao ano anterior. Além de promover um crescimento de ROIC Marginal da BBM em TM de 34,1 p.p. (52,4% em 2020), com a aquisição conseguimos capturar cerca de 27% do EBITDA da adquirida em 2020, e a evolução das sinergias estimadas versus a capturada pode ser observada no gráfico abaixo.

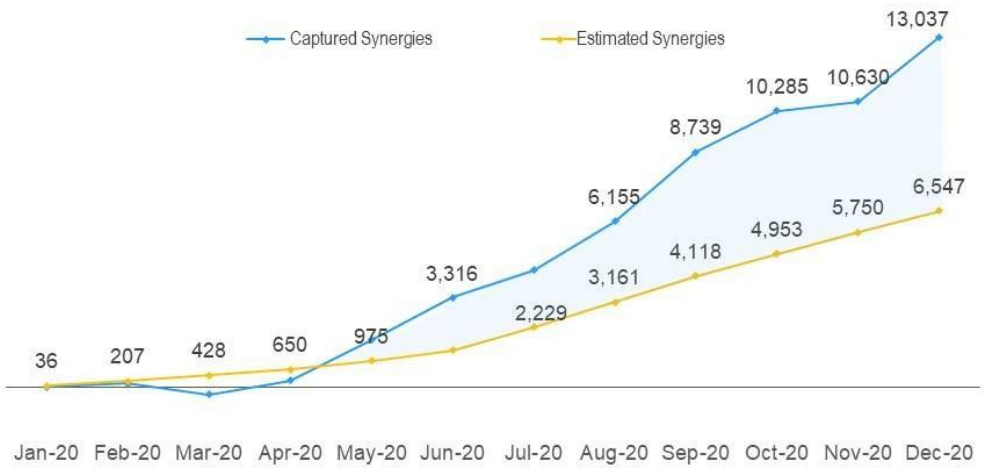


Gráfico 6 – Evolução das Sinergias Estimadas versus Capturadas

A aquisição da Diálogo em 2020 nos permitiu oferecer os serviços de e-commerce *last mile* entregando os produtos adquiridos no e-commerce ao cliente final. A Diálogo fez 8 milhões de entregas em 2020 e possui 2,4% de *market share* em número de entregas para e-commerce, calculado de acordo com os dados fornecidos no relatório do Instituto de Logística e *Supply Chain* de 2020. A Diálogo possui uma plataforma de clientes diversificada, com aproximadamente 30% de suas entregas em Capitais (correspondendo a 15 cidades), 23% em áreas metropolitanas (com 79 cidades) e 46% na região rural (com 1.865 cidades).

Reconhecimento em diversas premiações e rankings

Somos reconhecidos por diversas premiações e rankings devido ao nosso crescimento e qualidade de serviços.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nos últimos anos, a BBM Logística vem consolidando sua posição como uma das principais empresas de logística integrada do Mercosul, fortalecendo continuamente sua atuação por meio de inovação, tecnologia, excelência operacional e elevado nível de serviço.

A Companhia tem recebido reconhecimentos relevantes de clientes e do mercado pela qualidade de suas operações, destacando-se especialmente pelos elevados índices de SLA, consistência operacional e capacidade de execução logística em operações de alta complexidade. Em 2025, a BBM recebeu reconhecimentos de importantes parceiros estratégicos, incluindo premiações relacionadas às operações da Amazon e Klabin, reforçando sua reputação em desempenho operacional, confiabilidade e eficiência logística.

Além disso, a BBM segue investindo fortemente em inovação e transformação digital por meio de iniciativas internas como o BBM Tech Summit, BBMInX, Programa Excelência ao Cliente e Rumo ao Topo, programas que impulsionam o desenvolvimento tecnológico, a melhoria contínua e a experiência do cliente em toda a cadeia logística.



Figura 10 – Prêmios, Reconhecimentos e Certificações

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nossa Estratégia

Nosso objetivo é manter o crescimento consistente explorando a oportunidade enorme que temos pelo tamanho e fragmentação do mercado em que atuamos.

Queremos explorar nossos diferenciais competitivos aumentando nossa presença nos clientes e nos segmentos de mercado em que atuamos, sempre seguindo nossa abordagem de oferecer as melhores soluções e desenvolver relacionamentos de longo prazo com clientes, baseados na confiança e qualidade de nossas operações.

Para isto, buscaremos também oportunidades de expansão geográfica, de serviços e/ou de indústrias atendidas, sempre de forma estratégica, compondo e reforçando nosso portfólio de soluções e objetivando manter e melhorar nossa rentabilidade, gerando valor para ambos clientes e acionistas.

Continuaremos a perseguir estes objetivos através tanto da expansão orgânica como através de aquisições estratégicas, melhorando nossos serviços com uso intensivo de tecnologia (como temos feito e nos permitiu alcançar um crescimento sustentável relevante mesmo em um período de dificuldade macroeconômica).

Alguns pontos relevantes para execução de nossa estratégia são:

Consolidação - realizar aquisições em nossos segmentos de atuação e em segmentos complementares

O setor de transporte rodoviário no Brasil ainda é muito fragmentado, com companhias de pequeno e médio portes, e com amplas oportunidades para consolidação. Desta forma, monitoramos frequentemente e de forma seletiva, através de nossa área de M&A, oportunidades nos nossos segmentos de atuação e aqueles complementares às nossas atividades. Buscamos oportunidades que apresentem sinergia com o modelo de negócio, a fim de contribuir com o crescimento, capilaridade, rentabilidade, portfólio de produtos e clientes, ganhos de escala e geração de valor aos nossos acionistas. Nosso histórico de aquisições comprova o criterioso processo de avaliação de oportunidades e capacidade de execução de nosso time.

Rede logística - Expandir nossa base de Parceiros BBM

O sucesso de nossa Companhia é fruto de uma combinação de fatores que se complementam para fazer a nossa estratégia funcionar. Dentre esses fatores, um dos mais importantes é a base de motoristas agregados, cuja gestão e expansão é feita através do projeto Parceiros BBM. Este projeto faz a atração, treinamento e capacitação desses motoristas para garantir a qualidade do serviço prestado por nós e assim, levar a nossa marca por todo o território nacional. Nós acreditamos que parcerias positivas para ambos os lados resultam em relacionamentos consistentes e duradouros. Intensificaremos o desenvolvimento da profissionalização dos

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

motoristas agregados através de treinamentos, a realização de eventos inclusivos que se estendem aos familiares e principalmente geração de produtividade para garantir a fidelização e continuar expandindo nossa base de agregados para podermos atuar cada vez mais em mais regiões e com maiores volumes.

Expansão orgânica – Aumentar nossa representatividade na base de clientes atual e diversificar a mesma

Temos apresentado um forte crescimento orgânico que, junto com nossas aquisições recentes, nos permitiu ter uma base de clientes diversificada e composta, em grande parte, por multinacionais e clientes de primeira linha.

Entendemos que há diversas oportunidades de aumentar nossa representatividade dentro de nossos clientes atuais e em novos clientes nos segmentos em que já atuamos. Explorando o *know-how* e o portfólio de serviços que já possuímos, vamos explorar oportunidades de *cross selling* e buscar novos clientes.

Também mapeamos constantemente novos mercados potenciais, a fim de identificarmos segmentos que tenham demandas semelhantes às que atendemos, e para desenvolver novas soluções a partir da nossa estrutura operacional e portfólio de serviços diversificado, explorando também sinergias entre soluções e segmentos. Estabelecemos uma área comercial forte que atua de forma estruturada a partir de um planejamento centralizado para atingir e superar nossas metas de crescimento.

Tecnologia - Desenvolvimento plataforma tecnológica para otimizar nossas operações

Estamos construindo soluções proprietárias que vão muito além de um único sistema: aplicativos e portais para clientes, o Centro de Controle Operacional (CCO) digital, agentes de Inteligência Artificial aplicados ao dia a dia da operação, um *Data Lake* robusto com *Databricks* e um barramento de integração que conecta toda a companhia.

O programa BBMInX é parte fundamental desse processo: ele estimula a inovação aberta e interna, valorizando ideias de colaboradores que conhecem profundamente os desafios da logística. É a partir dessas iniciativas que conseguimos criar sinergia entre as empresas do grupo e acelerar o desenvolvimento de soluções que realmente fazem sentido para o negócio e para os clientes.

Já começamos a capturar ganhos concretos, como maior velocidade de resposta ao cliente, melhor visibilidade das operações e maior produtividade das equipes, e sabemos que este é apenas o começo. A cada novo ciclo, a plataforma se expande, conectando dados, pessoas e processos, sempre com o objetivo de oferecer a melhor solução logística e fortalecer o papel da BBM como referência tecnológica na América Latina.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

Nossas demonstrações financeiras estão segmentadas nas nossas duas grandes áreas de atuação: DCC e TM. Atualmente, os serviços oferecidos pela Companhia incluem:

(a) *DCC - Dedicated Contract Carriage* – Neste segmento atuamos fortemente com frota própria, mão de obra intensiva e com alto grau de treinamento, além de equipamentos diversos a fim de garantir a entrega da necessidade logística de cada cliente, sendo os principais serviços prestados nesse segmento os seguintes:

- Transporte de carga seca na modalidade lotação nacional;
- Transporte de carga química embalada na modalidade lotação nacional;
- Transporte de carga química na modalidade granel nacional;
- Transporte de carga química na modalidade granel criogenado;
- Transporte de toretes de madeira na modalidade granel;
- Carregamento de toretes de madeira;
- Apoio a operações de carregamento e transporte de toretes de madeira;
- Transporte, estufagem e desestufagem de contêineres de carga seca;
- Armazenagem e movimentação de carga seca;
- Cessão de mão de obra.

(b) *TM – Transportation Management* – Neste segmento atuamos com três formatos de prestação de serviços: com frota e motoristas próprios, com equipamentos agregados (onde há um contrato entre a companhia e o TAC – Transportador Autônomo de Cargas e o semirreboque é de propriedade da Companhia), e com equipamentos de terceiros, contratados de forma "spot". Os principais serviços prestados no TM são:

- Transporte de carga seca na modalidade lotação nacional e no Mercosul;
- Transporte de carga seca na modalidade fracionada nacional e no Mercosul;
- Transporte de carga química embalada na modalidade lotação nacional e no Mercosul;
- Transporte de carga química na modalidade fracionada nacional e no Mercosul;
- Transporte de carga química na modalidade granel nacional e no Mercosul;
- Transporte de contêineres de carga seca;
- *Milk run* de carga seca;
- *Cross docking* e movimentação de cargas de carga seca.

Sem prejuízo, a Companhia pode ofertar outros serviços que atendam às necessidades logística dos seus clientes, atuais ou novos, desde que estejam dentro do planejamento estratégico da Companhia.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Em 31 de dezembro de 2025, o segmento de TM representou 80% da Receita Líquida de vendas atingindo R$ 1.099 milhões. Já o segmento DCC representou 20% da Receita Líquida de vendas atingindo R$ 246.599 milhões.

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não possuímos abertura do lucro líquido por segmento, pois em nosso sistema de apuração de resultados não fazemos alocação do resultado financeiro e imposto de renda por segmento.

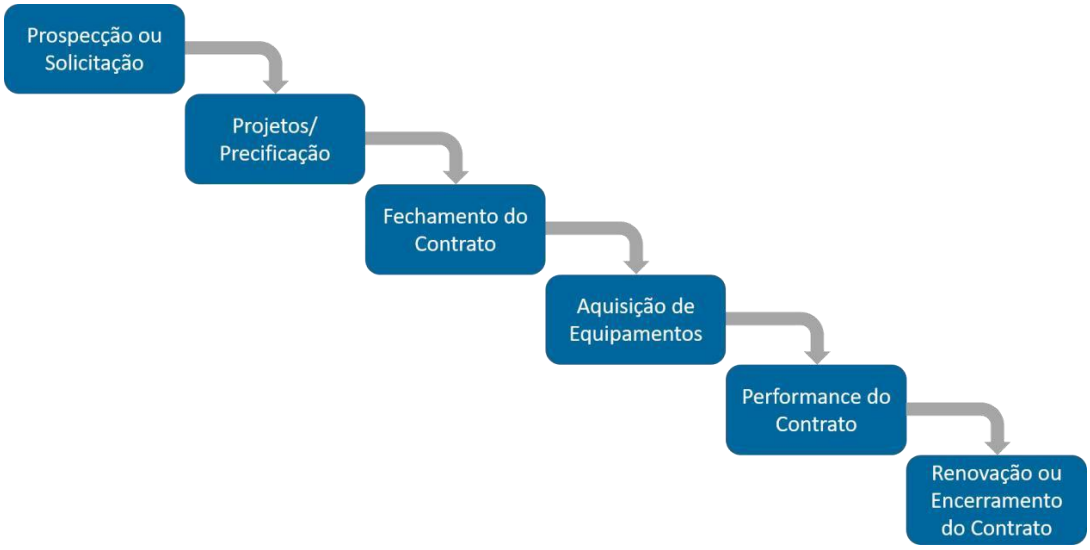
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a) Características do processo de produção

(a) DCC - Dedicated Contract Carriage

O segmento DCC tem foco na prestação de um serviço de logística integrada, visando oferecer soluções customizadas para a necessidade dos clientes. Os equipamentos são compostos por veículos dedicados a cada operação. Em muitos casos há equipamentos específicos como caminhão pipa, caminhão comboio, área de vivência, gruas de carregamento florestais, tanques químicos, carretas florestais, ou seja, buscamos oferecer os melhores equipamentos otimizando a relação custo/benefício para nossos clientes. Neste segmento, é comum a utilização de equipamentos próprios, que podem ser financiados via Finame ou leasing, economicamente depreciados dentro do período contratual, mas em alguns casos também utilizamos frota terceirizada dedicada (principalmente no modelo de agregados). Este segmento tem um fluxo operacional específico e direcionado às características de cada contrato e operação. Dispomos de central de operações e tecnologia de ponta, com acompanhamento via rastreador para controle de tempos, resgate de motoristas e controle de jornada.

O ciclo operacional do DCC apresenta as seguintes fases:



A prospecção ou solicitação inicia-se pelo estudo preliminar das necessidades do projeto, escopo inicial e área de atuação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Na fase de projetos/precificação é executado um levantamento minucioso dos dados necessários para o correto entendimento das necessidades de cada cotação/projeto, com realização de diversas reuniões, visitas técnicas e análises de viabilidade econômico-financeiras, chegando à determinação do modelo operacional e dos equipamentos que serão utilizados naquele projeto.

No fechamento de contrato são determinadas todas as premissas, com base nos levantamentos do processo anterior, e são elencadas as bases do SLA (*service level agreement*) relativo à performance do contrato, definindo os itens de responsabilidade de cada parte, fornecedor e cliente.

Após o fechamento do contrato com o cliente, e respeitando as definições do projeto, ocorre a aquisição dos equipamentos ou contratação da frota (no caso de terceiros agregados) necessários para a operação definida no contrato/projeto.

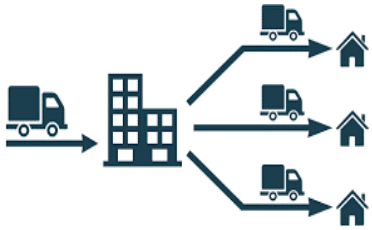
Após o fechamento de todos os itens anteriores, é iniciada a prestação do serviço dentro das condições predispostas no contrato e com as devidas medições, que podem ser, por exemplo em horas, km, tonelagem, volume.

Percorrido o prazo contratual, ocorre nova negociação para balizamento de preços e condições. Possuímos um histórico positivo de renovação de contratos, com contratos sendo renovados periodicamente, inclusive com um caso de mais de 20 anos de contrato.

(b) TM - Transportation Management

O Segmento de TM consiste no deslocamento por meio do modal rodoviário, de insumos ou produtos acabados, da ponta de fornecimento ao seu destino, ou seja, o escoamento de produtos de nossos clientes no sistema “ponto a ponto”, através da modalidade de carga completa, ou fracionada, sendo que cerca de 98% da carga é transportada com terceiros e agregados.

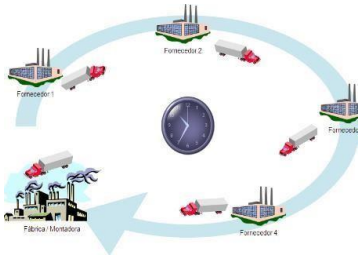
Este modelo, .com contratos de médio prazo com os clientes (cerca de 24 a 36 meses), possui um alto nível de terceirização, resultando em uma baixa necessidade de investimento para reposição de ativos e para expansão da operação. Os principais ativos adquiridos são os semirreboques.



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

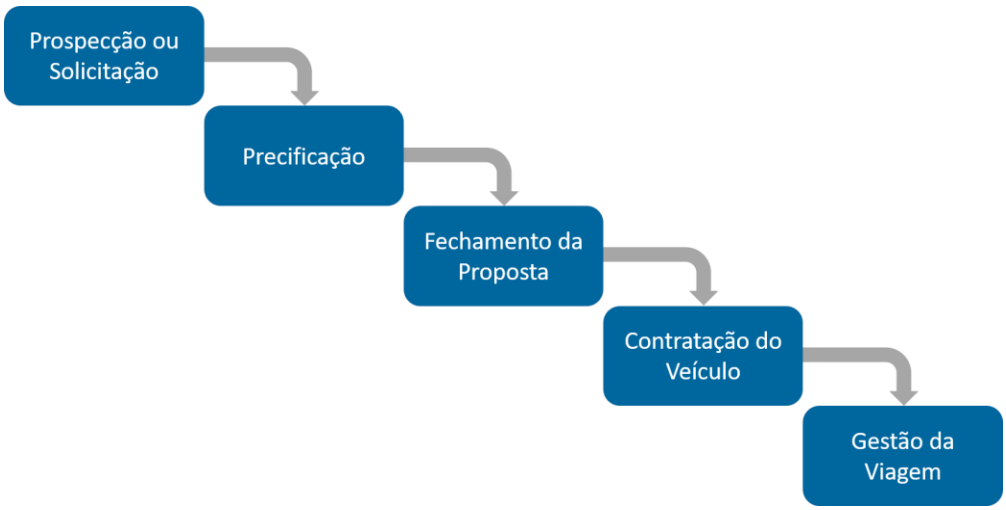
Alguns exemplos de serviços específicos que oferecemos no segmento TM são:

Cross docking (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada, mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega).



Milk Run (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em um ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino, sempre em horários pré-estabelecidos).

O ciclo operacional do TM apresenta as seguintes fases:



A prospecção ou solicitação inicia-se pelo estudo preliminar das necessidades do cliente, contendo origem e destino e detalhamento da mercadoria a ser transportada.

Na fase de precificação é definido o modelo de atendimento (frota, agregado ou terceiro) e a partir do custo é formado o preço de venda, que deve observar as determinações mínimas de margens/rentabilidade definidas pela diretoria.

Estando as partes de acordo com as premissas e valores, ocorre o fechamento do contrato.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Após a definição do modelo operacional parte-se ao mercado para fazer a contratação do(s) veículo(s) que fará(ao) a(s) viagem(s).

Durante a prestação dos serviços, nossa central de operações faz o acompanhamento das viagens ponto a ponto com o controle de tempos e condições de tráfego, gerando informações seguras tanto aos motoristas quanto aos clientes, 24 horas por dia.

Atualmente, considerando todos os segmentos de atuação, a BBM Logística conta com mais de 6.000 veículos próprios e parceiros, 74 unidades operacionais estrategicamente distribuídas, mais de 430 mil m² de área operacional e um time com mais de 4.000 colaboradores.

b) Características do processo de distribuição

Por se tratar de prestação de serviços, todas as características da sua operacionalização estão informadas no item a. acima.

c) Características dos mercados de atuação, em especial:

(i) participação em cada um dos mercados

O Brasil possui uma das maiores malhas rodoviárias do mundo e uma matriz de transporte fortemente dependente do modal rodoviário, responsável por aproximadamente 65% da movimentação de cargas no país, segundo dados do Panorama ILOS – Custos Logísticos no Brasil 2024/2025. Com dimensões continentais e elevada complexidade operacional, a logística desempenha papel estratégico no desenvolvimento econômico nacional.
De acordo com estudos mais recentes da ILOS, os custos logísticos no Brasil seguem representando aproximadamente 18% do PIB brasileiro entre 2024 e 2025, percentual superior à média observada em economias mais desenvolvidas, refletindo desafios estruturais relacionados à infraestrutura, eficiência operacional e integração modal. Dentre os custos logísticos totais, a maior participação permanece concentrada em transporte, representando cerca de 9% do PIB, seguida por estoques (aproximadamente 7%), armazenagem (cerca de 1,5%) e custos administrativos (aproximadamente 0,7%).

Além disso, o mercado brasileiro de logística terceirizada continua altamente pulverizado, composto majoritariamente por empresas de pequeno e médio porte. Atualmente, o setor reúne centenas de milhares de transportadores autônomos e mais de 150 mil empresas de transporte e logística ativas no país, reforçando a elevada competitividade, capilaridade e fragmentação do segmento.

Esse cenário contribui para elevados níveis de informalidade e heterogeneidade operacional no setor logístico brasileiro. Dados mais recentes da ANTT indicam que grande parte da frota nacional ainda possui idade média elevada, especialmente

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

entre transportadores autônomos e pequenas operações, impactando diretamente eficiência operacional, segurança e nível de serviço.

Nesse contexto, a BBM Logística se destaca de forma competitiva no mercado, contando com uma estrutura operacional moderna, tecnologia embarcada, rastreabilidade e gestão integrada de frota. Além disso, a Companhia possui uma frota com baixa idade média em comparação ao mercado, permitindo maior eficiência operacional, redução de riscos, maior disponibilidade dos ativos e oferta de serviços com elevado padrão de qualidade e confiabilidade.

Devido à alta pulverização do setor e à ampla diversidade de segmentos atendidos, não é possível determinar com precisão a participação da Companhia em seus mercados de atuação. No entanto, a Companhia entende que é uma das maiores empresas brasileiras com atuação no segmento DCC, apresentando receita bruta de vendas da ordem de R$ 292 milhões em 2025.

O segmento de TM é bastante pulverizado, porém a Companhia, a partir da aquisição da Translovato, entende estar entre as maiores empresas do segmento no Brasil com receita bruta de vendas de R$ 1.307 milhões no segmento TM, com mais de 1.300 equipamentos (entre frota própria e terceirizada) disponíveis para atuação em tal área. Por meio da aquisição da Diálogo em 2020, player relevante em entregas de e-commerce, a BBM Logística passou a ter participação mais relevante no setor de e-commerce.

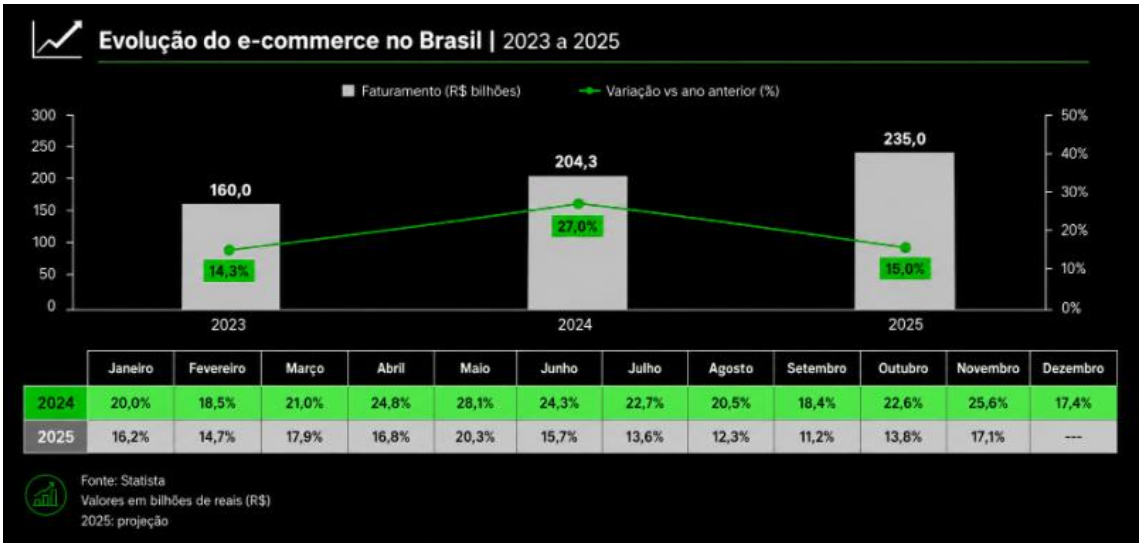
O e-commerce representa um mercado de alto potencial de crescimento e constitui um dos principais pilares da estratégia de expansão da Companhia. Apesar de o Brasil ainda apresentar menor penetração do comércio eletrônico em comparação a mercados mais maduros, dados recentes da Statista demonstram a contínua evolução do setor e o crescimento expressivo das vendas online no país nos últimos anos.

Esse avanço é impulsionado pela crescente digitalização do consumo e pela busca dos consumidores por maior conveniência, agilidade e acessibilidade nas compras. O fortalecimento da cultura digital, aliado à ampliação do acesso aos canais online, vem acelerando a expansão do comércio eletrônico em diversos segmentos da economia.

Segundo projeções da Statista, o mercado global de e-commerce deverá manter trajetória consistente de crescimento até 2025, com expectativa de superar US$ 7 trilhões em vendas globais. No Brasil, o setor também segue em expansão, com projeções de crescimento contínuo do faturamento do comércio eletrônico, reforçando o potencial estratégico e as perspectivas positivas para os próximos anos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados





	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2024	20,0%	18,5%	21,0%	24,8%	28,1%	24,3%	22,7%	20,5%	18,4%	22,6%	25,6%	17,4%
2025	16,2%	14,7%	17,9%	16,8%	20,3%	15,7%	13,6%	12,3%	11,2%	13,8%	17,1%	---

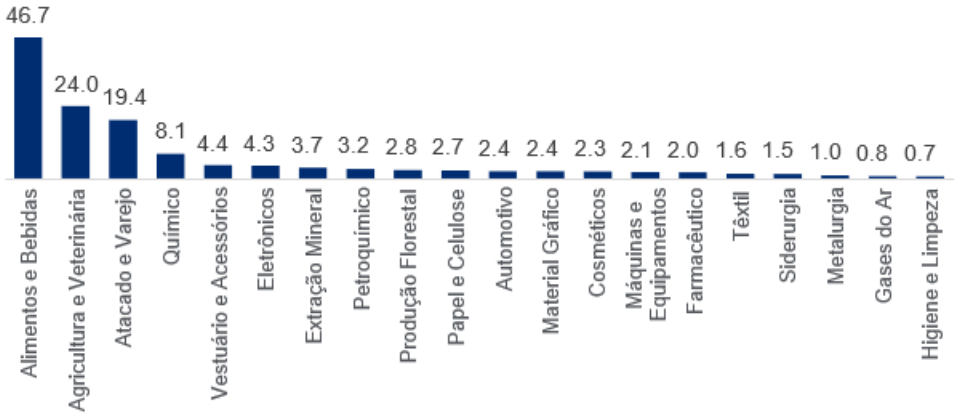
Aliado ao alto crescimento do e-commerce, a tendência de entrada de operadores logísticos tanto na participação em si quanto na responsabilidade de entrega é cada vez mais forte nesse segmento. Segundo dados recentes do setor, aproximadamente 35% dos operadores já atuam no e-commerce, 40% possuem interesse ou planos de expandir operações nesse canal nos próximos anos, enquanto cerca de 25% ainda não operam nesse segmento.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



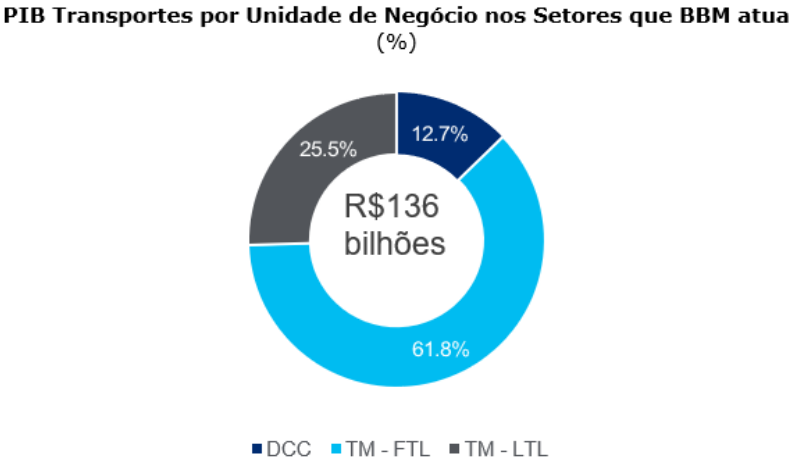
A BBM Logística atua de forma integrada em todas as etapas da cadeia logística do Brasil, desde o fornecimento de matérias-primas para fábricas até a entrega do *last-mile* para clientes comerciais e residenciais. Além de oferecer soluções integradas, a BBM atua em diversos setores no mercado de transportes. Segundo estudos internos, a Companhia estima que dos R$200 bilhões do PIB de Transportes no Brasil, grande parte dele (cerca de 68%) é representado por setores em que a BBM tem posição relevante. Assim sendo, setores como alimentos e bebidas, agricultura e veterinária, atacado e varejo, químico, produção florestal, papel e celulose, entre outros representam aproximadamente R$136 bilhões do PIB de transporte total.

PIB Transportes por Setor que BBM atua
(R$ bi)



Fonte: *Companhia (Estudo Interno - Connexxion)*

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: *Companhia (Estudo Interno - Connexxion)*

(ii) condições de competição nos mercados

O mercado de logística no Brasil permanece altamente competitivo, especialmente no segmento de transporte rodoviário de cargas, impulsionado pela elevada fragmentação do setor. Segundo dados atualizados da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o país conta atualmente com mais de 230 mil Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas (ETCs) registradas e mais de 900 mil Transportadores Autônomos de Cargas (TACs), reforçando o elevado nível de concorrência e pulverização do mercado.

Trata-se de um setor com elevada sensibilidade a preço, especialmente nas operações de transporte de grande escala. No entanto, para clientes de médio e grande porte, fatores como qualidade operacional, rastreabilidade, tecnologia, capacidade de atendimento e nível de serviço tornam-se diferenciais estratégicos relevantes para contratação e retenção de fornecedores logísticos.

Nesse contexto, a garantia de níveis elevados de serviço, previsibilidade operacional e eficiência logística são fatores fundamentais para manutenção de contratos de longo prazo, rentabilidade das operações e fortalecimento da posição competitiva das companhias do setor.

No segmento de operações dedicadas e soluções logísticas customizadas, a competição tende a ser mais concentrada entre empresas com elevada capacidade de investimento, estrutura operacional robusta, tecnologia embarcada e expertise técnica específica. Além disso, o setor enfrenta crescente competitividade na atração e retenção de mão de obra qualificada, especialmente diante da evolução tecnológica e da digitalização das operações logísticas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Já no segmento de transporte rodoviário e cargas fracionadas, o número de competidores é significativamente maior, incluindo grandes operadores nacionais e empresas regionais especializadas. Apesar disso, o mercado brasileiro ainda possui poucos players com efetiva escala nacional, elevado nível de governança corporativa, capacidade de investimento, integração tecnológica e atuação end-to-end na cadeia logística.

Diante desse cenário, a consolidação do setor segue como uma tendência relevante no mercado logístico brasileiro, impulsionada pela busca por eficiência operacional, ganho de escala, tecnologia e melhoria contínua dos níveis de serviço.

d) Eventual sazonalidade

A Companhia apresenta sazonalidade em sua receita, principalmente no segmento TM, o qual tem na segunda metade do ano seu período mais aquecido, seguindo a típica tendência de alguns setores que atendemos. Já o 1° trimestre, em termos de receita, geralmente representa o menor no ano, justificado principalmente por férias coletivas de outros setores da economia, como por exemplo, o automobilístico. Ocorre queda nos volumes de transporte nos meses de férias, como dezembro, janeiro e fevereiro, e em meses com menos dias úteis ou com muitos feriados. O resultado de janeiro, por exemplo, pode ser até 20% inferior a um mês de faturamento normal.

Como o segmento DCC está fundamentado em contratos de médio e longo prazo que possuem cláusulas de produção e produtividade, este sofre menor impacto de sazonalidade de mercado, ficando exposto a volatilidade da operação do cliente, porém em muitos casos tal volatilidade é compensada pela remuneração *take or pay*, que prevê pagamentos pela disponibilidade no atendimento, independentemente da produtividade.

e) Principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia possui diversos fornecedores, especialmente tendo em vista sua atuação em uma grande área geográfica (Brasil e Mercosul), podendo ser elencados como principais segmentos os fornecedores de:

- Equipamentos tratores (cavalos mecânicos e caminhões);
- Equipamentos de transporte, caixas de carga (semirreboques, reboques e carrocerias);
- Equipamentos de carregamento e apoio (escavadeiras hidráulicas e tratores);
- Equipamentos de colheita florestal e *forwarders*;
- Combustíveis (diesel S500, diesel S10 e arla);

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Peças e mão de obra de manutenção;
- Pneus e recapeamento de pneus;
- Sistemas de controle;
- Sistemas de rastreamento, monitoramento e telemetria;
- Equipamentos eletrônicos, de informática e celulares.

As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Há dependência pequena da quantidade de fornecedores nos equipamentos de transporte, mais especificamente para aquisição no mercado de semirreboques. No entanto, a Companhia entende que possui alternativas para suprir essa falta, como a locação de veículos ou, ainda, realização de reformas que deem maior vida útil aos seus equipamentos, de modo que os riscos de abastecimento relacionados à falta de alguns fornecedores ficam mitigados.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

A volatilidade dos preços de frete é vinculada a demanda nos casos dos transportes de carga geral e fracionado (segmento TM) e principalmente em rotas onde não há carga de retorno. Os preços também apresentam volatilidade em função da variação dos preços dos combustíveis.

Nosso principal combustível é o diesel, atrelado à cotação do petróleo, o que, portanto, o torna suscetível a variações no seu preço.

1.5 Principais clientes

a) Cliente responsável por mais de 10% da receita líquida total

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhum cliente responsável por mais de 10% da receita líquida total.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não se aplica, tendo em vista a resposta ao item anterior.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Para o exercício de suas atividades, conforme descritas no objeto social do seu Estatuto, a Companhia mantém um relacionamento com diversos órgãos da administração pública, tais como:

Ministério da Infraestrutura

O Ministério da Infraestrutura é o órgão responsável pelo assessoramento do Presidente da República na execução e formulação e da política de transporte do país. Ele tem suas competências definidas na lei n° 13.844, de 18 de junho de 2019, lei esta, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Direta Federal.

Dentre as atribuições do Ministério da Infraestrutura, há competências que impactam diretamente a atividade da Companhia, como a formulação da política nacional de transporte rodoviário de cargas e o planejamento estratégico das prioridades para investimento em transportes.

ANTT

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT é uma autarquia criada pela Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, integrante da Administração Pública Federal Indireta, responsável pela regulação e fiscalização dos transportes terrestres no Brasil, vinculada ao Ministério da Infraestrutura e submetida ao regime autárquico especial, caracterizado pela independência administrativa, autonomia financeira e funcional e mandato fixo de seus dirigentes.

Além de ser o ente competente para realizar a fiscalização e regulação do transporte rodoviário de cargas, ainda lhe compete a implementação das políticas formuladas pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT e pelo Ministério da Infraestrutura.

CONTRAN

O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) é o órgão máximo normativo, consultivo e coordenador da política nacional de trânsito, competente pelo Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e responsável pela regulamentação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Foi criado pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Polícia Rodoviária Federal

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma instituição policial ostensiva de atuação de âmbito nacional, subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, cuja principal função é garantir a segurança com cidadania nas rodovias federais e em áreas de interesse da União. Assim, combate as mais variadas formas de crimes nas rodovias e estradas federais do Brasil e monitora e fiscaliza o trânsito de veículos, bens e pessoas.

Suas competências são definidas pela Constituição Federal, no artigo 144, pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), no artigo 7, inciso V, pelo Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995 e pelo seu regimento interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Carga (RNTR-C)

A Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, conforme alterada, dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas realizado em vias públicas, no território nacional, por terceiros. O transporte de carga pode ser exercido por pessoa física ou jurídica em regime de livre concorrência e depende de prévia inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nas seguintes categorias: (i) Transportador Autônomo de Cargas - TAC, no caso de pessoa física que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade profissional; e (ii) Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas - ETC, no caso de pessoa jurídica que tenha o transporte rodoviário de cargas a sua atividade principal.

A regulamentação infralegal referente ao RNTR-C está contida, atualmente na Resolução da ANTT nº 4.799 de 27 de julho de 2015, conforme alterada ("Resolução ANTT 4.799/2015"). A Resolução ANTT 4.799/2015 prevê os procedimentos e a documentação necessária para a inscrição e manutenção do RNTR-C, bem como prevê as penalidades aplicáveis ao transportador.

O não cumprimento das disposições da Resolução ANTT 4.799/15 acarreta aplicação de multa administrativa, suspensão ou cancelamento e não impede a aplicação das penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

A Companhia está devidamente registrada no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) como Empresa de Transporte de Cargas (ETC), com registro válido por prazo indeterminado. O propósito do RNTR-C é permitir que a ANTT controle dados relativos aos operadores que atuam no mercado de transporte rodoviário de cargas.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Transporte Rodoviário de Cargas

O transporte rodoviário de cargas é de livre concorrência. Aplicam-se, porém, algumas exigências dos órgãos reguladores, incluindo, sem se restringir, aqueles mencionados acima, como o registro RNTR-C, e disposições de legislação infraconstitucional, como a lei nº 11.442 de 05 e janeiro de 2007.

A prestação de serviço de transporte rodoviário internacional de cargas por transportador brasileiro está sujeita à outorga de Licença Originária, obtida junto à ANTT, e de Licença Complementar obtida junto ao Organismo Nacional Competente do país de destino e de trânsito, conforme o caso. Adicionalmente, nos termos da Resolução nº 5.840, de 22 de janeiro de 2019, após a obtenção da Licença Originária, o transportador brasileiro deverá solicitar a Licença Complementar junto ao organismo competente no país de destino ou de trânsito. A obtenção da Licença Complementar deverá ser comprovada junto à ANTT, no prazo máximo de trezentos dias, contados da expedição da Licença Originária.

No mais, o Brasil aderiu ao Acordo sobre Transportes Internacional Terrestre - ATIT, envolvendo Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguaia, Peru e Uruguai, nos termos do Decreto n° 99.704, de 20 de novembro de 1990. Todas essas disposições são atendidas pela Companhia.

Para o Transporte de Madeira, o CONTRAN publicou regulamentação específica para o exercício do transporte de toras, como a resolução 196 e 246 de 25 de julho de 2006 e 27 de junho de 2007 respectivamente, bem como pela Deliberação nº 56 de 13 de fevereiro de 2007.

Em caso de descumprimento às exigências do CONTRAN, o infrator estará sujeito às penalidades estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Para o Transporte de Produtos Perigosos, existe uma regulamentação extensa e detalhada, gerando diversas obrigações para o transportador, em sua maioria emitidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, como a Resolução nº 237/1997, bem como a Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011, a qual disciplina as competências para licenciamento ambiental e fiscalização de atividades potencialmente impactantes ao meio ambiente.

Além da regulamentação ambiental, há outros órgãos que atuam no processo de regularização do transporte de produtos perigosos, como o CONTRAN e o DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito, que regulamentam o treinamento dos condutores de tais veículos, a própria ANTT por meio da Resolução ANTT nº 5.848, de 25 de junho de 2019, a Polícia Rodoviária Federal, que regula e fiscaliza os produtos perigosos, e órgãos ambientais, seja o IBAMA ou outros órgãos estaduais e/ou municipais.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O infrator das regulamentações ambientais está sujeito a penalidades por descumprimento de tais normas, tais como multas de até R$ 50.000.000,00 e perda do registro de transportador, conforme a lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 em seu artigo 75.

Dentro dos produtos considerados perigosos, há uma subcategoria importante: a de produtos controlados. Os produtos perigosos são substâncias ou artigos que apresentam risco para a saúde das pessoas, para a segurança pública ou para o meio ambiente. Os produtos controlados, por outro lado, podem ser qualquer produto perigoso que esteja enquadrado nas legislações, sendo controlados pelos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Civil, Exército, IBAMA, Vigilância Sanitária e demais órgãos ambientais.

Para o transporte de produtos sujeitos à vigilância sanitária, a Companhia precisa atender os preceitos delineados na Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre as normas de vigilância sanitária para medicamentos, cosméticos, saneantes, produtos correlatos e outros.

A atividade de transporte de produtos controlados pela vigilância sanitária está sujeita à Licença de Funcionamento, que pode ser obtida perante o órgão de Vigilância Sanitária no âmbito municipal, e à publicação de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE – pela ANVISA.

b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

O infrator está passível das penalidades previstas na legislação específica – Lei nº 6.437 de 20 de agosto de 1977 - em caso de ausência da Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária.

Atualmente, a Companhia está regularmente licenciada para operar de acordo com as regras específicas dos respectivos órgãos reguladores, para cada modalidade de produto que carrega. Adicionalmente, o histórico de relacionamento da Companhia com os entes da administração pública com os quais possui algum tipo de relação é positivo.

Por fim, a Companhia esclarece que está regularmente licenciada para operar tanto no transporte e armazenagem de produtos perigosos e controlados, quanto no transporte internacional.

Regulamentação ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD")

Em 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019 e pela Lei nº 14.010/2020, regulando as práticas

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsas e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, que entraram em vigor posteriormente, a partir de 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabeleceu um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, e será aplicável a toda e qualquer operação envolvendo dados pessoais, que estarão sujeitas às hipóteses de tratamento previstas na LGPD.

Além disso, em 28 de dezembro de 2018, foi publicada a Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018 ("MP 869"), que altera certas disposições da LGPD e cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"). Entre as suas diversas competências, cabe à ANDP (i) editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na LGPD; (ii) deliberar, na esfera administrativa, em caráter terminativo, sobre a interpretação da LGPD, as suas competências e os casos omissos; (iii) articular-se com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação; (iv) garantir que o tratamento de dados de idosos seja efetuado de maneira simples, clara, acessível e adequada ao seu entendimento; e (v) celebrar, a qualquer momento, compromisso com agentes de tratamento para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa no âmbito de processos administrativos.

A ANPD tem assegurada sua autonomia técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República. A Lei 13.853/2019 também prevê autoridade para a ANPD avaliar as penalidades previstas pela LGPD. A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada de outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANDP.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia adapta suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei. Nesse sentido, a Companhia tomou as providências necessárias com terceiros para a realização de projeto de adequação à LGPD e mantém Comissão interna de segurança da informação, privacidade e proteção de dados atuando na governança e adequações do tema de forma recorrente.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não é dependente de nenhuma marca para o desenvolvimento das suas atividades. A marca BBM Logística foi devidamente registrada no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

(ii) em favor de partidos políticos

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Em conformidade com suas políticas internas e com a legislação vigente a companhia não realiza contribuições ou doações em favor de ocupantes ou candidatos a cargos públicos, em favor de partidos políticos ou mesmo para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas púbicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que, embora tenhamos operação na Argentina, Chile e Uruguai, não possuímos receitas relevantes provenientes de países estrangeiros.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que, embora tenhamos operação na Argentina, Chile e Uruguai, não possuímos receitas relevantes provenientes de países estrangeiros.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

O serviço de transporte internacional respeita a regulamentação específica para atividade, conforme já explanado no item 1.6 deste Formulário de Referência, entretanto, esta atividade representa apenas cerca de 7,0% da demanda da Companhia e, portanto, não apresenta risco de impacto relevante aos negócios.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O Grupo BBM divulga através da plataforma EcoVadis.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A metodologia do relatório EcoVadis se baseia em padrões internacionais de sustentabilidade, incluindo a Global Reporting Initiative, o Pacto Global da ONU e a ISO 26000.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O relatório da EcoVadis é revisado por especialistas internacionais que integram o próprio processo de avaliação da metodologia EcoVadis. Embora esses especialistas façam parte da estrutura da EcoVadis, a revisão segue critérios objetivos, padronizados e baseados em evidências, garantindo imparcialidade na análise.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

A empresa mantém perfil e ficha de resultados na plataforma EcoVadis.

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A ficha de resultados da EcoVadis considera a matriz de materialidade da empresa. Os indicadores materiais são: Emissões de GEE, Resultado geral da EcoVadis, Percentagem de Mulheres, Percentagem de PCD, dentre outros.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Os temas materiais foram baseados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Saúde e bem-estar; Igualdade de Gênero; Trabalho Decente e Crescimento Econômico, Redução das Desigualdades; Consumo e Produção Responsáveis; Ação Contra a Mudança global do Clima; Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O relatório considera as questões materiais definidas pelo SASB para o segmento de transporte rodoviário, que incluem: Emissões de GEE, qualidade do ar, saúde e segurança dos funcionários e gerenciamento de riscos de incidentes críticos. Embora a organização realize avaliações internas de riscos e oportunidades climáticas, ainda não foram elaborados estudos ou divulgações financeiras estruturadas com base nas recomendações da TCFD ou de outras entidades reconhecidas especificamente voltadas a questões climáticas.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Sim. A Empresa realiza, de forma interna e anual, o inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), seguindo a metodologia internacionalmente reconhecida do GHG Protocol.

O inventário contempla de forma abrangente:

Escopo 1 (Emissões Diretas): Referentes ao consumo de combustíveis (diesel, gasolina e etanol) em veículos da frota própria.

Escopo 2 (Emissões Indiretas por Energia Comprada): Relativas ao consumo de energia elétrica em todas as nossas filiais.

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

A Empresa divulga informações ASG.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

A Empresa adota matriz de materialidade.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Empresa adota indicadores-chave de desempenho ASG.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

O relatório é revisado diretamente na ferramenta da EcoVadis e a própria atividade de compartilhamento da ficha de resultados é liberada somente após esta validação.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Empresa considera os ODS nas informações ASG.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Empresa realiza inventário de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não há informações sobre aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não houve alterações a reportar no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.13 Acordos de acionistas

Acordo de Acionistas da BBM Logística S.A. ("Acordo de Acionistas").

(a) partes

Acionistas

Marcos Egídio Battistella ("Marcos"), Juares Luiz Nicolotti ("Juares" e, em conjunto com Marcos, "Acionistas Pessoas Físicas") e Stratus SCP Coinvestimento I – Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia ("investidor" e, em conjunto com os Acionistas Pessoas Físicas, "Acionistas").

Interveniente Anuente

BBM Logística S.A. ("Companhia" ou "Interveniente Anuente").

(b) data de celebração

31/10/2018, conforme aditado em 12 de fevereiro de 2020, observado, no entanto, que referido aditamento entra em vigor a partir da data de divulgação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia.

(c) prazo de vigência

O Acordo de Acionistas entrou em vigor na data de sua assinatura e continuará em vigor pelo prazo de 15 (quinze) anos contados da sua celebração ou enquanto os Acionistas cumulativamente possuírem, em conjunto, 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia e, individualmente, pelo menos 7,5% (sete e meio por cento) do capital social da Companhia.

(d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Sem prejuízo às matérias de competência do Conselho de Administração previstas em lei, competirá ao Conselho de Administração deliberar sobre as matérias previstas no item 12.1 deste Formulário de referência.

As deliberações do Conselho de Administração apontadas acima dependerão de aprovação por maioria simples de votos. Não obstante, os conselheiros eleitos pelos Acionistas, exceto os independentes, deverão obrigatoriamente votar em conjunto nas matérias listadas na Cláusula 6.6 do Acordo de Acionistas.

1.13 Acordos de acionistas

Adicionalmente, sem prejuízo às matérias de competência da Assembleia Geral previstas em lei, competirá a Assembleia Geral deliberar sobre as matérias previstas no item 12.2 deste Formulário de Referência.

O Acordo de Acionistas prevê, ainda, que os Acionistas deverão obrigatoriamente votar em conjunto em relação às matérias previstas na Cláusula 5.2 do Acordo de Acionistas.

(e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

O Conselho de Administração será composto por até 7 (sete) Conselheiros efetivos e até igual número de suplentes (ficando observado que o conselheiro independente não terá suplente). Os Conselheiros serão indicados pelos Acionistas em Assembleia Geral para mandatos unificados de 1 (um) ano, com a possibilidade de reeleição, sendo, (a) 2 (dois) Conselheiros indicados pelo Investidor, (b) 2 (dois) Conselheiros indicados pelos Acionistas Pessoas Físicas e (c) 3 (três) Conselheiros independentes escolhidos por consenso pelo Investidor, de um lado, e os Acionistas Pessoas Físicas, de outro lado ("Conselheiro Independente"), podendo tanto o Investidor, quanto os Acionistas Pessoas Físicas indicar candidatos para o cargo de Conselheiro Independente.

Os Diretores serão eleitos, sendo permitida a cumulação de cargos, pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição.

A Diretoria da Companhia será formada por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Vice Presidente de Finanças; (c) Diretor Administrativo Financeiro; (d) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, (e) 1 (um) Diretor Executivo Comercial ou (f) (um) ou mais Diretores de Operações com designação adicional específica da unidade operacional atribuída à sua liderança, que deverão ser eleitos conforme este Estatuto Social, sendo permitida a acumulação de cargos, para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. Essa composição já reflete a reforma estatutária, realizada na AGE de 22/04/2025, e a posterior nomeação do Diretor Vice Presidente de Finanças, realizada na RCA de 01/04/2026.

O Investidor terá o direito de indicar (e destituir) o Diretor Administrativo Financeiro e o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, sendo que tal indicação deverá ser ratificada pelo Conselho de Administração e só poderá ser vetada pelos conselheiros indicados pelos Acionistas Pessoas Físicas de forma justificada e com base em questões éticas comprovadas de maneira factual.

1.13 Acordos de acionistas

(f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Direito de Obrigar a Venda (*Drag Along*). Os Acionistas acordam que, nos termos do Acordo de Acionistas, caso o Investidor receba uma proposta de um terceiro para a venda da totalidade das ações de emissão da Companhia, o Investidor poderá obrigar os demais Acionistas a venderem a totalidade de suas Ações ao terceiro, pelo mesmo preço por Ação e nos mesmos termos e condições previstos na notificação de oferta, se tal terceiro condicionar a compra das ações de titularidade do Investidor à compra da totalidade das Ações da Companhia ("Obrigação de Venda Conjunta").

(g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

Não há cláusulas que restrinjam o direito de voto de membros do Conselho de Administração, exceto pelo Direito do Investidor de indicar (e destituir) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, conforme descrito no item "e" acima e pela necessidade de os Acionistas e os administradores por eles eleitos votarem em conjunto em determinadas matérias, conforme descrito no item "d" acima.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas. Para maiores informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

1.16 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As avaliações, opiniões e comentários constantes desta seção 2 do Formulário de Referência traduzem a visão e percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas Demonstrações Financeiras de período para período ou data para data, conforme o caso; e (iii) os principais fatores que explicam essas alterações.

As informações relacionadas a planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros e estratégias da Companhia, quando aplicável, constituem estimativas e declarações futuras, que estão fundamentadas, em grande parte, nas perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem afetar as atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou preço de mercado de seus valores mobiliários.

Embora a Companhia acredite que estejam baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são feitas com base nas informações que a Companhia dispõe na data deste Formulário de Referência. Em vista desses riscos e incertezas, as estimativas e declarações futuras constantes deste Formulário de Referência não são garantias de resultados futuros e, portanto, podem vir a não se concretizar, estando muitas das quais além do controle ou capacidade de previsão da Companhia. Por conta desses riscos e incertezas, o investidor não deve se basear exclusivamente nessas estimativas e declarações futuras para tomar sua decisão de investimento.

Alguns valores e percentuais constantes desta seção 2 do Formulário de Referência foram arredondados para facilitar a sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas constantes desta seção 2 do Formulário de Referência podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

(valores em milhares de reais)	**30/12/25**	**31/12/24**	**31/12/23**
Receita Líquida das Vendas	**1.345.480**	**1.450.437**	**1.583.152**
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	146.933	275.866	188.089
Lucro (Prejuízo) Líquido	**-252.881**	**-374.903**	**-86.600**
EBITDA (1)	**81.118**	**-103.943**	**125.972**
Caixa e equivalentes de caixa	38.117	31.626	15.071
Dívida Bruta Ajustada (2)	817.093	735.966	496.155
Dívida Líquida (3)	***778.976***	***704.340***	***481.084***
Dívida Líquida/EBITDA	*9,60*	*n.m.*	*3,82*
Patrimônio Líquido / Dívida Líquida	*n.m.*	*n.m.*	*n.m.*

(1) *EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)*: lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.
(2) Dívida bruta ajustada é equivalente à soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, adicionados às dívidas com as debêntures de curto e longo prazo, obrigações com as contas a pagar por aquisição de controladas de curto e longo prazo mais outros passivos (fornecedores recuperação extrajudicial e arrendamentos).
(3) Dívida líquida é resultante da Dívida bruta ajustada menos caixa e equivalentes de caixa.
n.m. – não mensurável

Em 2025, a receita líquida da Companhia totalizou R$ 1.345,5 milhões, uma redução de 7,2% em relação ao ano anterior, quando atingiu R$ 1.450,4 milhões, e de 15,0% na comparação com 2023, que registrou R$ 1.583,2 milhões. A redução observada refletiu, principalmente, a descontinuidade de operações no segmento Florestal (DCC) ao longo de 2024, com a desmobilização de unidades operacionais e rescisão de contratos com baixa rentabilidade, em parte compensada pelo crescimento das verticais estratégicas de e-commerce, armazenagem e transporte rodoviário dedicado (FTL).

O caixa líquido das atividades operacionais totalizou R$146,9 milhões em 2025, comparado a R$ 275,9 milhões reportado em 2024. O caixa líquido das atividades operacionais de 2025 teve contribuição do EBITDA positivo de R$ 81,1 milhões, além dos parcelamentos tributários realizados ao longo do exercício. O caixa líquido das atividades operacionais em 2024 foi impactado pelo aumento dos valores a pagar a fornecedores, incluídos no plano de recuperação extrajudicial. Em 2023, a companhia reportou caixa operacional de R$ 188,1 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O resultado líquido de 2025 foi negativo em R$ 252,9 milhões, melhora de 32,5% frente a 2024. Em, 2023, o prejuízo havia sido de R$ 86,6 milhões. O prejuízo reportado em 2025 foi elevado principalmente devido às despesas financeiras ocasionadas por multas e juros sobre dívida tributária, atualização da dívida incluída no plano de recuperação extrajudicial e juros e despesas financeiras sobre financiamentos e do curso normal da operação, que totalizaram R$ 280,9 milhões no ano.

O EBITDA de 2025 foi positivo em R$ 81,1 milhões, revertendo o resultado negativo de R$ 103,9 milhões em 2024. Essa reversão reflete a evolução operacional da Companhia e os ganhos obtidos com as iniciativas de eficiência implementadas ao longo do exercício.

O caixa e equivalentes totalizaram R$ 38,1 milhões ao final de 2025, um aumento de 20,5% em relação aos R$ 31,6 milhões registrados em 2024, e acumulando crescimento 152,9% frente a 2023, quando somavam R$ 15,1 milhões. Para tanto, a Companhia manteve foco contínuo na gestão do capital de giro, liquidez e eficiência financeira, atuando na otimização do ciclo operacional e no fortalecimento da estrutura patrimonial.

A dívida bruta ajustada, indicador que oferece uma visão mais completa do endividamento da Companhia, totalizou R$ 817,1 milhões em 2025, um aumento de 11,0% em relação aos R$ 736,0 milhões registrados em 2024. Esse acréscimo decorre dos efeitos da reorganização financeira conduzida pela Companhia, da atualização de obrigações financeiras e tributárias e dos encargos associados às negociações realizadas ao longo do período. Como resultado, a dívida líquida encerrou 2025 em R$ 779,0 milhões, e a relação Dívida Líquida/EBITDA alcançou 9,60x, ainda influenciada por efeitos extraordinários registrados no ano, especialmente aqueles relacionados às desmobilizações operacionais, provisões não recorrentes e baixas de ativos.

A Companhia descumpriu *covenants* financeiros relacionados ao índice Dívida líquida/EBITDA, o que resultou na reclassificação de dívidas de longo para curto prazo. O Plano de Reestruturação Financeira, aprovado por 50,51% dos credores, homologado em 27 de maio de 2026 e publicado em 15 de junho de 2026, deverá proporcionar melhor adequação do fluxo de pagamentos com alongamento da dívida, fortalecendo a previsibilidade financeira e a estrutura de capital. Para maiores detalhes, vide item 1.1 deste formulário.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Investimentos em Ativos Imobilizados:

Em 2025, os investimentos em ativos imobilizados somaram R$ 6,7 milhões, representando uma redução significativa em relação aos anos de 2024 e 2023, quando foram aplicados R$ 13,8 milhões e R$ 62,1 milhões, respectivamente. Essa redução está alinhada à reorientação estratégica da Companhia, que, após um ciclo de expansão relevante em 2023, adotou uma postura mais conservadora voltada à preservação de caixa.

Em 2024, os desembolsos foram direcionados exclusivamente a investimentos necessários para a manutenção das operações. Já em 2023, os investimentos concentraram-se principalmente na aquisição de veículos e de outros ativos fixos destinados às operações dedicadas.

Tabela Conciliação Ativo Imobilizado

(valores em milhares de reais)	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/23**
Saldo inicial	**166.031**	**231.106**	**209.831**
(-) Baixa de Ativos	-67.568	-29.590	-50.613
(+) Baixa depreciação	41.100	19.167	31.836
(-) Depreciação	-22.253	-35.640	-22.041
(-) Impairment	5.796	-26.211	-
(-) Transferências	-	-6.568	-
(+) Aquisições	**6.741**	**13.767**	**62.093**
Veículos e Tratores	3.328	6.140	53.832
Outros/Em andamento	3.413	7.627	8.261
Saldo Final	**129.847**	**166.031**	**231.106**

b) Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R$ 645,9 milhões, composto por prejuízo acumulado de R$ 741,2 milhões (incluído prejuízo líquido do período de R$ 252,9 milhões) e capital social de R$ 95,3 milhões. O capital social manteve-se inalterado em R$ 95,3 milhões, representado por 40.760.818 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

No exercício de 2024, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo de R$ 393,0 milhões, sendo prejuízos acumulados de R$ 488,3 milhões e capital social de R$ 95,3 milhões. Em 2023, o patrimônio líquido negativo reportado foi de R$ 18,1 milhões, composto por prejuízos acumulados de 113,4 milhões e capital social de R$ 95,3 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Apesar da posição patrimonial desfavorável, os administradores avaliam que a estrutura de capital é suficiente para a continuidade das operações, considerando:

- atingimento de EBITDA positivo em 2025, impactando positivamente a geração de caixa operacional;
- o acesso a linhas de crédito e instrumentos de financiamento no mercado financeiro e de capitais;
- parâmetros comparáveis de empresas do setor, que operam em condições semelhantes de alavancagem.

Essa avaliação sustenta a perspectiva de que a Companhia dispõe de recursos para manter suas atividades, ainda que a recomposição patrimonial seja necessária no médio prazo.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia demonstrou capacidade de atender seus compromissos financeiros e operacionais ao longo de 2025, apoiada na geração de caixa operacional de R$ 146,9 milhões (R$ 275,9 milhões em 2024 e R$ 188,1 milhões em 2023). Esse desempenho reforça a resiliência da operação, mesmo diante do prejuízo líquido de R$ 252,9 milhões no exercício e do patrimônio líquido negativo de R$ 645,9 milhões, sustentada por renegociações de dívidas, parcelamentos tributários e revisão de contratos com baixa rentabilidade. Como mencionado anteriormente, a Companhia descumpriu *covenants* financeiros relacionados à relação Dívida líquida/EBITDA, o que levou à reclassificação de dívidas de longo para curto prazo. O plano de recuperação extrajudicial, já homologado, prevê pagamento integral das dívidas sem deságio, com prazos estendidos e condições específicas para fornecedores e colaboradores.

A Administração entende que, mesmo em cenário de juros elevados e restrição na oferta de crédito, a Companhia dispõe de condições para cumprir seus compromissos financeiros, considerando:

- a geração recorrente de caixa operacional;
- o cronograma de amortização de dívidas, que se mantém administrável;
- o acesso a instrumentos de financiamento no mercado financeiro e de capitais.
- o plano de recuperação extrajudicial em andamento.

Ainda assim, reconhece que a manutenção dessa capacidade depende da evolução do ambiente macroeconômico e da execução de medidas de reforço patrimonial e financeiro.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de endividamento (Dívida líquida / EBITDA)

Embora o EBITDA de 2025 tenha retornado ao campo positivo, atingindo R$ 81,1 milhões e revertendo o resultado negativo de 2024, esse movimento não se traduz, por si só, em uma recuperação da estrutura financeira da Companhia. O índice Dívida Líquida/EBITDA, que voltou a ser mensurado em 2025, alcançou 9,60 vezes — patamar significativamente superior ao observado em 2023 (3,82 vezes) e que reflete o elevado nível de endividamento combinado à capacidade ainda limitada de geração operacional de caixa. Assim, apesar da melhora no EBITDA, o indicador de alavancagem evidencia que a Companhia permanece em um cenário de pressão financeira, caracterizando uma recuperação gradual da sua capacidade de geração de resultados.

(valores em milhares de reais)	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/23**
Dívida Bruta Ajustada (1)	817.093	735.966	496.155
Caixa e equivalentes de caixa	38.117	31.626	15.071
Dívida Líquida (2)	778.976	704.340	481.084
EBITDA (3)	81.118	-103.943	125.972
Dívida Líquida/EBITDA	*9,60*	*n.m.*	*3,82*

(1) Dívida bruta ajustada é equivalente à soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, adicionados às dívidas com as debêntures de curto e longo prazo, obrigações com as contas a pagar por aquisição de controladas de curto e longo prazo mais outros passivos (fornecedores recuperação extrajudicial e arrendamentos).
(2) Dívida líquida é resultante da Dívida bruta ajustada menos caixa e equivalentes de caixa.
(3) *EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)*: lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.
n.m. – não mensurável

Os indicadores de liquidez demonstram a capacidade de pagamento da Companhia.

Indicadores	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/23**
Liquidez Imediata (1)	*0,03*	*0,02*	*0,03*
Liquidez Corrente (2)	*0,20*	*0,22*	*0,65*
Liquidez Seca (3)	*0,20*	*0,21*	*0,63*
Estrutura de Capital (4)	*n.m.*	*n.m.*	*n.m.*

(1) Liquidez Imediata refere-se ao disponível dividido pelo passivo circulante.
(2) Liquidez Corrente refere-se ao ativo circulante dividido pelo passivo circulante.
(3) Liquidez Seca refere-se ativo circulante menos estoques, dividido pelo passivo circulante.
(4) Estrutura de Capital refere-se ao exigível total dividido pelo patrimônio líquido.

Importante destacar que os indicadores de liquidez apresentarão melhora após homologação do plano de recuperação extrajudicial e reclassificação de parte do endividamento para longo prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As fontes de financiamento são acessadas, quando necessário, por meio de contratos financeiros, e empregadas em nossas necessidades de capital de giro e aquisições e investimentos de curto e longo prazo, assim como na manutenção de níveis de disponibilidades de caixa adequados ao desempenho das atividades.

Os diretores esclarecem que o financiamento para a aquisição de ativos para a prestação dos serviços é realizado através de linhas específicas de acordo com as características de cada bem adquirido:

- Para as aquisições e investimentos utilizamos a captação junto a bancos comerciais com os prazos e maturação de acordo com cada projeto ou através do mercado de capitais.

- Eventualmente para a aquisição de veículos pesados, máquinas e equipamentos novos nacionais, é utilizada a linha de FINAME e operações de arrendamento mercantil, frente as demais alternativas de captação.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nos casos de financiamentos para cobrir eventuais necessidades de capital de giro, o *recurso* continuará a ser contratado junto a instituições financeiras e /ou através de instrumentos junto ao mercado de capitais, quando necessário.

Em relação às captações para suprir a necessidade de aquisição de novos ativos não circulantes necessários a prestação de serviços, continuaremos a utilizar linhas específicas de acordo com as características do bem tais como o FINAME para os casos de veículos pesados e máquinas e equipamentos novos nacionais, ou linhas de crédito com características similares.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Níveis de endividamento e características das dívidas:

Modalidade (em moeda nacional)	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/23**
Encargos anuais médios			
Capital de Giro	17,08%	15,15%	16,30%
Cessão de Crédito	27,38%	24,54%	24,78%
Debentures	25,89%	15,57%	17,06%
Passivo Circulante			
Capital de Giro	250.547	221.641	60.497
Cessão de Crédito	35.040	38.262	28.848
Debentures	256.620	203.848	-
Total	**542.207**	**463.751**	**89.345**
Passivo Não Circulante			
Capital De Giro	-	-	182.526
Cessão de Crédito	-	-	-
Debentures	-	-	192.668
Total	**-**	**-**	**375.194**
Total geral endividamento			
Capital De Giro	250.547	221.641	243.023
Cessão de Crédito	35.040	38.262	28.848
Debentures	256.620	203.848	192.668
Total	**542.207**	**463.751**	**464.539**

Contrato de empréstimos e financiamentos relevantes

(i) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Adicionalmente ao endividamento com instituições financeiras mencionado no item anterior a Companhia possui operações de consórcio visando à aquisição de novos veículos para a frota. Como observado pela evolução da conta desde 2023, não tivemos mais novas operações.

Consórcios (valores em milhares de reais)	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/23**
Ativo Circulante	2.895	3.083	1.641
Passivo Circulante	393	470	535
Passivo Não Circulante	-	-	-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(ii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (iv) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

Nos últimos três exercícios sociais nenhuma das dívidas da Companhia e de suas controladas possuía cláusula específica contratual de subordinação. Dessa forma, não há relação de preferência entre elas além daquela prevista na legislação vigente e nas garantias constituídas.

(iii) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Debêntures: A Companhia possui debêntures emitidas em 2022 e aditadas em 2023, por meio de escritura de emissão, a qual apresenta cláusulas de *covenants* financeiros ("*covenants*") que preveem a liquidação antecipada nas seguintes condições:

(a) A dívida financeira líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) dividida pelo EBITDA (considerando pro forma 12 meses de aquisições) ser maior do que 3,5 vezes.
(b) Não cumprimento de compromisso de integralização de capital no valor de R$ 100 milhões até o prazo de 30 de novembro de 2024.

Como mencionado anteriormente, a Companhia descumpriu *covenants* financeiros relacionados à relação Dívida líquida/EBITDA, o que levou à reclassificação de dívidas de longo para curto prazo. O plano de recuperação extrajudicial, já homologado, prevê pagamento integral das dívidas sem deságio, com prazos estendidos e condições específicas para fornecedores e colaboradores.

f) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os financiamentos foram contratados com 100% do desembolso inicial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(valores em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/25	AV (%)	31/12/24	AV (%)	31/12/23	AV (%)	AH 2025 vs. 2024 (%)	AH 2024 vs. 2023 (%)
Receita líquida de vendas	**1.345.480**	**100,0%**	**1.450.437**	**100,0%**	**1.583.152**	**100,0%**	**-7,2%**	**-8,4%**
Custo dos serviços prestados	-1.300.921	-96,7%	-1.509.621	-104,1%	-1.526.055	-96,4%	-13,8%	-1,1%
Lucro (prejuízo) bruto	**44.559**	**3,3%**	**-59.184**	**-4,1%**	**57.097**	**3,6%**	**-175,3%**	**-203,7%**
Receitas (despesas) operacionais								
Despesas administrativas	-77.326	-5,7%	-99.114	-6,8%	-64.147	-4,1%	-22,0%	54,5%
Despesas de vendas	-37.344	-2,8%	-39.367	-2,7%	-28.217	-1,8%	-5,1%	39,5%
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	-6	0,0%	332	0,0%	-1.558	-0,1%	-101,8%	-121,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	49.444	3,7%	-53.498	-3,7%	31.271	2,0%	-192,4%	-271,1%
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	**-20.673**	**-1,5%**	**-250.831**	**-17,3%**	**-5.554**	**-0,4%**	**-91,8%**	**4416,2%**
Resultado financeiro líquido	-280.981	-20,9%	-245.439	-16,9%	-159.576	-10,1%	14,5%	53,8%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, da contribuição social	**-301.654**	**-22,4%**	**-496.270**	**-34,2%**	**-165.130**	**-10,4%**	**-39,2%**	**200,5%**
Imposto de renda e contribuição social	48.773	3,6%	121.367	8,4%	78.530	5,0%	-59,8%	54,5%
Lucro (prejuízo) do período	**-252.881**	**-18,8%**	**-374.903**	**-25,8%**	**-86.600**	**-5,5%**	**-32,5%**	**332,9%**

Em 2025, a receita líquida da Companhia totalizou R$ 1.345,5 milhões, representando retração de 7,2% em relação a 2024 e de 15,0% frente a 2023. Apesar da queda no faturamento, houve avanço significativo na eficiência operacional: os custos dos serviços prestados apresentaram melhora relevante, elevando a margem bruta em 7,4 p.p. e resultando em lucro bruto de R$ 44,6 milhões — revertendo o prejuízo de R$ 59,2 milhões registrado no ano anterior.

Esse desempenho evidencia os efeitos iniciais da nova estratégia operacional implementada no plano de turnaround, que reforça disciplina na execução e foco em excelência operacional, sustentando a recuperação gradual da rentabilidade mesmo em um cenário de retração de receita. Ao longo de 2024, houve a descontinuidade de operações no segmento Florestal (DCC), com a desmobilização de unidades operacionais e a rescisão de contratos de baixa rentabilidade. Esses ajustes, embora pressionem o faturamento, foram parcialmente compensados pelo avanço das verticais estratégicas de e-commerce, armazenagem e transporte rodoviário dedicado (FTL).

A receita líquida totalizou R$ 1.450,4 milhões em 2024, representando queda de 8,4% em relação ao ano anterior. A retração ocorreu em um contexto de aumento de 2,7% nos custos dos serviços prestados, que atingiram R$ 1.509,6 milhões. Como resultado, o lucro bruto foi negativo em R$ 59,2 milhões, revertendo o ganho de R$ 57,1 milhões registrado em 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas administrativas somaram R$ 77,3 milhões em 2025, equivalentes a 5,7% da receita líquida. O valor representou redução de 22,0% em relação a 2024 (R$ 99,1 milhões), embora ainda 20,5% acima do patamar de 2023 (R$ 64,1 milhões). A diminuição observada em 2025 vs. 2024 reflete, principalmente, a simplificação da estrutura corporativa, revisão de despesas administrativas, centralização de processos e maior disciplina na gestão dos custos operacionais. Em 2024, essas despesas foram impactadas pela calamidade no Rio Grande do Sul, que afetou diretamente as operações da Companhia, gerando danos às instalações, interrupções na cadeia de suprimentos e necessidade de realocação emergencial de recursos. Além disso, houve gastos adicionais com a reestruturação organizacional das verticais de negócios, apoiada por consultorias externas.

As despesas com vendas totalizaram R$ 37,3 milhões em 2025, correspondendo a 2,8% da receita líquida. A representatividade permaneceu estável em relação a 2024, refletindo um perfil de receita similar nos períodos comparados. Quando comparadas a 2023, entretanto, as despesas com vendas apresentaram crescimento, impulsionado pela expansão das operações de carga fracionada e e-commerce, segmentos que demandaram maior estrutura comercial do que os demais negócios da Companhia.

Em 2025, as outras receitas operacionais líquidas totalizaram R$ 49,4 milhões, contribuindo positivamente para o resultado da Companhia. O desempenho contrasta com 2024, quando o saldo foi negativo em R$ 53,5 milhões, revertendo o histórico de 2023, ano em que havia sido registrado resultado positivo de R$ 31,3 milhões em razão de ganho tributário decorrente de ação com trânsito em julgado.

A melhora observada em 2025 foi parcialmente sustentada pelo aumento do resultado com vendas de veículos, associado às desmobilizações de operações no segmento florestal. Esse movimento reverteu o cenário de 2024, cujo desempenho negativo foi impactado principalmente pelo reconhecimento de *impairment* de ativos imobilizados.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 281,0 milhões em 2025, equivalente a 20,9% da receita líquida. O valor representa deterioração em relação a 2024, quando o saldo havia sido negativo em R$ 245,4 milhões (16,9% da receita líquida), refletindo principalmente as despesas financeiras com encargos associados a parcelamentos e atrasos no pagamento de tributos, além dos juros e custos de transação das debêntures, pressionados pelo elevado patamar da taxa de juros.

No exercício de 2025, a Companhia registrou prejuízo líquido de R$ 252,9 milhões, frente ao prejuízo de R$ 374,9 milhões em 2024 e de R$ 86,6 milhões em 2023. A sequência evidencia três anos consecutivos de resultado negativo, com agravamento mais intenso em 2024, decorrente da combinação entre queda da receita líquida, aumento das despesas operacionais e forte elevação das despesas financeiras.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Administração mantém seu compromisso com disciplina financeira, otimização de custos e realização de investimentos estratégicos, reforçando que os desafios enfrentados em 2025 não alteram a diretriz de longo prazo voltada à sustentabilidade e à geração de valor. A inclusão das informações de 2025 na análise comparativa fortalece a transparência e permite evidenciar a necessidade de ajustes operacionais e estratégicos para mitigar riscos e recuperar a trajetória de resultados positivos nos próximos exercícios.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES FLUXO DE CAIXA

(valores em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/25	AH 2025 vs. 2024 (%)	31/12/24	AH 2024 vs. 2023 (%)	31/12/23
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	146.933	-46,7%	275.866	46,7%	188.089
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	3.346	-114,1%	-23.717	-56,8%	-54.933
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	-143.788	-39,0%	-235.594	30,0%	-181.288
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.491	-60,8%	16.555	-134,4%	-48.132

Em 2025, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 146,9 milhões, representando queda de 46,7% em relação a 2024. Apesar do prejuízo contábil no exercício, a geração de caixa operacional permaneceu consistente, impulsionada por renegociações de dívidas, parcelamentos tributários e revisão de contratos com baixa rentabilidade.

Esse desempenho também foi influenciado pelos avanços na gestão de recebíveis e nas negociações de prazos com fornecedores — fatores que já haviam contribuído para o crescimento da geração de caixa em 2024, quando houve aumento de 46,7% em comparação a 2023. Todos esses elementos contribuíram para maior eficiência operacional e financeira, ainda que o resultado do exercício tenha sido pressionado pelo ambiente econômico e pelo nível de endividamento.

Em 2025, o caixa líquido gerado pelas atividades de investimento apresentou saldo positivo de R$ 3,3 milhões, revertendo o consumo de R$ 23,7 milhões registrado em 2024. A redução dos desembolsos confirma a continuidade da política de contenção de investimentos adotada após o ciclo de expansão de 2023, quando os aportes somaram R$ 54,9 milhões. Assim como no ano anterior, os investimentos em ativos imobilizados permaneceram em níveis reduzidos, refletindo o foco da Companhia em eficiência operacional. Ainda assim, foram preservados os investimentos em softwares estratégicos, essenciais para a modernização e suporte das operações do Grupo.

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento atingiu R$ 143,8 milhões em 2025, redução de 39,0% frente a 2024, quando o consumo havia sido de R$ 235,6 milhões. Essa variação reflete o pagamento de juros e amortizações de dívidas, em linha com o elevado nível de endividamento da Companhia e dos encargos financeiros pressionados taxa Selic.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Bruta

- Serviços Dedicados: As receitas provenientes de Serviços Dedicados variam em função da quantidade de veículos alocados, quantidades movimentadas e/ou transporte de cargas, combinada com o volume (ex. m³) e/ou peso da carga, distância percorrida e, em alguns casos, com base na quantidade de viagens.

- Operações de TM (Transportation Management): As receitas provenientes do TM são viagens caracterizadas como cargas gerais ou cargas fracionadas, que variam em função do volume, do peso da carga transportada ou peso cubado, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas corresponde à soma da receita de serviços, excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

Outras Receitas Operacionais

Reconhecemos como outras receitas a venda de ativos utilizados na prestação de serviços, tais como veículos pesados, máquinas e equipamentos. Estes ativos são disponibilizados para venda no estado em que se encontram.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 - Fatores de Risco deste formulário

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 - Fatores de Risco deste formulário.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Todos os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 4 – Fatores de Risco deste formulário.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025. Por mais que algumas normas e interpretações foram alteradas, conforme descritas abaixo, estas não trouxeram impacto significativa nas informações financeiras da Companhia e de seus controladas: (i) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Pratica 2); (iv) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e, (v)Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentou parágrafos de ênfase, conforme descrito a seguir:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Os auditores chamaram atenção para a Nota Explicativa nº 3, que evidencia que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava:

- Prejuízos acumulados de R$ 741,2 milhões;
- Passivo a descoberto de R$ 645,9 milhões;
- Passivo circulante excedente ao ativo circulante em R$ 1.076,9 milhões (controladora) e R$ 1.104,5 milhões (consolidado);
- Reclassificação para curto prazo de debêntures e empréstimos em razão de descumprimento de *covenant* financeiro.

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 3 e nº 40, a Administração implementou medidas para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e obteve acórdão que homologou o Plano de Recuperação Extrajudicial, publicado em 15 de junho de 2026, estabelecendo condições específicas para a reestruturação e liquidação das obrigações financeiras da Companhia.

Opinião da Administração

A Administração reconhece a existência de incerteza quanto à continuidade operacional, conforme destacado pelos auditores. Entretanto, entende que (i) a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, (ii) a reestruturação dos passivos financeiros, (iii) a melhoria operacional observada ao longo de 2025, e (iv) a geração de caixa positiva no quarto trimestre de 2025, representam elementos suficientes para sustentar o uso do pressuposto da continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A Administração permanece comprometida com o cumprimento das obrigações previstas no plano, com a execução disciplinada das iniciativas de eficiência e com a manutenção da trajetória de recuperação operacional e financeira.

Reapresentação das informações comparativas (ativo fiscal diferido)

Os auditores também chamaram atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, que trata da reapresentação do imposto de renda diferido ativo, conforme Nota Explicativa nº 30(c). A reapresentação decorreu da revisão das premissas de recuperabilidade dos créditos tributários, considerando:

- projeções atualizadas de resultados tributáveis futuros;
- prazo estimado para realização dos créditos;
- efeitos da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, conforme Notas nº 3 e nº 40.

Opinião da Administração

A Administração confirma que a reapresentação das informações comparativas foi necessária para refletir premissas atualizadas e alinhadas ao novo cenário econômico-financeiro da Companhia após a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial.

Adicionalmente, entende que as premissas revisadas são adequadas, consistentes e suportadas por projeções realistas de geração de resultados futuros, considerando (i) o ciclo de transformação operacional concluído em 2025, (ii) a maturidade das integrações das aquisições, e (iii) a evolução da rentabilidade das unidades de negócio.

Assim, a Administração considera que o valor registrado do ativo fiscal diferido será realizado nos exercícios subsequentes.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nos três últimos exercícios sociais não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três últimos exercícios sociais não foram realizadas outras operações que envolvessem constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve operações ou eventos não usuais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025.

2.5 Medições não contábeis

a) informar o valor das medições não contábeis

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(R$ Mil)	**2025**	**2024**	**2023**
EBITDA (1)	81.118	-103.943	125.972
Margem EBITDA (EBITDA / Receita Líquida)	*6,03%*	*n.m.*	*7,96%*
Dívida Bruta	542.207	463.751	464.539
Dívida Bruta Ajustada (2)	817.093	735.966	496.155
Dívida Líquida	778.976	704.340	481.084
Dívida Líquida/EBITDA	*9,60*	*n.m.*	*3,82*
(Patrimônio Líq. / Dívida Bruta Ajustada)	*n.m.*	*n.m.*	*n.m.*

(1) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.
(2) Dívida bruta ajustada é equivalente à soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, adicionados às dívidas com as debêntures de curto e longo prazo, obrigações com as contas a pagar por aquisição de controladas de curto e longo prazo mais outros passivos (fornecedores recuperação extrajudicial e arrendamentos).
n.m. – não mensurável

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(R$ Mil)	**2025**	**2024**	**2023**
Lucro Líquido (prejuízo)	-252.881	-374.903	-86.600
Despesas financeiras líquidas	280.981	245.439	159.576
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-48.773	-121.367	-78.530
Depreciação, Amortização e Depreciação	101.791	137.661	129.573
Ganho de redução de preço na aquisição de controladas	0	9.227	1.953
EBITDA	**81.118**	**-103.943**	**125.972**

2.5 Medições não contábeis

Dívida Bruta Ajustada (R$ Mil)	**2025**	**2024**	**2023**
Empréstimo e Financiamentos - Curto Prazo	285.587	259.903	89.345
Empréstimo e Financiamentos - Longo Prazo	-	-	182.526
Empréstimos e Financiamentos - Total	**285.587**	**259.903**	**271.871**
Debêntures - Curto Prazo	256.620	203.848	-
Debêntures - Longo Prazo	-	-	192.668
Debêntures - Total	**256.620**	**203.848**	**192.668**
Dívida Bruta	**542.207**	**463.751**	**464.539**
Contas a pagar por aquisição de controladas - Curto Prazo	46.552	41.260	31.616
Contas a pagar por aquisição de controladas - Longo Prazo	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de controladas - Total	**46.552**	**41.260**	**31.616**
Outros Passivos (fornecedores RE e arrendamentos)	**228.334**	**230.955**	**-**
Dívida Bruta Ajustada	**817.093**	**735.966**	**496.155**
Patrimônio Líquido	-645.923	-393.042	-18.139
(Patrimônio Líquido / Dívida Bruta Ajustada)	*n.m.*	*n.m.*	*n.m.*

n.m. – não mensurável

O índice de dívida líquida/EBITDA é outro indicador considerado relevante pela Companhia.

(R$ Milhões)	**2025**	**2024**	**2023**
Empréstimos e Financiamentos	285,6	259,9	271,9
Debêntures	256,6	203,8	192,7
Contas a pagar por aquisição de controladas	46,6	41,3	31,6
Outros passivos	228,3	231,0	-
Dívida Bruta Ajustada	**817,1**	**736,0**	**496,2**
Caixa e equivalente de caixa	38,1	31,6	15,1
Dívida Líquida	**779,0**	**704,3**	**481,1**
EBITDA	81,1	-103,9	125,97
Dívida Líquida / EBITDA	*9,60*	*n.m.*	*3,82*

2.5 Medições não contábeis

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA como medição não contábil, com o intuito de prover informação financeira adicional sobre a sua capacidade de gerar resultados operacionais e possibilitar uma comparação com os concorrentes de mercado, os quais, em geral, também utilizam tal medição. De acordo com a Instrução CVM 527, o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

O EBITDA não é uma medida definida nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, assim como não consta nas práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado (i) como substituto para o lucro líquido, como indicador de desempenho operacional da Companhia, (ii) como substituto do fluxo de caixa ou (iii) como indicador de liquidez da Companhia.

A Margem EBITDA é um indicador financeiro de rentabilidade operacional que é resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas. Esse percentual permite saber a lucratividade da operação da Companhia antes da remuneração do capital de terceiros, dos impostos e da recuperação dos recursos investidos. Quanto maior for a margem EBITDA, melhor será o desempenho da Companhia nesse indicador.

A Dívida Bruta é a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos mais o saldo de debêntures registrados no curto e no longo prazo. Contudo, a Companhia entende que a Dívida Bruta Ajustada — que também inclui as obrigações de contas a pagar pela aquisição de controladas, de curto e longo prazo, além de outros passivos (como fornecedores em recuperação extrajudicial e arrendamentos) — oferece uma representação mais abrangente e fiel do nível de endividamento.

A Dívida Líquida é obtida pela dedução do saldo de caixa e equivalentes de caixa da Dívida Bruta Ajustada. Dessa forma, o índice Dívida Líquida / EBITDA constitui um indicador relevante para avaliar o grau de endividamento da Companhia em relação à sua capacidade de geração de resultados e, consequentemente, de caixa.

A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e não possui definição padronizada. Assim, outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de forma distinta daquela adotada pela Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Aprovação do Plano de Recuperação Extrajudicial

Em 15 de junho de 2026 foi publicado o acórdão da 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que homologou o Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. O referido Plano estabelece condições específicas para a reestruturação e liquidação das obrigações financeiras da Companhia junto aos seus credores, contemplando duas modalidades de pagamento, conforme descrito a seguir:

(i) os créditos abrangidos serão pagos, sem deságio, mensalmente, a partir de fevereiro de 2028 (inclusive) até março de 2035 (inclusive), observado que tais montantes serão atualizados mensalmente pela variação positiva mensal acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e serão acrescidos de juros remuneratórios de 4,5% ao ano; e

(ii) os credores fornecedores colaboradores serão pagos, em todos os casos sem deságio, entre 30 dias e 24 meses (de acordo com o montante devido), acrescido de sobretaxa de 1% ao mês.

Durante a tramitação do pedido de homologação foram observados os procedimentos previstos na Lei nº 11.101/2005, incluindo a publicação do edital para ciência dos credores e apresentação de impugnações ao Plano, as quais foram analisadas no âmbito do processo judicial que culminou na homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial.

O Plano de Recuperação Extrajudicial e os demais documentos celebrados no âmbito da reestruturação financeira estabelecem, adicionalmente, um conjunto de obrigações e compromissos a serem observados pelas empresas do Grupo BBM durante a vigência do Plano. Tais obrigações incluem, entre outras, o cumprimento de determinados indicadores financeiros e *covenants*, a manutenção e o aperfeiçoamento das garantias constituídas em favor dos credores, a observância de restrições relacionadas à contratação de endividamento adicional e à realização de determinadas operações societárias, a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, bem como o fornecimento periódico de informações financeiras, operacionais e gerenciais aos credores e demais partes previstas nos documentos da reestruturação.

Adicionalmente, a Companhia atendeu ao índice financeiro previsto nos Documentos da Reestruturação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, representado pela razão Dívida Líquida/EBITDA, cujo limite contratual era de até 11,0 vezes.

Os documentos da reestruturação também preveem mecanismos de monitoramento do desempenho econômico-financeiro do Grupo, procedimentos de acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas e a comunicação tempestiva de eventos relevantes que possam impactar a capacidade de cumprimento do Plano ou os direitos dos credores abrangidos.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

A implementação das condições previstas nos Documentos da Reestruturação encontra-se em andamento e a Administração não identificou, até a presente data, impedimentos ao seu cumprimento, mantendo expectativa de atendimento tempestivo das obrigações e compromissos assumidos no âmbito da reestruturação financeira.

A Administração entende que a homologação do Plano representa um marco relevante no processo de reestruturação financeira do Grupo BBM, contribuindo para o reperfilamento de seu endividamento, fortalecimento de sua liquidez e aprimoramento de sua estrutura de capital. Nesse contexto, a Administração vem adotando as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das condições, obrigações e compromissos estabelecidos no Plano de Recuperação Extrajudicial e nos demais documentos da reestruturação.

2.7 Destinação de resultados

Período	2025	2024	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.
(a i) Valores das retenções de lucros	No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou prejuízo nos resultados, dessa forma, não houve retenções de lucros.	No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou prejuízo nos resultados, dessa forma, não houve retenções de lucros.	No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou prejuízo nos resultados, dessa forma, não houve retenções de lucros.
(a ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados	Reserva Legal: 0% Retenção de lucros:0%	Reserva Legal: 0% Retenção de lucros:0%	Reserva Legal: 0% Retenção de lucros:0%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do

2.7 Destinação de resultados

Período	2025	2024	2023
	lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço. Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço. Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço. Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

2.7 Destinação de resultados

Período	2025	2024	2023
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Não havia restrições formais, mas a existência de prejuízo acumulado impede a distribuição de dividendos.	Não havia restrições formais, mas a existência de prejuízo acumulado impede a distribuição de dividendos.	Não havia restrições formais, mas a existência de prejuízo acumulado impede a distribuição de dividendos.
(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e não possuía nos três últimos exercícios sociais, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e não possuía nos três últimos exercícios sociais, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e não possuía nos três últimos exercícios sociais, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

i. *Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos;*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

ii. *Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

iii. *Contratos de construção não terminada; e*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

iv. *Contratos de recebimento futuros de financiamentos.*

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Na avaliação da Administração, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos três últimos exercícios sociais.

b) natureza e propósito da operação

Na avaliação da Administração, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos três últimos exercícios sociais.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Na avaliação da Administração, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos três últimos exercícios sociais.

2.10 Planos de negócios

a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No ano de 2025 foram investidos cerca de R$ 12,6 milhões, visando a continuidade e o crescimento das operações da Companhia. Tais recursos foram destinados para a aquisição de ativos móveis, basicamente a compra de veículos pesados / máquinas e equipamentos (cavalos mecânicos, caminhões, semirreboques, carretas, gruas e tratores) e aumento da sua vida útil, com foco principal na manutenção e conservação da frota, além de investimentos em tecnologia e desenvolvimento de novas ferramentas operacionais, como o desenvolvimento da Plataforma Digital.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos tiveram como principal fonte capital próprio decorrente da geração de caixa operacional da Companhia e da venda de ativos. A Companhia realiza estudos de viabilidade e analisa as alternativas de financiamentos para aquisição de ativos, baseando sua escolha sempre na melhor opção em termos de custo e prazo que estejam alinhadas com as estratégias da Companhia.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2025, a Companhia realizou a venda de ativos e baixas no valor total de R$ 67,6 milhões, principalmente devido às desmobilizações de operações no segmento de dedicados. No exercício de 2025, tivemos um desinvestimento importante no segmento do Florestal, na cidade de Telêmaco Borba, o que contribui para geração de receita advindas de venda de ativos.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições que possam influenciar materialmente a Companhia.

c) novos produtos ou serviços, indicando:

Não prevemos no plano de negócio atual o lançamento de novos produtos ou serviços.

(i) Pesquisas em andamento

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos.

2.10 Planos de negócios

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, tendo em vista que não há previsão de lançamento de novos produtos.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Os investimentos realizados em 2025 englobaram a renovação de parte da frota, incluindo veículos com tecnologias que proporcionam menores emissões de gases de efeito estufa, utilizam menos combustível e apresentam maior qualidade ergonômica para nossos motoristas e mais segurança para condutores e para a carga, no ramo de elétricos, principalmente no segmento e-commerce.

Os investimentos na plataforma digital também apresentam oportunidades para ASG, pois essa tecnologia engloba modelos matemáticos e roteirizadores que apresentam as rotas mais eficientes, inclusive considerando as menores emissões de gases de efeito estufa e desgaste dos veículos e, por conseguinte, dos motoristas.

Ainda em relação aos investimentos com tecnologia, a Companhia testou veículos com diferentes combustíveis.

De maneira mais específica, a Companhia investiu na adesão voluntária a programas sociais e plataformas de reporte e transparência com métricas e planos de ação de ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Em maio de 2025, a Companhia celebrou com a Amazon um aumento contratual para transporte de seus produtos com potencial de faturamento de R$ 50,0 milhões/ano para o segmento do e-commerce. Ainda em 2025, celebrou contrato com a WAP nos segmentos carga fechada e fracionada com potencial de faturamento R$10 milhões/ano.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

3.2 Acompanhamento das projeções

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a certos riscos. Potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações deste Formulário de Referência, os riscos mencionados, as demonstrações financeiras da Companhia e suas notas explicativas antes de decidirem investir. Os negócios, a situação financeira, a reputação, os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos. O preço de mercado dos valores mobiliários pode diminuir devido a esses fatores, resultando em perda do investimento.

Os riscos descritos são aqueles que a Companhia conhece e acredita que podem afetá-la de forma material e adversa na data deste Formulário. Riscos adicionais, atualmente desconhecidos ou considerados menos relevantes, também podem impactar negativamente a Companhia. A menção de que um risco, incerteza ou problema terá um "efeito adverso" ou "efeito negativo" significa que poderá causar um impacto adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários. Expressões similares devem ser compreendidas nesse contexto. Fatores de risco em um item podem se aplicar a outros itens.

a. Riscos Relacionados ao Emissor

Nosso negócio utiliza mão-de-obra intensiva e dependemos de nossa habilidade para atrair, treinar e reter profissionais capacitados, e profissionais-chave em todos os níveis da Companhia para a conclusão de suas atividades.

Nosso mercado é competitivo e depende de mão-de-obra qualificada para gerir operações, implementar tecnologias e desenvolver soluções logísticas. Há competição por profissionais experientes e carência de mão-de-obra. Nosso desempenho depende da capacidade de atrair, treinar e reter profissionais capacitados. Não há garantia de que conseguiremos atrair ou manter esses profissionais, ou que não incorreremos em custos substanciais para isso. Nossos planos de retenção podem ser insuficientes para manter pessoas chave. A perda de diretores ou colaboradores essenciais, ou sua reposição ineficiente, pode impactar adversamente nossos negócios, resultados, situação financeira e o preço de nossas

4.1 Descrição dos fatores de risco

ações. Nossos negócios dependem da experiência de nossos altos executivos, e a saída de qualquer um deles poderia dificultar a substituição e prejudicar nossos resultados.

Nossa competitividade e estratégia de crescimento dependem de obtenção de capital intensivo de longo prazo. Podemos não conseguir ter acesso a novos financiamentos para conseguir viabilizar nossas necessidades de capital ou cumprir com nossas obrigações financeiras.

Dependemos da nossa capacidade de captar recursos, por dívida ou aumento de capital, para manter a competitividade e executar nosso plano estratégico. Não é garantido que obteremos tais recursos nos termos necessários devido a condições macroeconômicas adversas, como restrição de crédito ou aumento de juros, o que pode nos afetar de forma relevante. A implementação de nossa estratégia de crescimento e o aumento da competitividade dependem da nossa capacidade de investir, renovar e expandir nossa frota, o que, por sua vez, depende do nosso desempenho operacional e da obtenção de financiamentos de longo prazo. Não podemos garantir que obteremos financiamento suficiente para nossos investimentos e estratégia de expansão a custos aceitáveis.

Determinados contratos financeiros nos sujeitam a limitações de endividamento e métricas financeiras, que podem restringir nossa capacidade de investimento e captação de novos financiamentos. Podemos precisar de recursos captados por meio de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis, e a incapacidade de obter novos financiamentos, refinanciar dívidas ou renovar garantias de seguros pode dificultar o cumprimento de nossas obrigações financeiras e a exploração de oportunidades de negócios. Esse risco é acentuado por uma nova pandemia ou pela continuidade da Guerra na Ucrânia, que podem impor dificuldades adicionais para obter financiamentos, comprometendo nossas obrigações com terceiros e afetando nossos negócios e condição financeira. Esse cenário pode ter um efeito adverso relevante em nossos negócios e resultados. Se isso ocorrer, poderemos precisar de capital adicional antes do previsto ou adiar planos. Futuros instrumentos de financiamento provavelmente conterão cláusulas restritivas. A impossibilidade de obter capital adicional em termos satisfatórios pode atrasar a expansão ou afetar adversamente os negócios da Companhia. A captação de recursos por meio de ações pode resultar em alteração no preço das ações e diluição da participação do investidor.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Despesas com indenizações, seguros, acidentes, roubos, defeitos e danos podem afetar negativamente nossos resultados. Certos tipos de perdas podem não estar cobertas pelas apólices contratadas.

Estamos suscetíveis a acidentes com equipamentos e veículos, acidentes rodoviários e roubo de carga. Um aumento na frequência ou severidade de acidentes e roubos pode impactar adversamente nossos resultados operacionais, condição financeira, imagem e reputação. Podemos ser obrigados a pagar indenizações a clientes e vítimas, o que impactaria negativamente nossos resultados e reputação. Não mantemos seguro para o casco de nossos veículos e equipamentos. Certos tipos de perdas, como incidentes de força maior ou acidentes causados por clientes, podem não ser cobertos por nossas apólices. O ressarcimento de eventos cobertos pode não ser rápido ou suficiente. Não podemos garantir a renovação das apólices em termos favoráveis. Sinistros não cobertos ou a impossibilidade de renovar apólices podem afetar adversamente nossos negócios e condição financeira.

A Companhia pode estar sujeita a eventos não segurados ou danos maiores que os limites de cobertura. A quantificação da exposição ao risco nas apólices pode ser inadequada, resultando em reembolso menor que o esperado. A ocorrência de eventos não garantidos pode causar um revés financeiro para recompor ativos. Mesmo em sinistros cobertos, não há garantia de que o pagamento do seguro será tempestivo ou suficiente para compensar integralmente os danos. A cobertura do seguro está condicionada ao pagamento do prêmio. A falha no pagamento dos prêmios, somada a um sinistro, pode nos colocar em risco, já que os danos não seriam cobertos. Riscos como guerra, terrorismo e riscos cibernéticos podem não estar cobertos. Se estivermos inadimplentes com o prêmio, a apólice não fornecerá cobertura em caso de sinistro.

Estamos sujeitos a obrigações específicas e restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais nos termos de alguns contratos financeiros.

Nossos contratos financeiros preveem índices financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*) que devemos cumprir. O descumprimento pode levar ao vencimento antecipado das dívidas, afetando nosso fluxo de caixa e situação financeira. Não há garantia de que conseguiremos renegociar dívidas em caso de descumprimento. Se não cumprirmos os covenants e não conseguirmos renegociar, o saldo devedor poderá ser declarado vencido antecipadamente. Alguns contratos contêm cláusulas de vencimento cruzado (*cross-acceleration* ou *cross-default*), onde o inadimplemento

4.1 Descrição dos fatores de risco

de um contrato pode antecipar outros. A ocorrência de qualquer desses eventos pode afetar adversamente nosso fluxo de caixa e situação financeira. Mais informações sobre nossos contratos financeiros estão na Seção 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

Somos altamente dependentes de nossos armazéns, e qualquer interrupção ou falha na operação de nossos armazéns poderá nos causar um efeito adverso.

Atualmente, possuímos diversos armazéns em diferentes regiões do Brasil. Nossas operações dependem do funcionamento normal desses armazéns, pois todos os produtos que transportamos são distribuídos por eles. Se a operação de um desses armazéns for interrompida, total ou parcialmente, por qualquer motivo, incluindo fatores fora de nosso controle como incêndios, desastres naturais, falta de energia, falhas nos sistemas ou pandemias, nossos negócios serão adversamente impactados.

Precisamos investir constantemente em sistemas de tecnologia da informação, inclusive para prevenir tentativas de ameaças cibernéticas, e tais sistemas estão sujeitos a riscos externos que não podemos controlar.

Somos dependentes de sistemas automatizados para operar os negócios. A tecnologia da informação é essencial para manter nosso sistema de controles internos. Os sistemas de informação estão expostos a vírus, softwares nocivos e outros problemas que podem interferir na operação. Qualquer interrupção nos sistemas ou em sua infraestrutura poderia resultar em um efeito adverso, como perdas financeiras e aumento de custos. Investimentos em tecnologia e segurança são fundamentais para nossa eficiência operacional e redução de riscos. Nossos sistemas podem estar sujeitos a falhas causadas por ataques físicos ou cibernéticos. Interrupções na infraestrutura podem prejudicar a Companhia. Falhas não contornadas podem danificar nossos sistemas de TI, impactando operações internas e nossa capacidade de prestar serviços. Se não pudermos evitar violações de segurança, podemos nos sujeitar a obrigações legais e financeiras, além de danos à reputação e perda de receita.

Parte significativa das nossas operações ocorre em imóveis de terceiros.

Na data deste Formulário de Referência, utilizamos apenas um imóvel próprio. Os demais imóveis são locados, e não temos a propriedade plena, apenas a posse direta.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não podemos garantir a renovação desses contratos; alguns estão vigentes por prazo indeterminado e podem ser denunciados com 30 dias de antecedência. As renovações podem ocorrer em termos menos favoráveis para nós, o que poderia reduzir a rentabilidade e afetar nossas receitas. Se os contratos forem rescindidos ou não renovados em condições favoráveis, podemos ser obrigados a nos mudar para locais menos adequados. Um aquecimento do mercado imobiliário pode aumentar os aluguéis, impactando nossos resultados se não pudermos repassar o custo aos clientes. Não temos controle sobre o pagamento de impostos dos imóveis por parte dos proprietários, o que pode levar à perda da propriedade e à necessidade de desocupação.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nós.

Somos parte em diversas investigações e processos judiciais, arbitrais ou administrativos. Não podemos garantir que não seremos parte em outros processos no futuro. Decisões contrárias aos nossos interesses, com valores substanciais de pagamento, que afetem nossa imagem ou impeçam nossos negócios, podem causar um efeito adverso relevante. Não podemos garantir que os resultados dos processos serão favoráveis ou que as provisões serão suficientes. Decisões desfavoráveis com valores não provisionados suficientemente podem ter um efeito adverso em nossos negócios, situação financeira e imagem. Estamos sujeitos à fiscalização por autoridades federais, estaduais e municipais. Autuações podem se converter em processos judiciais que, se desfavoráveis, podem nos afetar negativamente. Membros da administração e acionistas também podem se tornar réus em processos, o que poderia afetá-los e, indiretamente, a Companhia. Para mais informações sobre os processos, veja os itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Podemos não conseguir obter ou renovar todas as licenças, alvarás e permissões necessárias à condução dos nossos negócios. Ademais, podemos estar sujeitos a perdas não cobertas pelos seguros contratados, bem como a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios.

Precisamos obter e renovar periodicamente diversas licenças, alvarás e permissões para nossas atividades. A não obtenção ou renovação pode resultar em: (i) autos de infração; (ii) multas; (iii) impedimento de operar unidades; (iv) interdição ou fechamento de unidades; (v) exposição a riscos adicionais em caso de acidente com

4.1 Descrição dos fatores de risco

uma licença pendente; (vi) outras penalidades como advertência e apreensão de produtos; e (vii) sanções criminais por atividades sem as devidas licenças ambientais. Atualmente, algumas de nossas licenças podem não ser expedidas devido a irregularidades nos imóveis. A ocorrência de eventos não cobertos por seguro pode nos causar um revés financeiro. A cobertura de seguro depende do pagamento do prêmio, e a falha em pagá-lo pode nos deixar desprotegidos. Nossa estratégia de negócios pode ser afetada se não conseguirmos operar novas unidades ou se tivermos que fechar unidades existentes por falta de licenças. Poderemos ser responsabilizados judicialmente por indenizações a terceiros em caso de sinistro. Se algum desses fatores ocorrer, nossos negócios e resultados podem ser adversamente afetados.

Podemos falhar em prevenir, identificar, quantificar ou monitorar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos nossos padrões de ética e conduta, o que pode causar impactos adversos relevantes sobre nossos negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais e cotação de nossas ações, incluindo os provenientes de violações à Lei Anticorrupção e/ou a outras leis anticorrupção que nos sejam aplicáveis.

Estamos sujeitos a regulamentos de combate à corrupção, como o Código Penal, a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei de Licitações, a Lei de Lavagem de Dinheiro e a Lei Anticorrupção. Nossos processos de governança e compliance podem não ser suficientes para prevenir ou identificar violações, comportamentos fraudulentos por parte de nossos colaboradores e terceiros, ou o tratamento inadequado de riscos. Irregularidades podem resultar em penalidades e sanções que afetam nossos negócios e imagem. Podemos descobrir casos de falha no cumprimento de leis e controles internos. Se nossos colaboradores ou terceiros se envolverem em práticas ilícitas, poderemos sofrer ações coercitivas, multas e outras sanções, afetando adversamente a cotação de nossos valores mobiliários e nossa reputação. A Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva às pessoas jurídicas, com sanções que incluem: (i) multa de até 20% do faturamento bruto; (ii) publicação da sentença condenatória; (iii) obrigação de reparação de danos; (iv) perdimento de bens e valores obtidos da infração; e (v) proibição de receber incentivos ou empréstimos de entidades públicas.

Também podemos ser solidariamente responsáveis por práticas contrárias à Lei Anticorrupção por nossas sociedades controladas, coligadas ou consorciadas. O não

4.1 Descrição dos fatores de risco

cumprimento de leis de combate à corrupção pode resultar em: (i) multas e indenizações; (ii) perda de benefícios ilícitos; e (iii) perda do direito de contratar com a Administração Pública. Não podemos evitar que nosso nome seja envolvido em investigações, o que pode resultar em ações coercitivas ou no vencimento antecipado de contratos. Se não formos capazes de manter nossos processos de governança e compliance eficazes, poderemos não conseguir elaborar nossas demonstrações financeiras adequadamente ou prevenir fraudes. Todas essas circunstâncias podem ocasionar um efeito adverso relevante em nossa reputação, operações e resultados. Danos à nossa imagem podem ter origem em diversos fatores, incluindo o não cumprimento de obrigações legais, práticas inadequadas e má conduta de colaboradores ou terceiros. Nossa reputação também pode ser impactada por ações ilegais praticadas por terceiros agindo em nosso nome.

Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a leis de privacidade, proteção de dados pessoais e cibersegurança, além de outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sancionada em 2018, regula o tratamento de dados pessoais no Brasil. A LGPD transforma a forma como a proteção de dados é tratada, criando um microssistema de regras que impacta todos os setores. Ela estabelece um novo marco legal para o tratamento de dados, incluindo direitos dos titulares, bases legais, e sanções em caso de descumprimento. A LGPD também criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), cuja estrutura foi aprovada pelo Decreto nº 10.474/2020.

Nós coletamos, utilizamos e gerenciamos dados pessoais no curso de nossos negócios, e esses dados podem ser processados em desacordo com a legislação ou sofrer incidentes de segurança. Devemos providenciar um ambiente seguro para os titulares de dados e investir na segurança da informação. Temos o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares de dados. A LGPD exige que forneçamos informações claras sobre o tratamento de dados, como finalidade, duração, identificação do responsável e compartilhamento com terceiros.

O descumprimento da LGPD pode resultar em ações judiciais e na aplicação de penalidades previstas no Marco Civil da Internet. Com a entrada em vigor das sanções da LGPD, podemos estar sujeitos a advertências, obrigação de divulgação de incidentes, suspensão de bancos de dados ou atividades de tratamento, bloqueio de dados e multas de até 2% do faturamento, limitadas a R$ 50 milhões por infração.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais e morais, individuais ou coletivos, causados pelo não cumprimento das obrigações da LGPD. Poderemos ser demandados a pagar indenizações a usuários prejudicados por violações de seus direitos. A insuficiência na prestação de informações também pode gerar sanções administrativas. Falhas na proteção de dados podem acarretar multas elevadas, danos à reputação e até a suspensão de nossas atividades, afetando nossos resultados e o valor de nossas ações.

As nossas medidas de segurança da informação para proteger nossos sistemas de tecnologia, produtos e/ou serviços podem falhar ou não serem suficientes para evitar incidentes, o que pode afetar negativamente a nossa receita, aumentar a nossa exposição e a responsabilidades legais e litígios, bem como impactar a nossa reputação.

Nossos servidores e plataformas podem sofrer interrupções devido a desastres naturais, erros, fraudes, ataques cibernéticos, entre outros. Indivíduos podem se apropriar indevidamente de informações confidenciais ou interromper nossas operações, o que pode afetar adversamente a Companhia, seus resultados e sua reputação. Pode ser necessário despender recursos significativos para proteção contra violações de segurança, afetando nossos resultados financeiros. Violações de segurança podem nos acarretar responsabilidades legais e aumentar o risco de litígios e investigações governamentais. À medida que expandimos, podemos estar expostos a violações de segurança em sociedades adquiridas.

A LGPD estabelece responsabilidade solidária entre controladores e operadores de dados. Isso significa que violações por parte de nossos contratados podem resultar em deveres de compensação e indenização para a Companhia, gerando custos relevantes. Os requisitos de segurança da legislação devem ser observados para minimizar riscos como ataques de vírus e panes, que podem resultar em interrupções e perda de dados. Qualquer interrupção em nossos sistemas pode causar um efeito material adverso. As práticas de trabalho remoto, intensificadas durante a pandemia de COVID-19, continuam amplamente adotadas e falhas em nossos sistemas de TI podem comprometer nosso funcionamento e prejudicar nossos negócios e imagem.

Ataques cibernéticos têm se tornado mais sofisticados. Mantemos informações sensíveis de clientes que podem ser alvo desses ataques. Se nossas medidas de segurança forem comprometidas, resultando em acesso indevido a dados, nossos

4.1 Descrição dos fatores de risco

serviços podem ser percebidos como vulneráveis, prejudicando nossa marca e reputação, o que pode reduzir receitas e nos expor a despesas.

Podemos sofrer impactos negativos em nossas despesas financeiras devido a necessidades emergenciais de contratação de empréstimos e financiamentos.

Uma retração do mercado financeiro devido à instabilidade econômica pode dificultar a captação de recursos para investimentos em condições adequadas. Isso pode nos forçar a reduzir investimentos ou a contratar empréstimos com custos maiores, aumentando nossas despesas financeiras e prejudicando nosso resultado e liquidez. Nossas despesas financeiras também podem ser afetadas pela necessidade de contratação emergencial de financiamentos para cobrir compromissos não planejados ou por descasamentos entre receitas e custos.

Uma redução da participação societária do atual grupo de controle da Companhia, inclusive imediatamente em decorrência de sua oferta pública inicial de ações poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia e, consequentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia possui contratos financeiros com cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração de controle. Esses contratos também contêm cláusulas de vencimento cruzado, significando que o inadimplemento de um pode levar ao vencimento antecipado de vários outros. Caso a oferta pública inicial de ações seja concretizada, o atual grupo de controle pode ser diluído a ponto de não deter mais de 50% do capital votante. Não podemos garantir que obteremos de nossos credores a renúncia a essa prerrogativa de declaração de vencimento antecipado. O vencimento antecipado de contratos financeiros consumiria uma parcela relevante do nosso caixa, afetando adversamente nossa situação financeira.

b. Riscos Relacionados a seus Acionistas, em especial os Acionistas Controladores

Os interesses dos nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de eventuais novos acionistas e investidores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Somos controlados em conjunto pela Stratus SCP Coinvestimentos I – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e por Marcos Egídio Battistella ("Grupo de Controle"). Os interesses dos controladores podem ser conflitantes com os de novos acionistas. Eles podem ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos ou outras ações que conflitem com os interesses de outros investidores ou que não resultem em melhorias para nossos resultados. Além disso, os controladores podem vender suas ações de controle. Qualquer alteração no controle pode afetar adversamente nossa administração, negócios e resultados.

Caso a Companhia e os acionistas vendedores tenham êxito na realização da oferta pública inicial de ações, o atual Grupo de Controle poderá ser diluído de modo que poderá deixar de deter mais do que 50% das ações votantes da Companhia, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista ou grupo de acionistas que detenha controle.

Após a oferta pública inicial de ações, há o risco de o Grupo de Controle passar a deter menos de 50% mais uma ação do capital votante. A ausência de um grupo controlador pode dificultar a tomada de decisões, levando a conflitos entre acionistas. A Companhia e seus acionistas podem não ter a mesma proteção da Lei das Sociedades por Ações contra abusos de controladores, dificultando a reparação de danos. A ausência de um controlador pode nos deixar suscetíveis a alianças ou acordos de votos entre acionistas, com efeito similar ao de um grupo de controle.

As ações de emissão da Companhia e de titularidade do Sr. Marcos Egídio Battistella não estão livres de ônus e gravames e podem vir a ter sua propriedade consolidada em favor do Agente de Garantia, o que pode alterar o nosso Grupo de Controle.

No âmbito de uma ação cautelar proposta pela União Federal em fevereiro de 2020, as ações do Sr. Marcos Egídio Battistella foram bloqueadas. Em face dessa ação, foi firmado um Termo de Compromisso onde o Sr. Battistella e Juares Luiz Nicolotti se obrigaram a indenizar a Companhia por quaisquer perdas decorrentes da ação. Como garantia, o Sr. Battistella alienou fiduciariamente 70% de suas ações ao Agente de Garantia. O Agente de Garantia tem o direito de executar essa garantia caso a obrigação de indenizar seja descumprida, o que poderia levar à venda das ações a terceiros, alterando o Grupo de Controle e afetando adversamente a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia ofereceu um seguro garantia no valor dos débitos e pleiteou o desbloqueio dos bens. Em agosto de 2020, foi deferido o desbloqueio dos bens da Companhia e do Sr. Marcos Egídio Battistella. No entanto, uma nova decisão em janeiro de 2021 revogou o desbloqueio dos bens do Sr. Marcos Egídio Battistella, entendendo que a apólice garantia apenas os bens da Companhia. Atualmente, as ações do Sr. Marcos continuam oneradas, e há discussão sobre a manutenção dos bloqueios. A perda definitiva da titularidade dessas ações pode levar à alteração do atual Grupo de Controle da Companhia. Para mais informações, consulte os itens 4.4 e 4.7 deste Formulário de Referência.

c. Riscos Relacionados a Controladas e Coligadas

Eventual processo de recuperação extrajudicial nos envolvendo ou envolvendo nossas controladas pode ser conduzido em bases consolidadas.

Embora a Companhia esteja em um processo de recuperação extrajudicial para proteger seus ativos, riscos permanecem. O principal risco é a possibilidade de credores ou o Judiciário pleitearem a "Consolidação Substancial", unificando as obrigações de todas as empresas do grupo. Desenvolvemos um plano de recuperação que acreditamos ser a melhor alternativa para todas as partes. A aprovação e execução bem-sucedida do nosso plano são fundamentais para mitigar o risco de consolidação e preservar o patrimônio da Companhia. O fracasso em sua implementação poderia levar à destinação de nossos ativos para o pagamento de credores de outras empresas do grupo, impactando negativamente nossos acionistas.

d. Riscos Relacionados aos Administradores

A perda de membros da alta administração ou a dificuldade em atrair e reter profissionais qualificados pode impactar de forma relevante nossas operações, situação financeira e resultados operacionais.

Nosso crescimento e desempenho dependem fortemente da experiência e liderança da alta administração. A saída de profissionais-chave, somada à intensa concorrência por talentos altamente qualificados em gestão, tecnologia, marketing e serviços, pode comprometer nossa capacidade de substituí-los adequadamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, a necessidade de atrair, reter e desenvolver esses profissionais pode exigir ajustes em políticas de remuneração e incentivos. Caso não consigamos manter ou substituir tais talentos, nossa habilidade de administrar e expandir o negócio poderá ser prejudicada, afetando negativamente nossos resultados operacionais e financeiros.

e. Riscos Relacionados a Fornecedores

As nossas atividades dependem do bom relacionamento e da reputação de nossos fornecedores.

O sucesso de nossas atividades depende de nossa condição financeira, reputação, e principalmente do relacionamento com nossos fornecedores. Se nossos fornecedores rescindirem ou não renovarem seus contratos, nossas atividades e resultados podem ser prejudicados. Além disso, se nossos fornecedores descumprirem leis ou usarem práticas comerciais antiéticas, como trabalho análogo ao escravo ou danos ambientais, nossa reputação ou patrimônio podem ser prejudicados por publicidade negativa ou responsabilidade solidária/subsidiária. Desentendimentos comerciais com fornecedores, especialmente aqueles com produtos restritos, podem afetar adversamente nossos resultados.

Riscos relacionados à terceirização de parte substancial de nossas atividades de serviços dedicados à cadeia de suprimentos e de transporte de cargas gerais podem nos afetar adversamente.

Respondemos integralmente perante nossos clientes por falhas na prestação de serviço por terceiros, e não podemos garantir que o serviço deles terá a mesma qualidade que o nosso. A descontinuidade dos serviços por empresas terceirizadas pode afetar a qualidade e a continuidade de nossos negócios. Se isso ocorrer, nossa reputação e resultados podem ser impactados adversamente. Se uma empresa terceirizada não cumprir suas obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, podemos ser considerados subsidiariamente responsáveis. Não podemos garantir que empregados de terceiros não tentarão reconhecer vínculo empregatício conosco, o que poderia afetar nossos resultados financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Aumentos significativos na estrutura de custos do nosso negócio, podem nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos a aumentos nos custos de insumos e serviços, como combustíveis, peças e mão-de-obra. Caso ocorra um aumento, podemos ter dificuldade em repassá-lo aos nossos clientes. O preço e a disponibilidade de insumos dependem de fatores políticos e de mercado fora do nosso controle. Não podemos prever quando os preços sofrerão reajustes. Paralisações de trabalho, greves ou redução da carga horária também podem aumentar os custos. Se nossos custos aumentarem significativamente e não conseguirmos repassar esse aumento, nossos resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

f. Riscos Relacionados a Clientes

Nossos oito maiores clientes representam um percentual relevante da nossa receita total. A rescisão ou não renovação dos contratos com esses ou outros clientes pode nos afetar adversamente.

Parte importante de nossas receitas vem de oito grandes clientes com contratos de longo prazo. No período findo em 31 de dezembro de 2025, esses clientes representavam 24,47% de nossa receita. Se esses contratos forem rescindidos ou não renovados, teríamos uma perda de receita significativa, impactando nossa rentabilidade. Nosso plano de negócios pressupõe a manutenção do nosso índice histórico de renovação de contratos. Uma redução nesse índice, por qualquer motivo, pode diminuir nossa receita e afetar nossa estratégia de crescimento. Não podemos garantir que seremos bem-sucedidos na renovação de todos ou de parte significativa dos contratos em termos razoáveis. A não renovação de contratos com nossos principais clientes pode impactar adversamente nossos negócios e resultados. Adicionalmente, se os contratos forem rescindidos e os clientes não honrarem as multas contratuais, nossos resultados financeiros poderão ser afetados.

Como somos uma prestadora de serviços, nossos resultados dependem da nossa base de clientes e do volume de negócios por eles gerados.

Nossos resultados dependem dos contratos com clientes e de fatores como políticas de relacionamento, crédito e satisfação com nossos serviços. Uma redução no volume de negócios com clientes principais pode diminuir nossas margens operacionais

4.1 Descrição dos fatores de risco

devido à perda de escala. Se nossos clientes sofrerem efeitos econômicos adversos, causando menor demanda ou aumento da inadimplência, nossos resultados financeiros podem ser afetados, especialmente considerando nosso alto volume de ativos imobilizados.

g. Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos Quais o Emissor Atua

A falta de conservação das rodovias brasileiras pode afetar adversamente nosso custo de serviço de transporte.

Grande parte de nossos custos refere-se à manutenção e depreciação da frota. A má conservação das rodovias pode causar avarias nos veículos, maior tempo de trânsito, gasto adicional de combustível e desgaste de pneus, aumentando nossas despesas com manutenção e impactando nossa condição financeira e resultados.

A substancial competição, principalmente de outros prestadores de serviços de gestão logística, pode prejudicar o desenvolvimento das nossas atividades.

Nosso segmento é altamente competitivo e fragmentado, com concorrentes formais e informais. Qualquer alteração no ambiente competitivo pode implicar em queda de demanda ou aumento nos custos para reter clientes, afetando nosso crescimento e rentabilidade.

Greves e paralisações podem afetar nossas operações e impactar os nossos resultados.

Nossas operações podem ser afetadas por paralisações e greves de nossos funcionários ou de caminhoneiros, como a ocorrida em maio de 2018, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados. Se o governo criar linhas de crédito com juros subsidiados para a aquisição de caminhões, isso pode facilitar a compra desses ativos por nossos concorrentes e clientes. Diante disso, poderíamos enfrentar dificuldades para expandir nossos negócios, pois a terceirização de serviços logísticos se tornaria menos atraente, impactando nosso crescimento e resultados financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso em nossos negócios e no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos por nós.

A economia brasileira é caracterizada por intervenções governamentais e instabilidade. O governo frequentemente altera políticas monetárias, tributárias e de crédito. Ações governamentais para controlar a inflação no passado incluíram controles de preços e limites de importação. Não temos controle sobre as políticas futuras do governo. Nossos negócios podem ser prejudicados por modificações em políticas que afetem fatores como inflação, câmbio, taxas de juros, liquidez dos mercados, crescimento do PIB, greves, regulamentação do transporte, preço do petróleo e políticas tributárias. A incerteza sobre futuras mudanças políticas contribui para a volatilidade do mercado de valores mobiliários.

Historicamente, a política tem afetado a economia do país. Crises políticas passadas reduziram a confiança de investidores, resultando em desaquecimento econômico. Não somos capazes de estimar o impacto de desenvolvimentos macroeconômicos e políticos, nem prever como futuras medidas regulatórias podem nos impactar. A instabilidade política atual aumenta a incerteza sobre políticas econômicas futuras. Mudanças nas exigências regulatórias ou a continuidade da incerteza política podem ter efeitos adversos sobre nós.

h. Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que o Emissor Atua

Riscos de Incerteza Jurídica e Transição do Sistema Tributário | Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir nossa margem bruta.

A promulgação da Reforma Tributária do Consumo EC 132/2023 e sua regulamentação pelas Leis Complementares 214/2025 e 227/2026 instituíram o IVA Dual (CBS e IBS), substituindo PIS, COFINS, ICMS e ISS.

A Companhia está exposta a riscos significativos durante o período de transição (2026-2032), incluindo: (i) complexidade operacional de manter, simultaneamente, dois sistemas de apuração e a conformidade tributária dos dois distintos sistema de apuração tributária, o que poderá elevar substancialmente nossos custos administrativos e de tecnologia da informação; (ii) incerteza sobre a alíquota efetiva

4.1 Descrição dos fatores de risco

final do IBS e CBS, pela ausência de atos normativos regulatório em fase de regulamentação, o que poderá resultar no aumento real da carga tributária sobre o setor de transporte e logística; (iii) dificuldades na monetização de créditos acumulados de PIS/COFINS e ICMS do regime antigo, nos termos dos procedimentos de transição disciplinados pelos arts. 378 a 386 da LC 214/2025 e art. 132 da LC 227/2026 que poderá ser dificultada ou sofrer atrasos significativos por parte das autoridades fiscais; (iv) riscos severos de fluxo de caixa com a implementação do split payment previstos nos arts. 30 a 32 da LC 214/2025 e art. 471-D da LC 227/2026), mecanismo que eliminará a gestão discricionária de caixa atualmente utilizada pela Companhia para postergar recolhimentos e priorizar obrigações operacionais de curto prazo, com necessidade imediata de reestruturação financeira e análise de possível aumento da dependência de fontes externas de capital de giro; e (v) riscos de litígios administrativos e judiciais decorrentes de interpretações controversas das novas normas pelas autoridades fiscais.

A incapacidade de repassar integralmente eventuais aumentos de carga tributária aos preços dos serviços, agravada pela perda da discricionariedade no recolhimento tributário, poderá comprimir as margens operacionais e afetar adversamente a situação financeira e os resultados consolidados da Companhia.

Estamos sujeitos ao cumprimento da legislação aplicável aos serviços de transporte e das normas regulamentares expedidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e outros órgãos reguladores.

Os serviços de transporte estão sujeitos a uma extensa legislação. A ANTT é o órgão responsável pela regulação e fiscalização dos transportes terrestres no Brasil, sendo que o transporte de produtos perigosos também é regulamentado pela ABNT, INMETRO, CONTRAN e SENATRAN. Adicionalmente, o transportador deve manter regular o seu Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC).

O descumprimento dessas normas ou a falha na obtenção e renovação dos registros pode resultar em penalidades severas, como multas e a suspensão ou perda do registro. Como o governo implementa mudanças na regulamentação periodicamente — a exemplo do tabelamento de fretes mínimos —, a conformidade com novas exigências legais pode elevar nossos custos operacionais e afetar adversamente nossos resultados financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

i. Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros Onde o Emissor Atue

Nossas operações internacionais estão sujeitas a riscos econômicos, políticos e sociais dos países em que atuamos.

Realizamos transporte de cargas entre países do Mercosul. Em 31 de dezembro de 2025, cerca de 5,94% de nossa receita líquida proveio de países estrangeiros e 0,66% do transporte de cargas do Brasil para outros países do Mercosul. Nossa principal sucursal no exterior está na Argentina; portanto, uma condição econômica ou política adversa nesse país pode reduzir nosso volume de negócios e afetar nosso resultado. Condições adversas nesses países também podem diminuir as exportações de nossos clientes no Brasil para eles, afetando nosso volume de negócios e resultado.

Riscos Relacionados a Questões Socioambientais e Climáticas

j. Questões Sociais

Assumimos que nossas atividades devem contribuir para o desenvolvimento social de todos os grupos envolvidos, incluindo investidores, colaboradores, clientes, fornecedores e comunidades locais. Para garantir relacionamentos saudáveis, estabelecemos estruturas de governança que acompanham o cumprimento de leis e políticas internas sobre segurança no trabalho, código de conduta, ética, combate à corrupção, combate ao trabalho escravo e diversidade. A Companhia adere voluntariamente a programas sociais de promoção da dignidade humana.

Os trabalhadores do setor de transporte rodoviário de carga registram um número significativo de afastamentos por doenças e acidentes de trabalho no Brasil. Eles podem estar expostos a situações de estresse que aumentam o risco de acidentes. Além disso, os motoristas estão expostos ao cenário de trânsito brasileiro, que tem uma alta taxa de mortalidade. A Companhia utiliza modelos matemáticos para otimizar rotas, buscando as mais curtas, menos estressantes e com menores emissões. Devido à escassez de motoristas qualificados em algumas regiões, estabelecemos parcerias com instituições de ensino para formar profissionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

k. Questões Ambientais

As leis e regulamentos ambientais podem exigir dispêndios maiores do que os atuais, e o descumprimento pode resultar em penalidades. A Companhia transporta produtos químicos, que em caso de acidente, podem poluir o solo e recursos hídricos. Estamos sujeitos à legislação ambiental federal, estadual e municipal, que nos obriga a obter licenças para nossas operações. Dificuldades na obtenção dessas licenças podem atrasar projetos. O descumprimento pode resultar em responsabilidade civil, criminal e administrativa, com multas, cancelamento de licenças e danos à reputação.

Leis ambientais mais rigorosas podem aumentar nossos gastos futuros e afetar a disponibilidade de recursos. A inobservância de leis ambientais pode aumentar nossos custos e reduzir os lucros. Além de penalidades administrativas, podemos sofrer sanções penais e a obrigação de reparar danos ambientais. A Lei de Crimes Ambientais prevê a responsabilidade da pessoa jurídica e física. As sanções penais podem incluir prisão dos responsáveis, perda de incentivos fiscais e proibição de contratar com o Poder Público, o que pode impactar nossas receitas e a captação de recursos.

l. Questões Climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A logística rodoviária está entre os setores "difíceis de mitigar" em termos de emissões de gases de efeito estufa, pois as alternativas tecnológicas têm custos muito altos ou ainda não existem de forma eficaz. Setores que utilizam combustíveis fósseis podem contribuir para a descarbonização de outras maneiras, como o uso de energias mais limpas e o compartilhamento de metas de redução com fornecedores. Atualmente, não há penalidades legais para o descumprimento de metas de redução de emissões por empresas privadas, mas existem compromissos públicos voluntários e regras de reporte recomendadas para transparência.

As mudanças climáticas podem causar desastres que afetam as populações locais onde operamos e a disponibilidade de rodovias, impactando nossos serviços. Estudos indicam um aumento de precipitações extremas nas próximas décadas, exigindo que os governos garantam a segurança das rodovias, especialmente as não pavimentadas. Secas prolongadas podem afetar o preço da energia e de outros insumos, com possível impacto em nossos ganhos. Nossos clientes do setor agroflorestal também podem sofrer prejuízos com condições meteorológicas adversas. No Brasil, a Política Nacional de Mudanças Climáticas e decretos

4.1 Descrição dos fatores de risco

relacionados regulamentam o tema, incluindo a regulamentação do mercado de carbono.

Impactos das Inundações no Rio Grande do Sul no Segmento de Logística e Transportes

As inundações no Rio Grande do Sul causaram sérios impactos na infraestrutura de transporte, afetando nossa capacidade de operar na região. Os potenciais impactos incluem:

- Interrupções nas Rotas de Transporte: Danos a rodovias e pontes podem causar bloqueios e desvios, aumentando os tempos de trânsito e custos, o que pode atrasar entregas e comprometer a eficiência da cadeia de suprimentos.
- Aumento dos Custos Operacionais: Rotas alternativas podem aumentar os custos de combustível e manutenção. Os custos de seguro também podem subir devido ao maior risco de danos.
- Danos a Infraestrutura e Equipamentos: As inundações podem danificar nossas instalações, veículos e equipamentos, resultando em custos significativos de reparo ou substituição.
- Desafios na Gestão de Estoques: A dificuldade de acesso a certas áreas pode complicar a gestão de estoques, levando a desabastecimentos ou excessos.
- Riscos para a Segurança dos Funcionários: As condições adversas aumentam os riscos para a segurança de nossos motoristas e funcionários, exigindo medidas adicionais de segurança.
- Impacto na Reputação da Companhia: Falhas recorrentes no cumprimento de prazos podem impactar negativamente a satisfação do cliente e nossa reputação, podendo resultar na perda de clientes.
- Desafios de Planejamento e Logística: A necessidade de reagir a desastres naturais pode exigir ajustes não planejados em nossas operações.

Para mitigar esses riscos, implementamos planos de contingência, mas não podemos garantir que serão totalmente eficazes. Qualquer um desses eventos pode afetar adversamente nossos negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

m. Outras Questões Não Compreendidas nos Itens Anteriores

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro podem afetar negativamente a liquidez e os preços de mercado das ações da Companhia caso o IPO venha a ser realizado, e podem limitar a capacidade de seus acionistas de alienar as ações por eles detidas pelo preço e na ocasião que desejarem.

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro podem afetar negativamente a liquidez e os preços de mercado das ações da Companhia, caso o IPO venha a ser realizado. Consequentemente, tais fatores podem limitar a capacidade de nossos acionistas de alienar suas ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

Os mercados de valores mobiliários brasileiros são comparativamente menores, menos líquidos e mais voláteis do que os mercados dos Estados Unidos, além de apresentarem uma elevada concentração de negociação. No encerramento do exercício de 2025, as dez maiores companhias representavam aproximadamente 44,1% da capitalização de mercado total da B3, enquanto as dez ações mais negociadas respondiam por cerca de 53,4% do volume total de negociação à vista. Essa característica estrutural de forte concentração pode influenciar diretamente a cotação das ações da Companhia e restringir a capacidade dos investidores de venderem seus títulos nos prazos e preços desejados, especialmente no período inicial subsequente ao eventual IPO.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil (*rating*) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Qualquer rebaixamento na classificação de risco de crédito soberano do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão.

As classificações de crédito influenciam diretamente a percepção de risco e as decisões de alocação dos investidores estrangeiros e nacionais. As agências de rating avaliam regularmente a nota do Brasil com base em indicadores macroeconômicos, dinâmicas políticas e, principalmente, no desempenho fiscal do país. No encerramento do exercício de 2025, as classificações atribuídas ao Brasil pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings permaneciam abaixo do grau de

4.1 Descrição dos fatores de risco

investimento (*investment grade*), embora a economia brasileira tenha apresentado revisões e melhorias pontuais de notas e perspectivas nos últimos anos.

O cenário político-econômico nacional tem sido marcado por volatilidade, com pressões inflacionárias e rigidez nos gastos públicos que se desdobraram em juros elevados, fatores que continuam a impactar a trajetória da dívida pública. A manutenção da nota soberana do país abaixo do grau de investimento restringe o fluxo de capital e afeta negativamente o custo de captação e o preço dos títulos de companhias brasileiras. Eventuais revisões fiscais negativas ou instabilidades institucionais podem provocar novos rebaixamentos por parte das agências de risco. Consequentemente, qualquer nova degradação ou deterioração na perspectiva da classificação soberana do Brasil poderá aumentar a aversão ao risco em relação aos ativos nacionais, impactando adversamente a cotação de nossas ações.

Se o Brasil sofrer inflação substancial no futuro, as nossas receitas e a nossa capacidade de acessar mercados financeiros podem ser reduzidas.

Se o Brasil enfrentar pressões inflacionárias substanciais no futuro, nossas receitas, margens operacionais e a nossa capacidade de acessar os mercados de capitais e de crédito poderão ser significativamente reduzidas.

Historicamente, a economia brasileira tem registrado períodos de volatilidade inflacionária que geram impactos adversos generalizados. Nos exercícios recentes, as taxas de inflação oficiais e setoriais voltaram a demonstrar aceleração: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), balizador oficial da meta de inflação, encerrou o ano de 2025 acumulado em 5,62%, enquanto o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) registrou alta de 6,12% no mesmo período, impulsionado pela desvalorização cambial e pela pressão nos custos de commodities e cadeias de suprimentos.

A inflação e, fundamentalmente, as medidas adotadas pelo Banco Central do Brasil para combatê-la possuem efeitos materiais sobre as nossas atividades econômicas. O cenário futuro permanece sujeito a pressões inflacionárias decorrentes de desequilíbrios fiscais ou choques de oferta, as quais podem motivar intervenções governamentais ou regulatórias adversas.

Em períodos de alta inflação, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para repassar integralmente o aumento de seus custos operacionais aos preços de seus

4.1 Descrição dos fatores de risco

serviços, impactando nossa rentabilidade. Adicionalmente, a política monetária restritiva para o controle de preços — caracterizada pela manutenção ou elevação da taxa SELIC em patamares elevados ao longo de 2025 e início de 2026 — encarece o custo de captação, restringe a oferta de crédito e desacelera o crescimento econômico do país, o que pode aumentar as nossas despesas financeiras e afetar negativamente nossos resultados e fluxos de caixa.

Eventos políticos, econômicos e sociais, bem como mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outras regiões — especialmente Estados Unidos, Europa, China e demais países emergentes — podem afetar de forma material e adversa a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo nossas ações.

O valor de mercado dos títulos e ações de companhias brasileiras é sensível às condições econômicas externas. A reação dos investidores a eventos em outros países pode ter efeito adverso sobre emissores brasileiros. Crises nos EUA, China ou União Europeia podem reduzir o interesse pelos valores mobiliários brasileiros. Oscilações nas taxas de juros dos EUA historicamente influenciam os preços das ações na B3 e podem prejudicar o preço de nossas ações, em caso de IPO, e nosso acesso a financiamento. Um enfraquecimento da economia global pode afetar negativamente a economia brasileira, reduzindo atividade comercial e aumentando a inadimplência entre nossos clientes.

Fatores macroeconômicos relevantes incluem queda do nível de atividade, inflação elevada, aumento de juros e queda nos preços de commodities. Conflitos geopolíticos, políticas externas que afetem o comércio e crises em outros mercados emergentes podem aumentar a pressão inflacionária, elevar a volatilidade e restringir o apetite por ativos brasileiros. O governo federal enfrenta desafios fiscais e precisa avaliar reformas, entre elas a tributária, em um contexto de desaceleração internacional. Incertezas sobre políticas públicas podem aumentar a volatilidade dos mercados. Não é possível prever quais medidas serão adotadas pelo Presidente ou qual será seu efeito sobre a Companhia ou a economia.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O ambiente político brasileiro é caracterizado por uma elevada polarização que pode influenciar diretamente a estabilidade econômica e o desenvolvimento de políticas públicas essenciais ao setor de logística e infraestrutura. A Companhia está sujeita ao risco de que crises políticas ou impasses legislativos paralisem reformas estruturantes e investimentos em rodovias, ferrovias e portos, essenciais para a eficiência de nossas operações. Em períodos que antecedem ciclos eleitorais, como as eleições gerais de 2026, a volatilidade dos mercados financeiros tende a aumentar, o que pode impactar em nossa capacidade de captação de recursos. Há, adicionalmente, o risco de mudanças bruscas na condução da política econômica, cambial e monetária, bem como em intervenções governamentais na precificação de insumos energéticos, o que introduz incertezas no nosso planejamento de longo prazo. Tensões sociais exacerbadas pela polarização política podem resultar em manifestações populares, greves de categorias profissionais ou bloqueios rodoviários motivados por pautas ideológicas ou econômicas, com potencial para paralisar nossas atividades de transporte, causar danos a ativos da Companhia e comprometer o cumprimento de prazos contratuais junto aos nossos clientes. Tais eventos podem gerar prejuízos financeiros imediatos e danos à nossa reputação e imagem perante o mercado. A insegurança jurídica decorrente de decisões conflitantes entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário sobre temas regulatórios, ambientais e trabalhistas também constitui um fator de risco que pode elevar nosso passivo contingente e custos de conformidade. Caso o cenário de instabilidade política se agrave, a confiança de investidores nacionais e estrangeiros poderá ser reduzida, resultando em retração do nível de atividade econômica do país e, consequentemente, em uma queda no volume de carga movimentada pela Companhia.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

As operações da Companhia, embora predominantemente domésticas e regionais, são altamente sensíveis ao cenário geopolítico e econômico internacional. Tensões no Oriente Médio e conflitos envolvendo o Irã e rotas comerciais estratégicas, como o Estreito de Ormuz, têm o potencial de causar volatilidade extrema e aumentos súbitos no preço internacional do barril de petróleo (Brent) — o principal indexador para o custo do óleo diesel no mercado brasileiro. Uma escalada militar ou bloqueios nessas rotas de navegação podem resultar em choques globais de oferta, forçando a

4.1 Descrição dos fatores de risco

Petrobras e outros importadores a reajustar os preços domésticos, o que impactaria diretamente nossos custos operacionais de transporte.

Além do fator combustível, a instabilidade internacional pode afetar severamente a cadeia de suprimentos global de semicondutores, pneus e peças de reposição críticas para a manutenção da nossa frota e para o funcionamento de nossos sistemas de tecnologia. Disrupções na logística internacional podem elevar os prazos de entrega de novos veículos e aumentar o custo de aquisição de ativos, prejudicando nossos planos de renovação de frota. Paralelamente, clientes voltados à exportação também podem sofrer reduções em seus volumes de vendas externas devido a crises globais, o que reduziria indiretamente a demanda por nossos serviços de transporte e armazenagem, afetando negativamente nossa receita líquida e resultados operacionais.

No âmbito financeiro, o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os da Companhia, é diretamente influenciado pelas condições econômicas globais. Historicamente, crises financeiras internacionais — como a recessão global de 2008 iniciada nos EUA — e a percepção de risco elevada em outros mercados emergentes resultaram na fuga de capitais do Brasil. Esse movimento pressiona a taxa de câmbio, eleva as taxas de juros domésticas e reduz o interesse dos investidores por títulos brasileiros. Como consequência, instituições financeiras podem demonstrar menor disposição para conceder novas linhas de crédito em condições favoráveis, aumentando nossas despesas financeiras, dificultando nosso acesso a capital externo e prejudicando a negociação de nossas ações. Qualquer um desses acontecimentos pode afetar adversamente os resultados e a saúde financeira da Companhia.

Impacto da manutenção de ativos fiscais diferidos e continuidade operacional

A Companhia mantém o entendimento de que é adequada a constituição e manutenção de ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL, os quais totalizam R$ 116,2 milhões no balanço individual e R$ 136,2 milhões no consolidado. O reconhecimento desses créditos tributários está fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros elegíveis para compensação, apurados em projeções financeiras e no plano de negócios estruturado a partir do orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. O estudo técnico de viabilidade, projetado para um horizonte de até 10 anos, indica

4.1 Descrição dos fatores de risco

a capacidade de absorção integral desses saldos ativos por meio dos resultados tributáveis projetados.

Contudo, subsiste o risco associado a divergências de interpretação quanto aos requisitos de reconhecimento previstos no CPC 32 (Impairment e Ativos Diferidos) e na norma internacional IAS 12. Historicamente, os auditores independentes da KPMG apresentaram ressalva nas demonstrações financeiras apontando que a existência de incertezas relevantes sobre a continuidade operacional da Companhia mitigaria o grau de previsibilidade e a segurança jurídica de que lucros tributáveis futuros estariam disponíveis em níveis suficientes para a realização de tais ativos.

Em contraposição, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração reiteram a convicção na continuidade operacional e na capacidade de geração de valor da Companhia. Essa visão está respaldada no desdobramento e maturação das iniciativas estratégicas e operacionais de reestruturação — iniciadas ao final de 2023 e consolidadas ao longo dos exercícios subsequentes — focadas na otimização da estrutura de capital, redução de custos fixos, revisão de contratos comerciais e recuperação das margens de lucratividade. A Administração entende que as conclusões da auditoria se concentraram de forma restrita no parágrafo de ênfase sobre a continuidade das operações, enquanto as métricas de desempenho e as ações de governança implementadas mitigam os riscos apontados e reafirmam a solidez da continuidade das atividades da Companhia.

Riscos Relacionados ao Uso, Governança e Implementação de Inteligência Artificial (IA)

As organizações brasileiras e mundiais vem integrando ferramentas de Inteligência Artificial (IA) em suas operações para otimizar rotas, prever demandas e aumentar a eficiência administrativa. Da mesma forma, a Companhia segue este movimento, de forma organizada e atualizada em relação as iniciativas existentes. No entanto, a adoção dessas tecnologias introduz riscos complexos de governança, ética e conformidade legal. Existe o risco de que os algoritmos utilizados contenham vieses implícitos em seus dados de treinamento, o que poderia resultar em decisões operacionais discriminatórias ou falhas na alocação de recursos, gerando danos reputacionais e litígios. A falta de transparência ou a "caixa-preta" de certos modelos de IA pode dificultar a auditabilidade de processos internos e o cumprimento de obrigações regulatórias junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e outros órgãos. Adicionalmente, a Companhia está exposta a riscos de segurança

4.1 Descrição dos fatores de risco

cibernética específicos, como ataques de *adversarial machine learning* ou vazamento de dados sensíveis e segredos comerciais por meio de ferramentas de IA generativa utilizadas por colaboradores ou terceiros sem a devida governança. A dependência de provedores externos de modelos de IA cria um risco de descontinuidade tecnológica ou aumento imprevisto de custos de licenciamento, sobre os quais temos controle limitado. No âmbito jurídico, a ausência de uma regulamentação definitiva sobre o Marco Legal da IA no Brasil pode impor obrigações retroativas de conformidade, exigindo investimentos vultosos em novos sistemas de controle e relatórios de impacto. Caso a Companhia falhe em implementar uma estrutura robusta de Governança de IA, poderemos enfrentar erros em decisões automatizadas que afetem a segurança operacional e a integridade de nossos dados, impactando negativamente nossos resultados financeiros, nossa posição estratégica no mercado e a confiança de nossos investidores e clientes.

Riscos Regulatórios com impacto para o setor de Transportes e Logística (OBS: Geral, consolidando os principais riscos que impactam no setor 2025 / 2026).

O setor de logística e transporte no Brasil enfrenta um cenário regulatório dinâmico, onde a conformidade é um fator crítico para a sustentabilidade operacional e financeira. Atualmente, um dos principais pontos de atenção reside na possível alteração da jornada de trabalho (escala 6x1), que pode impactar significativamente os custos com folha de pagamento, a gestão de turnos e a produtividade nas operações de transporte e armazenagem. Somado a isso, as propostas de revisão do Código Civil trazem incertezas sobre o regime de responsabilidade civil do transportador e a validade de cláusulas de limitação de danos, exigindo uma reavaliação constante das apólices de seguro e dos contratos de prestação de serviços.

A manutenção da política de Piso Mínimo do Frete pela ANTT permanece como um risco de conformidade e custo, dada a complexidade do cálculo e a fiscalização rigorosa sobre o CIOT e a emissão de documentos eletrônicos. No âmbito tributário, a transição para o novo modelo de Reforma Tributária (IVA) impõe o desafio de gerir créditos sobre insumos e serviços, além do risco de aumento da carga sobre o setor de serviços logísticos. Adicionalmente, a crescente exigência por normas de descarbonização e metas de ESG introduz riscos regulatórios ligados a restrições de circulação de veículos pesados e novos padrões de emissão.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Nossa competitividade e estratégia de crescimento dependem de obtenção de capital intensivo de longo prazo. Podemos não conseguir ter acesso a novos financiamentos para conseguir viabilizar nossas necessidades de capital ou cumprir com nossas obrigações financeiras.

Dependemos da nossa capacidade de captar recursos, por dívida ou aumento de capital, para manter a competitividade e executar nosso plano estratégico. Não é garantido que obteremos tais recursos nos termos necessários devido a condições macroeconômicas adversas, como restrição de crédito ou aumento de juros, o que pode nos afetar de forma relevante. A implementação de nossa estratégia de crescimento e o aumento da competitividade dependem da nossa capacidade de investir, renovar e expandir nossa frota, o que, por sua vez, depende do nosso desempenho operacional e da obtenção de financiamentos de longo prazo. Não podemos garantir que obteremos financiamento suficiente para nossos investimentos e estratégia de expansão a custos aceitáveis.

Determinados contratos financeiros nos sujeitam a limitações de endividamento e métricas financeiras, que podem restringir nossa capacidade de investimento e captação de novos financiamentos. Podemos precisar de recursos captados por meio de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis, e a incapacidade de obter novos financiamentos, refinanciar dívidas ou renovar garantias de seguros pode dificultar o cumprimento de nossas obrigações financeiras e a exploração de oportunidades de negócios. Esse risco é acentuado por uma nova pandemia ou pela continuidade da Guerra na Ucrânia, que podem impor dificuldades adicionais para obter financiamentos, comprometendo nossas obrigações com terceiros e afetando nossos negócios e condição financeira. Esse cenário pode ter um efeito adverso relevante em nossos negócios e resultados. Se isso ocorrer, poderemos precisar de capital adicional antes do previsto ou adiar planos. Futuros instrumentos de financiamento provavelmente conterão cláusulas restritivas. A impossibilidade de obter capital adicional em termos satisfatórios pode atrasar a expansão ou afetar adversamente os negócios da Companhia. A captação de recursos por meio de ações pode resultar em alteração no preço das ações e diluição da participação do investidor.

Somos altamente dependentes de nossos armazéns, e qualquer interrupção ou falha na operação de nossos armazéns poderá nos causar um efeito adverso.

Atualmente, possuímos diversos armazéns em diferentes regiões do Brasil. Nossas operações dependem do funcionamento normal desses armazéns, pois todos os produtos que transportamos são distribuídos por eles. Se a operação de um desses armazéns for interrompida, total ou parcialmente, por qualquer motivo, incluindo fatores fora de nosso controle como incêndios, desastres naturais, falta de energia, falhas nos sistemas ou pandemias, nossos negócios serão adversamente impactados.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Parte significativa das nossas operações ocorre em imóveis de terceiros.

Na data deste Formulário de Referência, utilizamos apenas um imóvel próprio. Os demais imóveis são locados, e não temos a propriedade plena, apenas a posse direta. Não podemos garantir a renovação desses contratos; alguns estão vigentes por prazo indeterminado e podem ser denunciados com 30 dias de antecedência. As renovações podem ocorrer em termos menos favoráveis para nós, o que poderia reduzir a rentabilidade e afetar nossas receitas. Se os contratos forem rescindidos ou não renovados em condições favoráveis, podemos ser obrigados a nos mudar para locais menos adequados. Um aquecimento do mercado imobiliário pode aumentar os aluguéis, impactando nossos resultados se não pudermos repassar o custo aos clientes. Não temos controle sobre o pagamento de impostos dos imóveis por parte dos proprietários, o que pode levar à perda da propriedade e à necessidade de desocupação.

Eventual processo de recuperação extrajudicial nos envolvendo ou envolvendo nossas controladas pode ser conduzido em bases consolidadas.

Embora a Companhia esteja em um processo de recuperação extrajudicial para proteger seus ativos, riscos permanecem. O principal risco é a possibilidade de credores ou o Judiciário pleitearem a "Consolidação Substancial", unificando as obrigações de todas as empresas do grupo. Desenvolvemos um plano de recuperação que acreditamos ser a melhor alternativa para todas as partes. A aprovação e execução bem-sucedida do nosso plano são fundamentais para mitigar o risco de consolidação e preservar o patrimônio da Companhia. O fracasso em sua implementação poderia levar à destinação de nossos ativos para o pagamento de credores de outras empresas do grupo, impactando negativamente nossos acionistas.

Nossos oito maiores clientes representam um percentual relevante da nossa receita total. A rescisão ou não renovação dos contratos com esses ou outros clientes pode nos afetar adversamente.

Parte importante de nossas receitas vem de oito grandes clientes com contratos de longo prazo. No período findo em 31 de dezembro de 2025, esses clientes representavam 24,47% de nossa receita. Se esses contratos forem rescindidos ou não renovados, teríamos uma perda de receita significativa, impactando nossa rentabilidade. Nosso plano de negócios pressupõe a manutenção do nosso índice histórico de renovação de contratos. Uma redução nesse índice, por qualquer motivo, pode diminuir nossa receita e afetar nossa estratégia de crescimento. Não podemos garantir que seremos bem-sucedidos na renovação de todos ou de parte significativa dos contratos em termos razoáveis. A não renovação de contratos com nossos principais clientes pode impactar adversamente nossos negócios e resultados. Adicionalmente, se os contratos forem rescindidos e os clientes não honrarem as multas contratuais, nossos resultados financeiros poderão ser afetados.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado que podem afetar seus resultados operacionais, posição financeira e perspectivas futuras. Esses riscos decorrem principalmente de variações nas taxas de juros, em função do endividamento indexado ao CDI, e de oscilações cambiais, ainda que em menor escala, relacionadas a exposições pontuais em moeda estrangeira e aos efeitos indiretos sobre clientes exportadores.

O gerenciamento desses riscos é conduzido de forma conservadora, por meio de monitoramento contínuo das variáveis de mercado, elaboração de projeções de fluxo de caixa, avaliação de alternativas de financiamento e manutenção de relacionamento com instituições financeiras de primeira linha. Essas medidas têm como objetivo mitigar impactos adversos, preservar a liquidez e reduzir a volatilidade dos resultados. A Companhia não realiza operações de caráter especulativo com derivativos.

1. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre principalmente de financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros indexados ao CDI. Alterações nas taxas de juros impactam diretamente as despesas financeiras e, em menor escala, as receitas de aplicações de caixa.

Exposição em 31 de dezembro de 2025 (R$ mil)

Tipo de contrato	Valor base
Aplicações financeiras	3.752
Fornecedores	(109.140)
Capital de giro	(250.547)
Cessão de créditos	(35.040)
Debêntures	(259.713)
Parcelamento de tributos	(228.684)
Contas a pagar por aquisição de controladas	(46.552)
Total	**(925.924)**

Análise de sensibilidade – CDI (taxa base 15,0% em 10/12/2025)

Cenário	Pressuposto	Despesa financeira total (R$ mil)	Impacto líquido no resultado (R$ mil)
Provável	CDI 15,0%	(156.196)	-
Possível	+25% CDI	(195.286)	(39.090)
Remoto	+50% CDI	(236.321)	(80.125)

Obs.: (i) considerou-se a taxa CDI de 15,0% vigente em 10/12/2025 como cenário provável; (ii) cenários de deterioração: aumento de 25% e 50% sobre a taxa base; e, (iii) os valores refletem o impacto absoluto no resultado consolidado.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

2. Risco cambial

A Companhia possui exposição cambial decorrente de contas a receber e obrigações denominadas em dólar norte-americano. Embora os serviços prestados sejam majoritariamente em reais, parte dos clientes exportadores pode ser afetada por oscilações cambiais, o que indiretamente influencia a demanda pelos serviços da Companhia. A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2025 era de US$ 4.097 mil, equivalente a R$ 22.542 mil (R$ 23.221 mil em 2024).

Análise de sensibilidade – câmbio (R$/US$)

Data-base	Taxa de fechamento	Exposição líquida (US$ mil)	Impacto no resultado (R$ mil)	Impacto no PL (R$ mil)
31/12/2025	5,5018	4.097	±2.254	±1.488
31/12/2024	6,1917	3.750	±2.322	±1.533

Obs.: (i) considerou-se a taxa de fechamento de cada exercício; (ii) a análise simula valorização e desvalorização razoavelmente possíveis do real frente ao dólar, mantendo constantes as demais variáveis; e, (iii) a exposição cambial é considerada baixa e não se espera efeito relevante sobre o resultado consolidado.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte passiva em 1.503 processos, para os quais seus advogados avaliam o risco como provável no valor total de R$ 49,7 milhões, montante devidamente provisionado pela Companhia, e como possível, no valor total de R$ 135,6 milhões.

Destes processos, 13 são processos da Transeich Assessoria e Transportes S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A, que, nos termos do contrato de compra e venda celebrado por ocasião das aquisições, são conduzidos e indenizados pela Kuehne Serviços Logísticos Ltda, de quem a Companhia adquiriu as sociedades.

Os únicos processos individualmente relevantes são os processos abaixo descritos:

Processo Administrativo n° 11020.721794/2017-83	
a. Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. Data de instauração	03 de agosto de 2017
d. Partes do Processo	Transportes Translovato Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 22.554.000,90
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo para discussão de dois autos de infração lavrados em face da Companhia para cobrança de débitos de PIS e COFINS decorrentes da glosa dos seguintes créditos: (i) contratação de mão-de-obra para prestação de serviços de carga e descarga; (ii) custo de pedágio incluso no preço do serviço de transporte; (iii) seguro obrigatório (RCTR/C); (iv) vigilância, rastreamento e escolta armada; (v) serviços de telefone, teleconsultas, manutenção de equipamentos de informática, formulários e aluguel de impressoras; (vi) subcontratação de transporte de carga prestado por pessoa jurídica optante pelo Lucro Real ou Presumido; e (vii) subcontratação de transporte de carga prestado por pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração em 31 de agosto de 2017. A Delegacia da Receita Federal deu parcial provimento à impugnação, apenas para reconhecer o direito a crédito relativo à subcontratação dos serviços de transporte rodoviário de cargas de empresas optantes pelo lucro real ou presumido e aos serviços de carga e descarga contratados de pessoa jurídica, mantendo a autuação com relação aos demais itens.
h. Estágio do processo	Em 23 de abril de 2019, a Companhia apresentou Recurso Voluntário em face da decisão da Delegacia da Receita Federal. Atualmente, o processo encontra-se no CARF aguardando julgamento de Recurso Voluntário interposto pela Companhia e Recurso de Ofício.
i. Chance de perda	Provável = R$ 6.381.260,90 Possível = R$ 7.237.477,44 Remota = R$ 8.935.262,57
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	É relevante pelo valor envolvido.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Perda financeira. Os advogados estimam uma perda provável de R$ 6.381.260,90

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Ação Civil Pública nº 000759-19.2020.5.09.0670	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	16 de novembro de 2020
d. Partes do Processo	Ministério Público do Trabalho X BBM Logística S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 500.000,00
f. Principais fatos	Em 16.11.2020, o Ministério Público do Trabalho do Paraná ajuizou a Ação Civil Pública em face da BBM, sob o argumento de a empresa estaria resistindo em adequar-se aos preceitos legais violados, descumprindo – segundo alega - as seguintes obrigações: a) Em relação a seus empregados do setor administrativo: a.1) Conceder período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho, conforme artigo 66 da CLT; a.2) Conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 (seis) horas, conforme dispõe o art. 71 da CLT; b) Em relação aos empregados motoristas e/ou aos ajudantes empregados que acompanhem os motoristas: b.1) Abster-se de prorrogar a jornada diária de trabalho por lapso de tempo superior a 2 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por mais de 4 (quatro) horas extraordinárias, conforme art. 235-C, caput, da CLT; b.2) Assegurar 11 (onze) horas de descanso dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, sendo facultado seu fracionamento, conforme art. 235- C, § 3º, da CLT; b.3) Garantir, dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas de descanso no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período, conforme art. 235-C, § 3º, da CLT; b.4) Conceder repouso semanal de, no mínimo, 30 (trinta) horas ininterruptas, na mesma semana e em continuidade a um período de repouso diário, quando fracionado em 2 (dois) períodos, art. 235-D, § 1º, da CLT. Na ACP, o Ministério Público do Trabalho pleiteia a condenação da BBM no cumprimento das obrigações acima enumeradas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por ato que vier a ser praticado em desconformidade aos preceitos legais mencionados, como também indenização, por dano moral coletivo, no importe de R$ 500.000,00 por supostos danos morais coletivos. Demostrados na contestação (e corroborados por documentação) todas as medidas e procedimentos que estão sendo tomados pela empresa à completa regularização das questões levantadas pelo MPT, inclusive com acompanhamento pelo sistema interno, de modo constante e imediato, o que reduziu o número de eventuais excessos de jornada, seja por motoristas, seja pelo pessoal administrativo, enfrentando especificamente cada suposta violação alegada pelo MPT. Em 10 de maio de 2023 as partes firmaram um acordo judicial, no sentido de que a BBM (limitado ao CNPJ-Matriz) se compromete a cumprir as cláusulas postuladas na inicial referentes à jornada, tanto de motorista quanto de empregados do setor administrativo (intervalo interjornada, intervalo intrajornada, bem como disposições legais da Lei 13.103/15), sem reconhecer qualquer violação anterior à data de hoje. Eventual descumprimento de quaisquer cláusulas mencionadas na inicial somente será considerado se a violação ocorrer em percentual superior a 10%, observados os termos da Lei 13.103/15. Multa de R$ 200,00 por violação. As partes deram geral e plena quitação do objeto da inicial

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Acordo judicial – extinção da ação civil pública.
h. Estágio do processo	Acordo judicial – extinção da ação civil pública.
i. Chance de perda	Prejudicado – acordo judicial.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	É relevante pela sensibilidade da matéria envolvida.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto operacional e financeiro.

Processo n° 0013361-21.2024.8.16.0035	
a. Juízo	03ª Vara Cível de São José dos Pinhais
b. Instância	Vara Cível
c. Data de instauração	17 de Julho de 2024.
d. Partes do Processo	Ricardo Foernges Hoerde e Mariele Silva de Franceschi x BBM Logística S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 20.018.544,00
f. Principais fatos	Trata-se de execução de título extrajudicial por quantia certa, ajuizada para cobrança dos valores em decorrência do não pagamento de parte do preço estipulado no "Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças" celebrado entre as Partes, mais especificamente, de parcelas relacionadas ao chamado "earn-out".
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A Companhia apresentou em 20/12/2024 pedido de suspensão do processo em razão do stay period concedido no processo de recuperação extrajudicial para os créditos abrangidos. Em 26/02/2025 foi proferida decisão que determinou o sobrestamento do feito, condição que remanesce até o momento.
h. Estágio do processo	Processo está suspenso em razão do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial.
i. Chance de perda	Remota
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	É relevante pelo valor envolvido.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Perda financeira. Os advogados estimam como perda remota, vez que o valor está listado nos créditos abrangidos pelo processo de recuperação extrajudicial e será pago nos moldes do plano.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

O valor provisionado do processo tributário n° 11020.721794/2017-83 descrito no item 4.4, em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 6.381.260,90 como provável. Como possível, foi registrado o valor de R$ 7.237.477,44. Em relação ao processo n° 10980-723.425/2020-18, foi julgado favoravelmente à empresa, motivo pelo qual não há mais provisão constituída em qualquer enquadramento de risco.

4.6 Processos sigilosos relevantes

A Companhia é parte integrante de determinadas ações (conforme descritas abaixo) promovidas pela Fazenda Nacional, ora em trâmite perante a 16ª Vara Federal de Curitiba. Tais processos foram originados de execuções fiscais ajuizadas contra empresa de propriedade de parte relacionada do acionista Marcos Egídio Battistella ("Marcos").

Em 31 de dezembro de 2025, a soma dos débitos fiscais das ações em questão é equivalente a R$ 91.134.162,06.

A Companhia está tomando todas as medidas necessárias em sua defesa, sendo que os assessores jurídicos da Companhia classificam a chance de perda nessas ações como possível com tendência a remota.

Processo nº 5010156-61.2020.4.04.7000 – Ação cautelar fiscal

A Companhia é parte integrante de ação cautelar fiscal n° 5010156-61.2020.4.04.7000 interposta pela União Federal com pedido liminar requerendo a indisponibilidade de bens da Companhia, entre outros, para o pagamento de dívidas tributárias provenientes de determinado credor original ("Credor Original" e "Ação Cautelar", respectivamente), sob a alegação de que a Companhia integrava o grupo econômico do Credor Original. Muito embora Marcos atualmente acionista da Companhia já tenha detido participação indireta no controle do Credor Original, a Companhia e seus acionistas desconhecem qualquer relação atual que possa caracterizar, especialmente para fins tributários, a formação de grupo econômico entre o Credor Original e a Companhia, uma vez que ambos são sociedades totalmente independentes em seus negócios e atividades, não pertencendo ao mesmo grupo econômico para todos os fins de direito.

No âmbito da Ação Cautelar, em 16 de março de 2020, o juiz responsável pelo julgamento do processo deferiu pedido liminar da União Federal e determinou a indisponibilidade/bloqueio dos bens da Companhia e de seu acionista Marcos, incluindo ações de emissão da Companhia de sua titularidade

Em agosto de 2020, foi proferida decisão que deferiu o desbloqueio dos bens, tanto da Companhia, quanto do Marcos, em razão da apresentação de seguro garantia. Especificamente em relação aos bens do Marcos, porém, houve nova decisão, em janeiro de 2021, que revogou a determinação de desbloqueio de bens, ante o entendimento de que a apólice de seguro garante somente os bens da Companhia. Em 2022, após a apresentação de nova apólice de seguro garantia, as ações de titularidade do Marcos também foram liberadas. Portanto, nenhum bem da Companhia está atualmente onerado no âmbito de referida ação cautelar.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Processo nº 5031997-15.2020.4.04.7000 – Desconsideração da Personalidade Jurídica

O Processo nº 5031997-15.2020.4.04.7000 é referente a incidente de desconsideração da personalidade jurídica do Credor Originário, o qual foi instaurado pela União com o objetivo de imputar responsabilidade tributária por débitos, à Companhia, ao Marcos e determinadas partes. A Companhia apresentou contestação demonstrando que (i) em que pese a relação extensa sobre o histórico societário dessas empresas envolvidas, não há um único apontamento que especifique a relação de causalidade entre essas alterações societárias e a pretensa responsabilidade da Companhia; (ii) deve haver comprovação de que as duas realizaram conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, não bastando o mero interesse econômico na consecução de referida situação, nem mesmo bastando a mera configuração de grupo econômico. Nesse sentido, o STJ tem afastado a configuração de responsabilidade solidária, quando não há demonstração do "interesse comum" na realização do fato gerador; (iii) a União não apontou nenhum ato que tenha sido viciado e, muito menos, qualquer nexo de causalidade entre esse suposto (e inexistente) ato viciado e o esvaziamento do Credor Originário, cumulativamente com a expansão dos negócios da Companhia; (iv) nos termos da jurisprudência do STJ, mera alegação de existência de grupo econômico não enseja redirecionamento pois não implica em solidariedade na execução fiscal; (v) é vasta a jurisprudência do STJ a respeito da necessidade de prova do abuso de personalidade para justificar a desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilização pelas dívidas tributárias; (vi) a Companhia desenvolve (e desenvolveu) negócios próprios e não adquiriu, recebeu e tampouco se valeu de qualquer elemento do fundo de comércio do Credor Originário para o desenvolvimento das suas atividades; (vii) independentemente de a BBM, no passado, ter tido como sócios pessoas físicas e jurídicas que, de alguma foram, também eram sócias de outras empresas, a Ré é (e sempre foi) empresa independente do Credor Originário ou de qualquer outra empresa das quais são sócios membros da "família Battistella"; (viii) a Companhia nunca foi contribuinte dos débitos que deram origem às execuções fiscais – e em relação a eles não teve interesse comum na realização do fato gerador – e tampouco é sócia ou sucessora da executada originária, seja por incorporação, cisão, aquisição de fundo de comércio, ou qualquer outra hipótese que pudesse atrair sua responsabilidade tributária (cf., precedentes do E. TRF-4 e do A. STJ)

Processo nº 0007580-05.2011.8.16.0025 - Fazenda do Estado do Paraná

Em breve síntese, a Fazenda do Estado do Paraná, baseando-se nos argumentos utilizados na Ação Cautelar Fiscal (âmbito federal), direcionou a Execução Fiscal nº 0007580-05.2011.8.16.0025 (exigência de ICMS), originariamente ajuizada contra empresa de propriedade de parte relacionada do acionista Marcos Egídio Battistella ("Marcos") sob alegação de sucessão tributária. No referido processo, apesar do prévio oferecimento de seguro garantia, foi efetuada a "penhora on-line", com o bloqueio de R$ 4.786.414,57 das contas bancárias da Companhia. A Companhia

4.6 Processos sigilosos relevantes

recorreu e em 27 de Julho de 2024, ocorreu a liberação do valor bloqueado nos autos e o consequente aceite do seguro garantia ofertado para garantia do débito. Também foi apresentado embargos à execução fiscal para afastar o redirecionamento desta Execução Fiscal para a Companhia.

4.7 Outras contingências relevantes

Informações Adicionais relativas ao Processo Cautelar Fiscal n° 5010156-61.2020.4.04.7000

Em 6 de agosto de 2020, no âmbito do Processo Cautelar Fiscal nº 5010156-61.2020.4.04.7000 (descrito no item 4.5 deste Formulário de Referência), com o objetivo de estabelecer as providências que serão aplicáveis em razão da indisponibilidade/bloqueio de bens da Companhia e de seu acionista Marcos, como consequência da decisão judicial proferida nos Autos da Ação Cautelar, bem como da inclusão da Companhia e de seu acionista Marcos no polo passivo da Ação Cautelar, a Companhia e seus acionistas Marcos, Juares Luiz Nicolotti (em conjunto com Marcos, "Acionistas Pessoas Físicas") e Stratus SCP Coinvestimento I – Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, com interveniência da Vórtx Serviços Fiduciários Ltda. ("Agente de Garantia"), celebraram termo de acordo, por meio do qual a Companhia se comprometeu a contratar seguro garantia que foi oferecido ao juízo da Ação Cautelar como garantia integral ao pagamento das dívidas tributárias do credor original na Ação Cautelar, de modo que todos os bens da Companhia e de seu acionista Marcos, atualmente afetados pela decisão liminar proferida na Ação Cautelar sejam desbloqueados ("Seguro Garantia" e "Acordo", respectivamente), o que ocorreu em agosto de 2020. Porém, em janeiro de 2021 as ações de emissão da Companhia foram novamente bloqueadas no âmbito da Ação Cautelar.

A contratação do Seguro Garantia deverá ser mantida e renovada pela Companhia enquanto ela figurar no polo passivo da Ação Cautelar ou de processos conexos à Ação Cautelar.

Além disso, no âmbito do Acordo, os Acionistas Pessoas Físicas reconheceram que são integralmente responsáveis pelo pagamento de toda e qualquer perda da Companhia proveniente do credor original, incluindo, mas não se limitando, àquelas decorrentes de eventual decisão definitiva na Ação Cautelar ou em processos conexos.

Neste sentido, em garantia ao pagamento de toda e qualquer perda da Companhia proveniente da Ação Cautelar, ou de processos conexos a ela, e/ou do pagamento do Seguro Garantia, e incluindo, mas não se limitando, ao pagamento das dívidas tributárias provenientes do credor original e/ou ao pagamento para a seguradora no âmbito do Seguro Garantia, Marcos concordou em alienar fiduciariamente 70% (setenta por cento) de suas ações de emissão da Companhia em favor do Agente de Garantia. Para os impactos decorrentes dos ônus e gravames existentes sobre as ações de propriedade do Marcos, veja item 4.1.(b) deste Formulário de Referência.

4.7 Outras contingências relevantes

Nos termos do Acordo, caso ocorra uma oferta pública inicial de ações da Companhia em que Marcos seja um acionista vendedor ou em hipótese específica de venda privada das ações de emissão da Companhia pelos acionistas, Marcos se compromete a envidar todos os esforços para contratar um seguro garantia próprio e substituir o Seguro Garantia no prazo de 30 dias contados do evento de liquidez. Ainda, as ações dadas em garantia poderão ser vendidas pelo Agente de Garantia em sua totalidade ou parcialmente, e os valores apurados na sua venda serão depositados em uma conta *escrow* e utilizados para o pagamento do Seguro Garantia e das eventuais perdas da Companhia no âmbito do Acordo, para somente depois serem repassados a Marcos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de agosto de 2020 ("Política de Gerenciamento de Riscos") e revisada anualmente.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia é descrever a metodologia adotada para identificar, classificar, tomar ações e estabelecer controles para gerenciar os riscos pertinentes às atividades, processos e serviços executados na organização dando suporte ao cumprimento dos objetivos da Companhia, definindo estratégias de mitigação de eventos com potencial de afetar a Companhia, gerenciando os riscos de forma compatível com a capacidade de entendimento do contexto, do mapeamento de riscos e com a tolerância aos riscos definida na Política de Gerenciamento de Riscos.

Com a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos espera-se proteger e criar valor para a Companhia por meio da identificação dos riscos de negócios e do mapeamento dos processos, sistemas e controles que suportam suas atividades/operações, permitindo a melhor tomada de decisão por sua Administração.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, sem prejuízo de outros riscos que o contexto das operações da Companhia e/ou do processo mapeado, os riscos para os quais a Companhia busca proteção são classificados da seguinte forma, incluindo os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, deles derivados:

Riscos estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para se proteger ou se adaptar a mudanças no ambiente.

Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da empresa. Esses riscos estão associados à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetivos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.

Riscos de imagem e reputação: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros. Em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.

Riscos de conformidade (*compliance*): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações e acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

Riscos Conjunturais: são riscos relacionados ao ambiente macroeconômico, político e social das localidades em que operamos, que possam vir a nos afetar indiretamente caso nossos clientes sejam afetados, o que implicaria em uma redução de demanda.

Riscos Socioambientais: São riscos que podem afetar direta ou indiretamente o meio ambiente, as comunidades ou pessoas que estejam em áreas de influência da Companhia.

Riscos legais e regulatórios ou de conformidade: Eventos derivados de falhas no cumprimento de aplicação de leis, acordos, regulamentos e das políticas da Companhia, ou, ainda, alterações legislativas ou normativas não previstas e que podem comprometer as atividades da Companhia.

Riscos de Infraestrutura: Esta modalidade de riscos está relacionada a um processo contínuo, que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, monitorar, priorizar e tratar riscos positivos ou negativos, capazes de afetar os objetivos, programas, projetos ou processos de trabalho nos níveis estratégico, tático e operacional da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos a Companhia adota o modelo de gerenciamento de riscos conforme diretrizes do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission e os passos descritos na norma ABNT ISO 31000: 2018. O mapeamento de riscos se inicia com o mapeamento dos processos operacionais da Companhia. São utilizadas as informações dos mapeamentos realizados pelas áreas e validados pela Gerência de Processos, através do GEROT - Gerenciamento da Rotina. Caso não exista o mapeamento formalizado, é estabelecido o contexto em conjunto com a Gerência de Riscos e Controles internos para o mapeamento dos possíveis riscos, ou seja, para que seja possível definir os processos que deverão compor a análise de riscos.

Identificação dos Riscos

A identificação de riscos inerentes ocorrerá através de entrevistas e "*brainstorms*" com as áreas envolvidas. Neste processo, serão utilizados também como fonte de informação para identificação dos riscos os relatórios do Canal de Denúncias e os relatórios de auditorias internas e/ou externas realizadas.

Mensuração de Riscos

Após a identificação dos riscos é realizada a mensuração e a definição da nota de risco, conforme o Nível de Prioridade de Risco (NPR), conforme descrição constante da Política de Gerenciamento de Riscos, que leva em conta o impacto do risco identificado sobre a Companhia, a frequência ou probabilidade de ocorrência futura do risco identificado, o grau de controle existente para detecção do risco identificado, o quanto a Administração da Companhia pode influenciar de forma a minimizar ou eliminar o impacto advindo do risco identificado, a percepção externa associada à imagem da Companhia, de seus produtos, serviços, e a área de negócios afetada pelo risco identificado.

Após a atribuição do NPR será definido o Risco Residual. Nesta etapa será necessário definir as causas prováveis que possibilitam a ocorrência do risco identificado.

Avaliação de Riscos e Controles

Durante a etapa de avaliação de riscos e controles, a ser realizada pela Gerência de Riscos e Controles Internos, são mensurados os controles existentes e a sua eficácia. Os resultados dessa avaliação serão considerados para atribuição da nota para o Risco residual.

Matriz de Riscos

Após definição do valor do Risco Residual será composta a Matriz de Riscos considerando os cenários de risco identificados e suas respectivas pontuações, que

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos resultam na seguinte classificação dos riscos identificados:

Azul: Impactos mínimos – são caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, porém causando impactos mínimos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

Verde: Impactos pequenos – são caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos pequenos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

Amarelo: Impactos significativos – são caracterizados por riscos associados à interrupção de operações ou atividades, de projetos, programas ou processos, causando impactos significativos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas, porém recuperáveis.

Laranja: Impactos de reversão muito difícil – são caracterizados por riscos associados à interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

Vermelho: Impactos irreversíveis – são caracterizados por riscos associados à paralisação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos irreversíveis nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

A partir do estabelecimento da Matriz de Riscos a Administração da Companhia estabelece o seu apetite para os riscos identificados, levando em consideração cenários descritos na Política de Gerenciamento de Riscos, que determinam o nível de exposição que a Administração da Companhia entende ser aceitável para um determinado risco identificado.

Plano de Implementação de Controles Internos e Mitigação dos Riscos

A partir dessas definições, são determinadas as ações necessárias para o tratamento e o monitoramento dos riscos identificados, que obedecerão a um plano de implementação de controles e mitigação de riscos que levará em conta os custos e o esforço necessários para sua implementação, os benefícios originados a partir das ações tomadas, os requisitos legais e regulatórios que deverão ser atendidos e o cronograma para implementação.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Monitoramento e Reporte

A Gerência Geral de Riscos e Controles Internos será responsável por organizar as agendas de mapeamento, testes de verificação de implementação das ações e apresentações dos resultados ao CEO e Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, quando instituído e ao Conselho de Administração.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a estrutura organizacional envolvida na identificação, mapeamento e mitigação dos riscos é dividida em três principais linhas de defesa, assim descritas:

1ª Linha - A primeira linha é formada pelos donos ou proprietários dos riscos. A responsabilidade principal desta linha de defesa é manter o risco dentro do limite de tolerância definido pela Administração da Companhia. A primeira linha de defesa é composta pelos gestores operacionais e pelos executores das atividades primárias das unidades de negócio, ou seja, gerentes, coordenadores, analistas, supervisores e demais funcionários que atuam nas operações. Os principais papéis desta linha de defesa são a identificação, avaliação, tratamento, prevenção e monitoramento dos seus riscos de forma integrada;

2ª Linha – A segunda linha é composta pelos especialistas das áreas de negócio que detém o conhecimento específico de sua área e devem atuar com a gestão de riscos do negócio orientando e assessorando a primeira linha de defesa na construção dos planos de mitigação de riscos. A Companhia possui nessa linha de defesa as áreas de gerenciamento de riscos operacionais, segurança da informação, segurança do trabalho, jurídico, meio ambiente, qualidade assegurada e controladoria como áreas da segunda linha de defesa. A Gerência de Riscos e Controles Internos atua como especialista para dar suporte técnico e organizar as atividades conforme diretrizes da ISO 31000. Cada área especialista atua sobre os riscos específicos identificados na sua atividade e deve definir as metodologias a serem adotadas bem como providenciar o treinamento das pessoas envolvidas nos processos (colaboradores da 1ª linha de defesa) e o acompanhamento dos trabalhos de mapeamento e mitigação dos respectivos riscos; e

3ª Linha – A terceira linha é composta pela área de auditoria interna. A auditoria interna se reporta ao Comitê de Auditoria, quando instituído e deve atuar de acordo com as normas reconhecidas da profissão, conforme estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IAA Brasil. A auditoria externa se reporta diretamente ao Conselho de Administração, com a sua supervisão delegada ao Comitê de Auditoria, quando instituído.

Ainda de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os órgãos envolvidos na sua gestão e implementação têm as seguintes competências/funções:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui as competências previstas no Estatuto Social, dentre as quais se destacam para os fins desta Política:

i. Aprovar as atribuições da área de auditoria interna da Companhia;
ii. Definir o nível de Apetite a riscos da Companhia;
iii. Aprovar o orçamento próprio ao Comitê de Auditoria, quando constituído, e a auditoria interna;
iv. Supervisionar o processo de gestão de riscos executado pela administração;
v. Supervisionar o processo de avaliação de controles internos executados pela administração.

CEO com apoio da Diretoria Executiva

O CEO, com apoio da diretoria executiva, tem a responsabilidade de realizar a gestão das atividades a seguir:

i. Assegurar que o Conselho de Administração tome conhecimento tempestivo de situações que envolvam risco de compliance relevante;
ii. Promover o estabelecimento de governança que assegure as três linhas de defesa conforme previsto no COSO e já descritas no item 5 desta política;
iii. Conduzir práticas de negócio que atendam a regulação vigente e as normas internas da BBM Logística;
iv. Assegurar a atuação independente da Gerência de Riscos e Controles internos e Área de Compliance;
v. Avaliar os relatórios de controles internos a fim de estabelecer cronograma para a regularização das eventuais deficiências observadas;
vi. Aprovar o Plano Anual da atuação da Gerência de Riscos e Controles internos apresentando-o ao Conselho de Administração;
vii. Avaliar e aprovar as estratégias de mitigação de riscos recomendadas pelas áreas, acompanhando a sua efetiva implementação pelas áreas;
viii. Aprovar os desdobramentos da política de gestão de riscos corporativo definindo normas, regras e responsabilidades;
ix. Reportar anualmente ao Conselho de Administração as atividades realizadas pela Gerência de Riscos e Controles internos vis-à-vis o Plano Anual aprovado.

Comitê de auditoria (Quando estabelecido)

No âmbito desta Política, o Comitê de Auditoria, quando constituído, terá as seguintes responsabilidades:

i. Supervisionar a qualidade das demonstrações financeiras e dos demais relatórios financeiros;
ii. Supervisionar a aderência da Companhia aos requerimentos legais;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

iii. Supervisionar os aspectos pertinentes à qualificação, performance e independência dos auditores independentes;
iv. Manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais processos operacionais da Companhia com o objetivo de conhecer as operações, os principais riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigar estes riscos;
v. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, propondo ao Conselho as ações que entender necessárias para aperfeiçoá-la;
vi. Avaliar a observância, pela diretoria da Companhia, quanto a resposta e estabelecimento de planos de ação e prazos para implementação de solução das recomendações apresentadas pela auditoria interna ou independente, assim como as emitidas pelo próprio Comitê;
vii. Monitorar, juntamente com a área de auditoria interna ou de gestão de riscos da Companhia, as exposições de risco da BBM, identificados e avaliados pelo Conselho, são controlados pela administração e identificadas as exposições da BBM a tais riscos, informando periodicamente ao Conselho o resultado deste monitoramento;
viii. Recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, podendo reunir-se com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e
ix. Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Quando o comitê de auditoria não estiver constituído, este papel será delegado ao Gerente Geral de Riscos e Compliance, que deverá emitir os pareceres e ações aqui listadas, reportando periodicamente a diretoria executiva (CEO e CFO) e ao Conselho de administração.

Auditoria Interna

i. Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia;
ii. Elaborar o Plano de Auditoria anual, levando em consideração a matriz de risco da Companhia, as avaliações da área de controles internos e os resultados dos testes anteriormente realizados, bem como as observações da administração e Conselho de Administração;
iii. Submeter o Plano de Auditoria à apreciação do Comitê de Auditoria, quando constituído e aprovação do Conselho de Administração;
iv. Executar os testes de auditoria conforme Plano de auditoria aprovado;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

v. Reportar os resultados dos trabalhos realizados à Administração, já com as respostas e planos de ação corretiva, formalmente definidos pela área/diretoria auditada;
vi. Apresentar ao Comitê de Auditoria, quando constituído e Conselho de Administração os resultados dos trabalhos realizados e o monitoramento da execução dos planos de ação corretiva.

Quando o comitê de auditoria não estiver constituído, este *report* será apresentado a diretoria executiva (CEO e CFO) e ao Conselho de administração.

Área de Compliance

i. Implementar e acompanhar o programa de Compliance na Companhia;
ii. Orientar os colaboradores da Companhia e terceiros sobre as normas internas;
iii. Liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade e propor soluções para mitigação dos riscos;
iv. Divulgar para o Comitê de Ética as quebras de conduta identificadas através do canal de denúncias;
v. Tratar as quebras de conduta recebidas pelo canal de denúncia conforme orientação do Comitê de Ética;
vi. Elaborar e aplicar os treinamentos de Compliance na Companhia;
vii. Monitorar o ambiente regulatório disponibilizando a informação para a administração bem como atualizar as políticas e procedimentos pertinentes a cada tema específico.

A área de compliance não poderá ser acumulada com atividades operacionais.

Área de Riscos e Controles Internos:

i. Disseminar a presente política no ambiente interno da BBM Logística;
ii. Elaborar o Plano Anual da atuação da Gerência de Riscos e Controles internos e apresentar ao CEO para aprovação;
iii. Conduzir o processo de identificação e avaliação de riscos em conjunto com os Diretores de cada área e com os gestores responsáveis de cada processo;
iv. Consolidar a Matriz de Riscos dos negócios da Companhia;
v. Consolidar as informações e sugerir e/ou recomendar oportunidades de melhoria nos processos que possam gerar ganhos de eficiência e/ou melhor mitigação de riscos;
vi. Monitorar os processos definidos como críticos pelo gerenciamento da rotina, verificando, através de suas revisões periódicas, se os procedimentos adotados pelo gestor atendem às necessidades de controle do processo;
vii. A definição dos processos críticos será realizada a partir do gerenciamento da rotina, conduzido pela área de processos em conjunto com as demais áreas de negócio;
viii. Informar ao CEO e à diretoria executiva sobre os resultados dos planos de ação estabelecidos para cada um dos riscos identificados nos processos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Gerência de Riscos e Controles Internos não poderá acumular atividades operacionais.

Gestores das unidades de negócio e áreas corporativas

i. Atuar como primeira linha de defesa;
ii. Garantir que todos os colaboradores sob a sua supervisão tenham conhecimento e pratiquem os preceitos desta política relacionados à sua área de atuação;
iii. Manter o Mapa de Riscos atualizado para cada um dos processos sob sua responsabilidade;
iv. Elaborar e manter atualizados os procedimentos relativos aos processos sobre a sua gestão;
v. Identificar riscos operacionais em seus processos e implantar controles eficazes para a mitigação dos mesmos e que sejam plenamente evidenciados;
vi. Definir e levantar as informações de indicadores de performance (KPI´s) para os processos;
vii. Propor e implementar os planos de ação para aprimoramento dos processos e controles;
viii. Revisar anualmente os processos sobre a sua gestão, com foco em procedimentos, riscos e controles.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Nossos procedimentos de controles internos consistem em um conjunto de processos que visam fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade das informações contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os principais objetivos dos nossos controles internos são: (i) manutenção de registros que, com nível razoável de detalhamento, de forma rigorosa e justa, registrem transações e disposições dos ativos da empresa, (ii) fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as receitas e despesas da empresa estão sendo reconhecidas somente de acordo com autorizações da nossa Administração, e (iii) fornecimento de garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

Em um primeiro nível, utilizamos em nossas operações sistemas padronizados que requerem aprovações e possuem alçadas parametrizáveis, como o nosso TMS (*Transportation Management System*), ERP (*Enterprise Resource Planning*), SAP HANA, SE (SoftExpert) e Plataforma Digital, e que possuem um controle de acesso protegido por senhas e *firewalls*. Nosso TMS conta com um controle de margens baseado em tabelas de preços pré-cadastrados e parâmetros definidos pela nossa administração central, de forma que as diversas filiais não têm autonomia para a emissão de documentos fora dos parâmetros aprovados. Os processos de registros contábeis manuais, adiantamentos, prestação de contas e reembolsos são realizados através de aprovações no SE, assim como o aceite de notas fiscais referente ao processo de compras, de forma que qualquer pagamento ou lançamento na contabilidade precise passar por revisão e aprovação.

Em um segundo nível utilizamos controles diários de faturamento, indicadores operacionais, pagamentos e recebimentos, que permitem aos gestores monitorar a evolução quase em tempo real e identificar movimentações atípicas.

Em um terceiro nível utilizamos reuniões de resultados mensais, onde os gestores prestam contas dos seus resultados aos diretores das unidades de negócio, comparando resultados realizados com o orçamento, bem como os resultados de meses anteriores e de anos anteriores.

5.2 Descrição dos controles internos

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Contamos com uma área de auditoria interna que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, por meio da realização de auditorias nas diversas operações, da verificação do cumprimento dos procedimentos operacionais existentes e da validação do atendimento à legislação vigente. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar as atribuições da área de auditoria interna. A área de auditoria interna se reporta ao Conselho de Administração, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

O orçamento da área de auditoria interna para o exercício de 2025 foi aprovado pelo Conselho de Administração, tendo sido considerado suficiente para o desempenho de suas atividades.

Em 2020 foi criada uma estrutura exclusiva para a gestão dos controles internos separando as atividades que eram executadas nas áreas de auditoria interna e controladoria, permanecendo ativa em 2025.

Contamos também com um canal de denúncias terceirizado, por meio do qual todas as denúncias recebidas são encaminhadas à área de compliance, que se reporta à alta administração. A denúncia é avaliada, respondida e devidamente investigada, se assim necessário.

Quando estabelecido, o comitê de auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e tem como responsabilidade principal avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos. É também responsável por monitorar a integridade das demonstrações financeiras, bem como as qualificações e independência da auditoria interna na execução de suas atividades.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento

A eficiência dos controles é avaliada através das auditorias internas, realizadas pela área de auditoria interna, e reportada para toda diretoria, onde o gestor da área auditada deve elaborar plano de ação específico para sanar eventuais falhas nos processos. Os resultados das auditorias também são reportados periodicamente ao Conselho de Administração, órgão ao qual a área de auditoria interna se reporta, quando constituído.

Em casos específicos a Administração da Companhia pode contratar empresa de consultoria externa para avaliar determinado processo e emitir um relatório de recomendações.

5.2 Descrição dos controles internos

Os principais indicadores e resultados da empresa são apresentados mensalmente pelos diretores de unidade de negócio para o Diretor Presidente, Vice-Presidente de Finanças e Relações com investidores e demais Diretores Executivos, situação em que é possível identificar eventuais desvios e definir ações corretivas ou de aprofundamento do processo. Os resultados consolidados são apresentados mensalmente pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro ao Conselho de Administração da Companhia, o qual pode deliberar para o aprofundamento e detalhamento de qualquer processo ou indicador das unidades de negócio.

A Companhia recebe anualmente do auditor uma carta de controles internos, a qual é apresentada ao Conselho de Administração, cabendo à Administração da Companhia apresentar plano de ação tempestivo para o saneamento de eventuais falhas nos processos.

Adicionalmente, a Companhia possui um processo de mapeamento de riscos em seus controles internos de forma a identificar e eliminar possíveis riscos adicionais não identificados na auditoria interna. A responsabilidade pela condução e validação prévia do mapa de riscos é do Gerente Geral de Compliance e Riscos, com revisão do mapeamento realizada de forma periódica, com base nas diretrizes estabelecidas no modelo proposto na Política de Gerenciamento de Riscos e Oportunidades, com apresentação dos resultados para o Diretor Presidente e demais Diretores e para o comitê de auditoria, quando estabelecido, conforme definido na mesma política. O processo segue com revisão e *reports* mensais para o Diretor Presidente.

a) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes identificaram apenas oportunidades pontuais de melhoria e aprimoramento nos processos internos da Companhia, as quais foram devidamente discutidas com a Administração.

Cabe ressaltar que as referidas oportunidades estão limitadas a ajustes operacionais de rotina e não configuram deficiências significativas ou fraquezas materiais nos controles internos. Portanto, não houve a emissão de recomendações de natureza grave ou deficiências que demandassem divulgação detalhada ou planos de remediação estruturais neste relatório.

5.2 Descrição dos controles internos

b) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Tendo em vista que não foram identificadas deficiências significativas ou falhas materiais no sistema de controles internos da Companhia pelos auditores independentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os Diretores informam que não há recomendações ou deficiências a serem comentadas, restando prejudicada a necessidade de adoção de medidas corretivas ou planos de remediação para o período.

A Diretoria reitera o seu compromisso contínuo com o monitoramento, a eficácia e o fortalecimento do ambiente de controles internos e de governança corporativa da Companhia.

5.3 Programa de integridade

a) Regras, políticas, procedimentos ou práticas de prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos contra a administração pública

A Companhia mantém um Programa de Integridade estruturado para inibir, detectar e remediar atos ilícitos. O pilar central é o **Código de Ética e Conduta**, complementado pela **Política Anticorrupção** (aprovada em outubro de 2018 e revisada periodicamente). O programa inclui um Canal de Denúncias gerido por empresa independente, garantindo sigilo e proteção contra retaliação.

Os riscos de conformidade são reavaliados anualmente ou sempre que houver mudanças significativas no ambiente de negócios ou na legislação. Com base nessa matriz de riscos, as políticas e procedimentos são adaptados para assegurar sua eficácia e aderência ao perfil operacional da Companhia. O Comitê de Ética delibera anualmente sobre a necessidade de atualizações normativas.

b) Estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento

A governança do Programa de Integridade baseia-se nas seguintes estruturas:

- **Comissão Interna de Integridade e Ética:** Criada formalmente em 2021, é composta por 3 (três) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes. Possui autonomia para analisar violações ao Código de Ética e aplicar as medidas disciplinares cabíveis.
- **Área de Compliance:** Atua como coordenadora do programa e principal órgão de monitoramento. Para garantir sua independência, a Área de Compliance possui linha de reporte direta ao **Conselho de Administração**.
- **Conselho de Administração:** Órgão de reporte final, responsável por assegurar o suporte institucional, os recursos necessários e a independência das instâncias de integridade.

c) Código de Ética ou de Conduta

i. Aplicação e abrangência: O Código de Ética e Conduta é formalmente aprovado e aplica-se obrigatoriamente a todos os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal (quando instalado), Diretoria Executiva, colaboradores, bem como a terceiros, incluindo fornecedores, prestadores de serviços e agentes que atuem em nome da Companhia.

ii. Sanções aplicáveis: As violações estão sujeitas a sanções previstas no **Procedimento de Medidas Disciplinares**. As penalidades são aplicadas de forma gradativa e proporcional à gravidade da falta, variando desde advertência verbal ou escrita e suspensão até a rescisão do contrato de trabalho por justa causa ou interrupção de contratos comerciais, sempre em conformidade com a legislação vigente.

iii. Aprovação e consulta: O Código foi originalmente aprovado pela Presidência em 22 de outubro de 2018. Atualmente, suas revisões anuais são validadas pelo Conselho de Administração. O documento está disponível para consulta pública no site de Relações com Investidores: www.bbmlogistica.com.br.

5.3 Programa de integridade

iv. Treinamentos: O Código é apresentado a todos os novos colaboradores no programa de integração. Anualmente, a Comissão de Ética avalia a necessidade de treinamentos de reciclagem obrigatórios. Demais políticas específicas seguem o cronograma anual da área de Desenvolvimento e Treinamento.

d) Canal de Denúncia

i. Funcionamento e Canais: A Companhia disponibiliza um canal autônomo e independente operado por empresa especializada, acessível a público interno e externo (clientes, fornecedores e comunidade) via:

- **Web:** https://relatoconfidencial.com.br/bbm/
- **Telefone:** 0800 721 1402
- **E-mail:** BBM@RELATOCONFIDENCIAL.COM.BR

ii. Gestão e Anonimato: A gestão é **mista**: o terceiro independente realiza o recebimento, triagem e classificação preliminar; a apuração interna é coordenada pela **Área de Compliance**, com apoio de equipes especializadas conforme a natureza do relato. O sistema garante o anonimato e a confidencialidade absoluta. A Política de Investigações Internas veda expressamente qualquer forma de retaliação ao denunciante de boa-fé.

iii. Órgão responsável pela apuração: A Área de Compliance é a responsável primária pela condução das apurações, reportando os resultados e recomendações ao Conselho de Administração e, quando pertinente, à Comissão de Integridade e Ética para aplicação de sanções.

e) Casos confirmados (últimos 3 exercícios)

Não houve registros de casos confirmados de desvios, fraudes ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

f) Razões para a não adoção de controles

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui um Programa de Integridade implementado.

5.4 Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores. Sendo assim, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à seção 5 do Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

JUARES LUIZ NICOLOTTI

151.048.501-53	Brasil	Sim	Sim	17/12/2019	
Não					
2.335.936	5,731	0	0,000	2.335.936	5,731

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARCOS EGÍDIO BATTISTELLA

317.990.199-34	Brasil	Sim	Sim	17/12/2019	
Não					
11.685.287	28,668	0	0,000	11.685.287	28,668

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia

27.984.444/0001-65	Brasil	Sim	Sim	17/12/2019	
Não	Alan Mondini Takahashi		Fisica	320.885.758-63	
26.739.595	65,601	0	0,000	26.739.595	65,601

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
40.760.818	100,000	0	0,000	40.760.818	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia				**27.984.444/0001-65**	
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
26.739.595	100,000	0	0,000	26.739.595	100,000
TOTAL					
26.739.595	100,000	0	0,000	26.739.595	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	26/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica	0
Quantidade investidores institucionais	1

Ações em Circulação

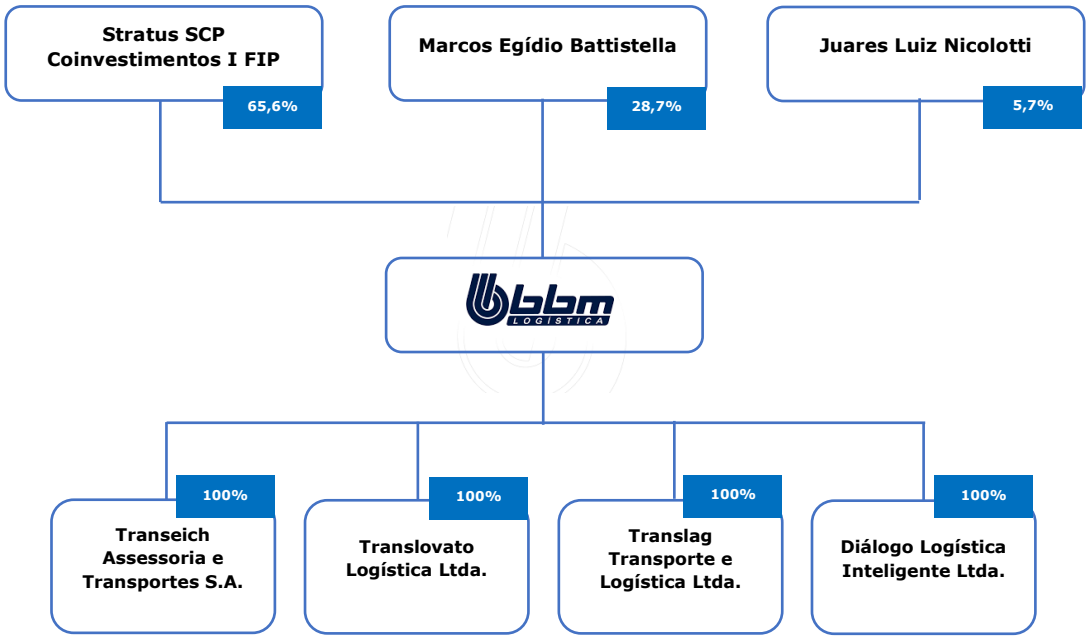
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Diálogo Logística Inteligente Ltda.	21.930.065/0001-06	100
Transeich Assessoria e Transportes S/A	88.246.251/0001-00	100
TRANSLAG TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA.	06.203.406/0002-39	100
Translovato Logística Ltda.	03.886.858/0001-93	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

O Stratus SCP Coinvestimentos I FIP, que integra o controle acionário da Companhia, não possui cotista que o controle.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de indicação aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2020, a qual pode ser consultada no site da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/). Referida Política prevê que a indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria ("Órgãos") da Companhia deverá observar, além da própria Política, o Estatuto Social da Companhia, os regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, o, bem como as demais legislações e regulamentações aplicáveis. Os profissionais indicados para compor os Órgãos deverão ter comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica adequada ao exercício das suas funções na Companhia e a indicação para composição dos Órgãos deverá observar critérios como capacitação profissional e/ou acadêmica relacionada à função, complementaridade de experiências e disponibilidade de tempo adequada para o desempenho da função. A indicação de membros para composição do Conselho de Administração poderá ser realizada por quaisquer Conselheiros, bem como por quaisquer acionistas da Companhia. A indicação de membros do Conselho de Administração deverá observar, ao menos, os seguintes critérios: (i) possuir reputação ilibada; (ii) possuir experiência profissional e/ou acadêmica em temas relacionados às atividades da Companhia e/ou a sua função na Companhia, por exemplo: logística, estratégia, finanças, tecnologia, gestão de negócios, fusões e aquisições, gestão de pessoas e outras; (iii) não ocupar cargo em sociedade ou entidade que possa ser considerada concorrente direta à Companhia; e (iv) ter disponibilidade razoável de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumidas.

O acionista que desejar indicar membros para composição do Conselho de Administração deverá apresentar: (i) nome completo; (ii) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; (iii) currículo do indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, atividades profissionais que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, se for o caso; e (iv) no caso de indicação de candidato ao cargo de conselheiro independente, além das informações elencadas acima, declaração assinada pelo postulante, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, bem como atestando o cumprimento aos requisitos previstos na Resolução CVM nº 82, de 29 de março de 2022.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em 11 de fevereiro de 2020 e está disponibilizado no site da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/).

No dia 23 de Setembro de 2024, O Conselho de Administração aprovou a recomposição do quadro de Conselheiros, sendo o Conselho hoje composto por até 3 (três) Conselheiros efetivos, sendo um deles o presidente, todos eleitos e

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

destituíveis pela Assembleia Geral com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitidas reeleições.

O Conselho de Administração reúne-se (i) ordinariamente, preferencialmente, mensalmente, mas no mínimo bimestralmente; e (ii) extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quaisquer 2 (dois) Conselheiros. Fica estabelecido que serão realizadas, ao menos, 8 (oito) reuniões do Conselho de Administração durante cada exercício social caso não seja possível a realização de reuniões mensais conforme disposto no item (i) acima. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permitam a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as outras pessoas presentes na reunião.

Nas reuniões do Conselho de Administração, um Conselheiro poderá ser representado por outro Conselheiro (exceto os Conselheiros Independentes), bastando, para tanto, que o Conselheiro presente mostre autorização por escrito do Conselheiro ausente, autorização essa que poderá ser feita via carta, fax ou outro meio eletrônico anteriormente à realização da reunião.

As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas por qualquer conselheiro escolhido pela maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração.

Ocorrendo vacância no cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Presidente, o respectivo suplente, se existente, ocupará a posição. Havendo impedimento do suplente ou se supervier a vacância de seu cargo, o Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral em até 45 dias para preenchimento do respectivo cargo.

Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social e pela lei vigente, deliberar exclusivamente sobre as seguintes matérias:

a) indicar e afastar os Diretores da Companhia e estabelecer seus deveres, indicar seus substitutos em caso de indisponibilidade ou vaga temporária ou permanente;

b) estabelecer as orientações gerais dos negócios da Companhia;

c) recomendar a emissão de debêntures conversíveis, garantidas ou não, para a Assembleia Geral;

d) convocar a Assembleia Geral sempre que for conveniente, conforme estabelece a Lei de Sociedades por Ações;

e) aprovar qualquer modificação nos procedimentos contábeis ou a emissão de demonstrações financeiras suplementares pela Companhia;

f) aprovar as atribuições da área de auditoria interna da Companhia; e

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

g) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS.

As matérias a seguir listadas são de competência exclusiva do Conselho de Administração e dependerão de voto afirmativo de, pelo menos, 3 (três) Conselheiros:

a) aprovação dos contratos com partes relacionadas envolvendo a Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias;

b) alterações relativas à mudança de endereço de filiais da Companhia e abertura e/ou encerramento de filiais da Companhia, no Brasil ou no exterior;

c) aquisição ou a venda, cessão ou transferência de ativos de qualquer natureza, pela Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias, fora do curso normal dos seus negócios;

d) cessão, transferência ou negociação por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know-how, software ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente ou utilizado pela Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias;

e) aprovação do orçamento anual;

f) indicação e destituição dos auditores independentes da Companhia;

g) aumento do endividamento da Companhia, totalizando valor acumulado de dívida líquida acima de 3x (três vezes) o EBITDA dos últimos quatro trimestres civis da Companhia;

h) aprovação de qualquer empréstimo, emissão de notas promissórias ou outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, operação de leasing financeiro ou qualquer outra forma de endividamento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias, com valor individual superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou valor agregado em um período de 12 (doze) meses superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

i) aprovação de emissão de debêntures simples, garantidas ou não, pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias;

j) criação, por qualquer forma, de ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias fora do curso normal de seus negócios mas em seu benefício, em que o valor exceda R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) durante um período de 12 (doze) meses;

k) quaisquer investimentos e desinvestimentos, pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias, em valor individual que exceda R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o valor agregado, durante um período de 12 (doze) meses que exceda R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), os quais devem ser acompanhados por ata de aprovação da Diretoria, onde conste opiniões e considerações dos diretores, bem como as alternativas de investimentos existentes para o devido objeto;

l) fusão, cisão, transformação, incorporação ou incorporação de ações envolvendo qualquer das subsidiárias da Companhia;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

m) fixação da remuneração individual dos Diretores, observada a remuneração global aprovada em assembleia geral, incluindo a remuneração fixa; definição da participação dos Diretores nos resultados da Companhia e dos bônus anuais da Diretoria; e determinar eventual elegibilidade e termos da participação de Diretores e executivos no programa de incentivo e remuneração de longo prazo, em todos os casos, respeitada a remuneração global e a divisão aprovada em Assembleia Geral;

n) fixação da remuneração de cada membro do Conselho de Administração observando as diretrizes e limites definidos pela Assembleia Geral; e

o) aprovação do relatório da administração e das contas da Diretoria e recomendação com relação a qualquer distribuição de lucros líquidos da Companhia para a Assembleia Geral.

b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

(i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência

O Conselho de Administração, com objetivo de aprimorar sua eficácia, realiza no mínimo 1 (uma) vez por ano (a) a sua autoavaliação como órgão, (b) a avaliação do Presidente do Conselho, e (c) a avaliação de cada membro de forma individual.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração e dos membros do conselho é coordenada pelo seu Presidente e conta com a participação de todos os membros do conselho, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

O Conselho de Administração também realiza anualmente a avaliação individual de cada membro da diretoria.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

A avaliação do Conselho de Administração é realizada através de um processo no qual os membros do conselho avaliam a efetividade do órgão em temas relevantes, tais como: (i) funcionamento das reuniões, (ii) preparação adequada das pautas, (iii) composição do conselho, (iv) participação dos membros do conselho, (v) qualidade das discussões, (vi) relevância dos temas monitorados e discutidos, além de outros itens.

A avaliação individual do Presidente do Conselho e de cada membro do conselho é realizada pelos demais conselheiros.

Os diretores são avaliados anualmente através da análise do atingimento das metas quantitativas definidas para cada diretor, além da observância de questões qualitativas. Exceto no caso de sua própria avaliação, que é realizada pelo Conselho,

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

sempre é solicitado ao diretor presidente que apresente sua avaliação dos demais diretores para o conselho, dentro deste processo.

Os resultados das avaliações são disponibilizados a todos os membros do conselho e discutidos entre eles.

A partir desta discussão, os membros do conselho definem planos de ação em relação a cada item de atenção e/ou oportunidade de melhoria identificada, incluindo a revisão da composição, inserção de temas na pauta de discussões e deliberações do conselho e revisão da estrutura e composição dos comitês de assessoramento.

(iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos para avaliação de desempenho dos órgãos de governança.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira, caso ocorra qualquer conflito de interesses.

d) Por órgão:

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão da administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivos	0	2	0	0	0
Conselho de Administração – Suplentes	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Conselho Fiscal – Efetivos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Conselho Fiscal – Suplentes	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Total de Membros	0	4	0	0	0

Obs.: Houve acúmulo de posições no Conselho e na Diretoria por um dos membros, sendo que o mesmo só foi considerado na Diretoria para evitar duplicidade de informações.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Órgão da administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivos	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração – Suplentes	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Conselho Fiscal – Efetivos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Conselho Fiscal – Suplentes	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Total de Membros	0	4	0	0	0	0	0

Obs.: Houve acúmulo de posições no Conselho e na Diretoria por um dos membros, sendo que o mesmo só foi considerado na Diretoria para evitar duplicidade de informações.

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Todos os atributos de diversidade relevantes já foram mencionados acima e no item 10.a. deste formulário.

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não há objetivos específicos para aumentar diversidade de gênero, cor ou raça entre membros do Conselho de Administração da empresa, dado ser um grupo com menos de 10 pessoas; existem ações decorrentes do tema material "Diversidade, não-discriminação e igualdade de oportunidades", aplicáveis a todos os colaboradores da empresa, incluindo a publicação do Manifesto de Diversidade e Código de Ética e Conduta, os quais são oportunamente e amplamente reforçados.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Os riscos e oportunidades relacionados ao Clima estão inseridos na Matriz de Riscos da Companhia, portanto seguem as mesmas premissas de avaliação, gerenciamento e supervisão estabelecidos na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	**0**	**5**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	**0**	**5**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	**0**	**5**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Em reunião realizada em 4 de outubro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a dissolução do Comitê de Auditoria (COAUD) e do Comitê de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD), como parte do processo de reestruturação da governança corporativa, sendo que, atualmente, não existem mais comitês permanentes que se reportem ao Conselho de Administração.

Diretoria

A Diretoria é formada por um mínimo de 2 e um máximo de 7 integrantes, designados pelo Conselho de Administração para um mandato de 1 ano, com possibilidade de recondução. Os cargos são Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, bem como Diretores Executivos responsáveis por Operações, área Comercial ou outras funções, inclusive posições sem atribuições específicas.

Competirá à Diretoria a administração dos negócios da Companhia em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, atribuída competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, conforme aprovada em 20 de setembro de 2019 pelo Conselho de Administração. A política estabelece procedimentos para evitar conflito de interesse, perda de independência ou de objetividade dos auditores independentes. Nos termos da Política aprovada, cabe ao Conselho de Administração supervisionar, fiscalizar e acompanhar as atividades de auditoria independente contratadas pela Companhia, a fim de avaliar a independência dos auditores, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços às necessidades da Companhia, bem como aprovar a contratação de quaisquer serviços extra-auditoria. Para tanto, todas as propostas de contratação devem ser apresentadas ao Conselho de Administração com a análise, pelo auditor externo, do comprometimento de sua independência, bem como do orçamento envolvido. Atualmente, a Política de contratação de serviços extra-auditoria da Companhia está disponível para consulta nos websites https://ri.bbmlogistica.com.br/ e https://www.cvm.gov.br.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia mantém Canal de Denúncias que recebe relatos relacionadas a diversos temas transversais à ASG - Ambiental, Social e Governança (ex. assédio moral, assédio sexual, discriminação, fraude, furto, e conduta inapropriada da liderança), o qual é acompanhado pela área de Compliance, que seguindo o fluxo de análise, reporte e tratativas envolve, oportunamente, o Presidente, a Diretoria e o Conselho de Administração.

As questões ambientais são tratadas também em fluxo similar, sendo tratadas inicialmente pela área de SSMA, com o devido envolvimento do Conselho de Administração conforme relevância.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome AGAPITO PEREIRA DOS ANJOS SOBRINHO **CPF:** 638.827.799-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 01/09/1968

Experiência Profissional: Administrador de Empresas, com mais de 30 anos de experiência em Logística, Previamente à sua entrada na Companhia em 2018, atuou como Gerente de Logística na Nestlé de 1987 a 2003 e como Diretor Executivo na Stocktec de 2005 a 2015.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/11/2025	Até a AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor Executivo Comercial	27/11/2025		17/04/2018
Diretoria	26/11/2025	Até a AGO de 2026	Diretor Presidente / Superintendente		27/11/2025		17/04/2018
Conselho de Administração	28/02/2025	Até a AGO de 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		28/02/2025	Sim	28/02/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	-

Nome EDUARDO VIEIRA ORFÃO **CPF:** 029.230.628-84 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de empresas, financista e contador **Data de Nascimento:** 07/03/1964

Experiência Profissional: Possui mais de 30 anos de experiência na área financeira, com sólidos conhecimentos em Finanças, Controladoria, Contabilidade e Auditoria, além de restruturações e direção geral de unidades de negócios. Como executivo, iniciou sua carreira na Price Waterhouse, e como executivo na Metal Leve, Microlite, e em várias empresas de logística, tais como Universal Armazéns Alfandegados, Grupo Granero, Metropolitan, Grupo VCI, EGA Solutions e Elo Logística. Além disso, possui experiência acadêmica como Professor Universitário em Pós-graduação e Graduação por 30 anos nas cadeiras de Finanças, Controladoria, Contabilidade e Auditoria.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/10/2025	Até AGO de 2026	Outros Diretores	Diretor Administrativo Financeiro e Relações com Investidores	04/10/2025		08/10/2024
Diretoria	01/04/2026	Até AGO de 2026	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		01/04/2026		08/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	-

Nome MARCELO JOSÉ MILLIET **CPF:** 038.613.428-63 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 08/05/1960

Experiência Profissional: Marcelo Milliet tem mais de 40 anos de experiência profissional, tendo ocupado cargos como CEO e CFO em empresas brasileiras e multinacionais com interesses comerciais em diversos segmentos de mercado, na América Latina e do Norte, Europa, Oriente Médio e Ásia. Marcelo participou de vários projetos de reestruturação, como Grupo Matarazzo, Grupo Dadalto (setores de varejo e finanças), Cia. Albertina Industrial e Mercantil, Cotia (comércio), Grupo Isolux Brasil (infraestrutura), Eternit (painéis de telhado de fibrocimento), Grupo Libra (portos e infraestrutura), Renova Energia (energia renovável), Paranapanema (metalurgia de cobre) e Oi S.A. (telecon/TI). Atuou como Gestor Interino dos processos de Recuperação Judicial da Renova Energia S.A., Paranapanema S.A., Oi S.A. (CEO & Relações com Investidores – estatutário) e da Cia. Albertina Industrial e Mercantil. Foi membro do Comitê Executivo da HBO América Latina, membro do Conselho da Fermenta Produtos Químicos Amalia S.A. e membro do Conselho Consultivo da Trificel Indústria e Comércio (joint venture Matarazzo/Hoechst). Também foi Diretor e membro do Conselho Consultivo da A2Z Assessoria em Recursos Humanos, e membro do Conselho Consultivo da Norsal – Norte Salineira S.A. Indústria e Comércio, e da Greenwood Indústria e Comércio Ltda. Foi Vice-Presidente Executivo Sênior (CEO) e Diretor Estatutário do Grupo Matarazzo, Diretor Executivo da HBO Brasil Partners, CEO, Executivo Sênior, Vice-Presidente e CFO do Grupo Traffic Marketing Esportivo e Diretor de Novos Negócios da CIE Brasil/T4F. Adicionalmente foi Vice-Presidente da ABICS (Associação Brasileira das Indústrias de Café Solúvel) e membro da CNC (Conselho Nacional do Café). Marcelo possui graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EASP-FGV-1981) e especialização em Fusões e Aquisições (EASP-FGV – 2008).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	05/01/2026	Até a AGO de 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		05/01/2026	Sim	05/01/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	-

Nome MARCOS EGÍDIO BATTISTELLA **CPF:** 317.990.199-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 07/03/1957

Experiência Profissional: O Sr. Marcos é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Economia – FAE, possui Pós Graduação em Gestão de Logistica pelo ISAE/ FGV. Foi Gerente de Operações e Logistica na Rodo Mar Ltda, e posteriormente sócio da BBM Logistica S/A, onde foi Diretor Operações. Após a entrada do Fundo de Investimentos Stratus na sociedade da BBM, passou a ser membro do Conselho de Administração. Participa, ainda, da Diretoria do Setcepar, Sindicato Patronal das Empresas de Transportes de Cargas, atuando, hoje como Presidente da entidade.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	05/01/2026	Até a AGO de 2026	Presidente do Conselho de Administração		05/01/2026	Sim	30/06/2015

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	-

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, datada de 04 de outubro de 2024, a Companhia extinguiu o Comitê de Auditoria (COAUD) e o Comitê de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD) - ambos não estatutários -, em virtude de adequações na gestão.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou de parentesco até segundo grau, dos administradores da Companhia, entre si e, com os administradores ou controladores das sociedades controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2025

Administrador do Emissor

ALBERTO COSTA SOUSA CAMÕES	048.555.488-71	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

STRATUS GESTÃO DE CARTEIRAS LTDA.	09.238.656/0001-11		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

N/A

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor

ALBERTO COSTA SOUSA CAMÕES	048.555.488-71	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

STRATUS GESTÃO DE CARTEIRAS LTDA.	09.238.656/0001-11		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

N/A

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

ALBERTO COSTA SOUSA CAMÕES	048.555.488-71	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

STRATUS GESTÃO DE CARTEIRAS LTDA.	09.238.656/0001-11		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

N/A

7.7 Acordos/seguros de administradores

O reembolso de eventuais despesas incorridas pelos administradores da Companhia está coberto por apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O), contratada entre a Companhia e a Kovr Seguros, com prêmio de R$ 225.000,00 e limite global de R$ 30 milhões, tendo vigência até 31 de Janeiro de 2026.

Cumpre destacar que a apólice referida acima inclui, dentre outras proteções, a cobertura de despesas processuais, custos de defesa, indenizações, dentre outros custos, de processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza cível, penal, trabalhista, tributária, previdenciária ou de qualquer outra natureza, pleiteando reparação pecuniária ou visando responsabilizar os administradores por práticas de atos danosos decorrentes de sua atuação como administrador.

Não obstante, referida apólice exclui da proteção mencionada acima todos os atos praticados com dolo ou má-fé. Desse modo, a Companhia entende que o reembolso aos administradores de custos e despesas decorrentes de processos administrativos e criminais são justos e devidos, uma vez que tais valores decorreram de atos praticados no exercício de suas funções, sem dolo ou culpa grave que demonstre intenção de prejudicar a Companhia ou terceiros.

Com isso, a Companhia acredita que possua maior capacidade de atração e manutenção de seu pessoal chave, garantindo, desta forma, um melhor desenvolvimento de sua estratégia de negócios.

7.8 Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos 3 anos, (i) a data de sua realização; (ii) necessidade de instalação em segunda convocação; e (iii) o quórum de instalação:

Evento	Data	Instalação em segunda convocação	Quórum
Assembleia Geral Extraordinária	24/10/2025	NÃO	100%
Assembleia Geral Extraordinária	22/04/2025	NÃO	100%
Assembleia Geral Extraordinária	28/02/2025	NÃO	100%
Assembleia Geral Extraordinária	01/11/2024	NÃO	100%
Assembleia Geral Extraordinária	23/09/2024	NÃO	100%
Assembleia Geral Ordinária	26/04/2024	NÃO	100%
Assembleia Geral Extraordinária	03/10/2023	NÃO	100%
Assembleia Geral Ordinária	27/04/2023	NÃO	100%
Assembleia Geral Extraordinária	07/03/2023	NÃO	100%
Assembleia Geral Extraordinária	06/01/2023	NÃO	100%

8.1 Política ou prática de remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2020, que pode ser consultada no site http://ri.bbmlogistica.com.br/.

Conselho de Administração

A remuneração do conselho de administração é composta por 12 parcelas mensais fixas, a título de remuneração aos conselheiros.

Diretoria estatutária

A remuneração dos diretores estatutários é composta por 12 parcelas mensais fixas, a título de remuneração a dirigentes. A porção variável da remuneração (bônus) é estabelecida independentemente para cada membro, estando condicionada ao cumprimento de determinadas metas de suas áreas e da Companhia, conforme estabelecidas pelo Conselho de Administração. A proporção da remuneração variável é definida conforme o cargo, considerando os riscos e responsabilidades envolvidos.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global dos conselheiros e diretores estatutários é definida anualmente na Assembleia Geral Ordinária (AGO), sendo que, posteriormente, a remuneração individual é determinada pelo Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A definição da remuneração dos conselheiros e diretoria estatutária é feita com base na experiência dos conselheiros e sócios em outras empresas e no seu conhecimento do mercado. Em 2024, a Companhia realizou estudo com a empresa Mercer para verificação da adequação da remuneração dos Diretores, tendo como base a comparação com outras empresas do setor e empresas de porte semelhante (considerando remuneração mensal, bonificação anual e incentivo de longo prazo).

8.1 Política ou prática de remuneração

A atualização dos parâmetros de remuneração é realizada periodicamente ou sempre que necessário, conforme a estratégia corporativa.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia a remuneração dos seus membros e da diretoria estatutária anualmente, sendo tal alinhamento matéria de Reunião do Conselho de Administração. Para tanto, os membros do Conselho de Administração avaliam, com base em suas experiências, se a remuneração está compatível com aquela aplicada no mercado.

c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Remuneração fixa: É constituída de remuneração aos administradores e aplicada para membros do Conselho de Administração e da diretoria estatutária. Este tipo de remuneração visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições de mercado.

Remuneração variável: Consiste em bônus mensal, aplicável a membros da diretoria estatutária. Esta remuneração visa atender aos interesses de seus investidores e clientes e demais stakeholders, premiando o alcance das metas da organização, e deverá observar critérios que venham a ser definidos, e periodicamente revisados, pelos administradores da Companhia, mas preferencialmente baseando-se no atingimento de metas individuais e coletivas, de modo a alinhar os interesses da Companhia com o de seus diretores.

Benefícios: Para os membros da diretoria estatutária e do Conselho de Administração, a empresa oferece determinados benefícios, como plano de assistência médica de abrangência nacional, plano de assistência odontológica, vale refeição ou vale alimentação, seguro de vida, veículo e, em alguns casos, ajuda de custo com moradia, os quais são negociados individualmente com cada administrador. Referida remuneração tem por objetivo oferecer aos administradores um pacote compatível com as práticas de mercado e de outras empresas de porte similar e/ou atuando no mesmo setor da Companhia.

Remuneração de longo prazo: A remuneração de longo prazo terá o objetivo de reter profissionais e promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, buscando o alinhamento de objetivos entre os executivos e acionistas da Companhia permitindo que as pessoas que estão ou estarão envolvidas no seu crescimento possam ter parte de sua remuneração atrelada ao crescimento sustentável e valorização da Companhia. A Companhia não pagou Remuneração de Longo Prazo para seus administradores até a data deste Formulário de Referência.

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração variável dos diretores estatutários da Companhia é atrelada ao alcance de metas anuais definidas pelo Conselho de Administração. Desta forma, é possível alinhar os interesses dos administradores aos da organização, de modo que o crescimento financeiro e operacional da Companhia se reflete em melhores condições para os diretores.

Além disso, para alinhamento dos interesses de curto prazo, a Companhia busca referência de mercado para estabelecimento do pró-labore pagos a diretores estatutários e membros do Conselho de Administração, buscando manter, desta forma, uma estrutura de administração estável e empenhada em defender os melhores interesses da Companhia.

- *sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais*

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitês**
Remuneração Fixa	100%	68%	-	-
Remuneração Variável	0%	32%	-	-
Pós Emprego	0%	0%	-	-
Baseada em Ações	0%	0%	-	-
T O T A L	100%	100%	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitês**
Remuneração Fixa	100%	100%	-	-
Remuneração Variável	0%	0%	-	-
Pós Emprego	0%	0%	-	-
Baseada em Ações	0%	0%	-	-
T O T A L	100%	100%	-	-

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100%	100%	-	100%
Remuneração Variável	0%	0%	-	0%
Pós Emprego	0%	0%	-	0%
Baseada em Ações	0%	0%	-	0%
T O T A L	100%	100%	-	100%

- *sua metodologia de cálculo e de reajuste*

A remuneração dos conselheiros e dos diretores estatutários é reajustada anualmente, na maioria das vezes, com base na variação do índice IPCA. Os valores dos benefícios são avaliados anualmente pelos diretores e, no caso de entenderem necessário, apresentam sugestão de alteração para o Conselho de Administração.

Com relação à remuneração variável, as metas da diretoria, bem como os valores que podem receber os diretores por cumpri-las integralmente, são ajustadas anualmente pelo Conselho de Administração.

- *principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG*

O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os diretores estatutários possuem remuneração variável ligada ao alance de metas e métricas definidas pelo Conselho de Administração. Em 2025, as métricas definidas pelo Conselho de Administração para o pagamento da remuneração variável foram a geração operacional de caixa, o retorno sobre o capital investido, lucro operacional, cumprimento do plano estratégico e avaliação comportamental/desempenho.

As metas e métricas, bem como o peso de cada uma delas para cada um dos diretores, são definidas anualmente pelo Conselho de Administração e, portanto, estão sujeitas a variações em cada um dos exercícios financeiros.

A remuneração variável da diretoria estatutária é vinculada à observância do orçamento anual da empresa e ao alcance de indicadores de desempenho, como receita líquida, lucro antes do imposto de renda, nível de serviço e novos projetos, de modo que a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia beneficie os diretores, na medida de sua participação para tanto.

8.1 Política ou prática de remuneração

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia pratica um modelo de remuneração que reflete a responsabilidade de cada cargo, alinhado às práticas de mercado de forma a atender as necessidades estratégicas da Companhia e atrair, reter e motivar os profissionais, de modo que seus respectivos interesses estejam alinhados aos da Companhia.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Companhia não possui administradores não remunerados.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Os contratos da Diretoria Estatutária da BBM Logística S.A. preveem que, em caso de ocorrência de um evento de liquidez, estes farão jus ao recebimento de remuneração de Incentivo de Longo Prazo, calculada com base na valorização da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração revisou os contratos e concluiu que nesse momento, não há previsibilidade para um evento de liquidez e, consequentemente não há saldo a provisionar.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	700.000,00	2.057.220,00		2.757.220,00
Benefícios direto e indireto	28.513,06	153.276,20		181.789,26
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.464.990,00		1.464.990,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	-	-		
Total da remuneração	728.513,06	3.675.486,20		4.403.999,26

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.336.691,05	2.019.998,58		3.356.689,63
Benefícios direto e indireto	0,00	139.342,00		139.342,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	917.818,37		917.818,37
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	-	-		
Total da remuneração	1.336.691,05	3.077.158,95		4.413.850,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,50	3,00		6,50
Nº de membros remunerados	3,50	3,00		6,50
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	929.133,00	2.441.157,00		3.370.290,00
Benefícios direto e indireto	10.036,00	97.491,00		107.527,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	-	-		
Total da remuneração	939.169,00	2.538.648,00		3.477.817,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,83	4,00		8,83
Nº de membros remunerados	4,83	4,00		8,83
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.042.000,00	3.067.880,30		4.109.880,30
Benefícios direto e indireto	17.288,16	223.718,18		241.006,34
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.		
Total da remuneração	1.059.288,16	3.291.598,48		4.350.886,64

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	3,00	2,00		**5,00**
N° de membros remunerados	2,00	2,00		**4,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1757988,00		**1.757.988,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1464990,00		**1.464.990,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	917838,37		**917.838,37**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	3,50	3,00		**6,50**
N° de membros remunerados	3,50	3,00		**6,50**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	447592,00		**447.592,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	447592,00		**447.592,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2275093,63		**2.275.093,63**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2843867,03		**2.843.867,03**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2843867,03		**2.843.867,03**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,83	4,00		**8,83**
N° de membros remunerados	4,83	4,00		**8,83**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2128218,24		**2.128.218,24**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3192327,36		**3.192.327,36**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2660272,80		**2.660.272,80**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

OBS.: O Plano em questão só entrará em vigência quando a Companhia efetivar oferta pública inicial de ações (IPO).

a) termos e condições gerais

O Plano de Incentivos Atrelados a Ações da Companhia ("Plano") estabelece os termos e condições para a outorga, pela Companhia, de incentivos atrelados a ações de emissão da Companhia ("Ações" e "Incentivos", respectivamente) aos seus colaboradores, por meio de Programas de Incentivos Atrelados a Ações ("Programas") a serem implementados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu exclusivo critério.

Os Programas que venham a ser instituídos no âmbito do Plano pelo Conselho de Administração serão administrados pelo Conselho de Administração e todas as decisões relativas aos Programas deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas nos termos do Estatuto Social da Companhia e terão caráter vinculante para os as pessoas elegíveis e para os beneficiários, conforme definidos no Plano, delas não cabendo qualquer questionamento, exceto se contrárias aos termos e condições estabelecidos no Plano e/ou na legislação aplicável.

O Conselho de Administração estará sujeito aos limites e condições estabelecidos no Plano, no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, e deverá respeitar as diretrizes da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

O Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos termos e condições dos Programas, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para: (a) eleger, a seu exclusivo critério, os beneficiários, que farão jus aos Incentivos concedidos pelos Programas; (b) tomar as medidas necessárias para a administração dos Programas, inclusive quanto à interpretação e aplicação de suas disposições; (c) decidir quanto às datas de concessão dos Incentivos; (d) decidir quanto aos direitos dos beneficiários em razão dos Programas; (e) determinar as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou à perda de direitos acerca dos Incentivos nos seguintes casos afetando os respectivos beneficiários: (e.i) rescisão contratual, por qualquer motivo; (e.ii) falecimento; (e.iii) invalidez permanente; (e.iv) aposentadoria; e/ou (e.v) dissolução e/ou liquidação da Companhia; (f) deliberar e decidir acerca dos termos e condições dos Programas e aprovar os Programas, bem como seus respectivos Contratos de Adesão, conforme definido abaixo; (g) autorizar a utilização de ações em tesouraria para cumprimento dos termos do Plano e dos Programas; (h) aditar os Programas e os respectivos contratos de adesão; (i) modificar os regulamentos dos Programas e os respectivos contratos de adesão na medida em que os direitos dos beneficiários não sejam prejudicados, excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

realizadas/instituídas em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente; (j) alterar ou extinguir os Programas; (k) analisar e decidir sobre casos excepcionais relacionados aos Programas; (l) estabelecer a possibilidade de converter os Incentivos outorgados aos beneficiários, em dinheiro, bem como os critérios de conversão; e (m) deliberar sobre quaisquer outros termos e condições dos Programas.

b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia em 14 de fevereiro de 2020.

c) número máximo de ações abrangidas

As ações concedidas no âmbito do Plano e dos Programas não poderão ultrapassar o limite de 5% do total de ações da Companhia.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

As ações concedidas no âmbito do Plano e dos Programas não poderão ultrapassar o limite de 5% do total de ações da Companhia.

e) condições de aquisição de ações

As condições de aquisição das ações serão definidas nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício das ações serão definidos nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Os prazos para exercício das opções serão definidos nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

h) forma de liquidação

A forma de liquidação das opções será definida nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

i) restrições à transferência das ações

As restrições à transferência das ações serão definidas nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano apenas será suspenso, alterado ou suspenso por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos da saída dos administradores serão definidos em cada um dos programas aprovados pelo Conselho de Administração. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

8.7 Opções em aberto

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

8.10 Outorga de ações

Não aplicável, uma vez que não houve outorga de ações.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que não houve entrega de ações.

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

8.13 Participações detidas por órgão

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Órgão	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	11.685.287	28,67%
Diretoria	-	-

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

8.14 Planos de previdência

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de previdência privada contratado para seus administradores.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	2,00	3,00	4,00	3,00	3,50	4.83
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	4,00	2,00	3,50	4,83
Valor da maior remuneraçãoReal	1.685.520,00	1.080.000,00	1.013.945,12	696.000,00	240.000,00	217.288,16
Valor da menor remuneraçãoReal	1.391.638,95	900.000,00	711.378,51	600.024,39	216.000,00	216.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.538.579,47	990.000,00	548.599,75	668.345,52	232.000,00	176.548,03

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	-	
31/12/2024	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual da Diretoria pelo número de membros remunerados de referido órgão.	
31/12/2023	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual da Diretoria pelo número de membros remunerados de referido órgão.	

	Conselho de Administração	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2025	-	
31/12/2024	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual do Conselho de Administração pelo número de membros remunerados de referido órgão.	
31/12/2023	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual do Conselho de Administração pelo número de membros remunerados de referido órgão.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Na data deste Formulário de Referência, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025			
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Remuneração total do órgão (R$)	1.336.691,05	3.077.158,95	N/A
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R$)	-	-	N/A
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	100%	100%	N/A

Obs.: A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

N/A- Não aplicável

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024			
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Remuneração total do órgão (R$)	939.169,00	2.538.648,00	N/A
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R$)	-	-	N/A
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	100%	100%	N/A

Obs.: A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

N/A- Não aplicável

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023			
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Remuneração total do órgão (R$)	1.059.288,16	3.291.598,48	N/A
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R$)	-	-	N/A
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	100%	100%	N/A

Obs.: A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

N/A- Não aplicável

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração (haja vista que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado) não receberam qualquer remuneração que não aquela decorrente do exercício de seus respectivos cargos.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os administradores da Companhia não receberam remuneração de controladores diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, por sua atuação como administradores na Companhia.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

8.20 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
20/11/2017	20/11/2017	

Descrição dos serviços prestados

Os serviços prestados pelos auditores independentes foram: (a) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023; (b) revisão limitada e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

O montante total da remuneração dos auditores em decorrência dos serviços prestados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$805.289,28, correspondente aos serviços prestados de auditoria e revisão limitada, com emissão do relatório de auditoria sobre o exercício social encerrado no período de 31 de dezembro de 2023, e informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023.

Justificativa da substituição

Rotatividade obrigatória dos auditores independentes a cada cinco anos, conforme Instrução CVM nº 308.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não aplicável.

Código CVM do Auditor	010324	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
06/03/2024	01/01/2024	

Descrição dos serviços prestados

Os serviços realizados pelos auditores independentes foram: (a) auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2025; e (b) revisão limitada e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes aos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

A remuneração dos auditores totalizou R$ 763.000,00 em 2025 para os serviços anteriormente detalhados.

Justificativa da substituição

Não aplicável.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não aplicável.

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia possui uma política para a contratação de serviços de natureza extra-auditoria com o auditor independente, conforme aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2019. Essa política estabelece procedimentos destinados a evitar conflitos de interesse, comprometimento da independência ou perda de objetividade por parte dos auditores independentes.

Nos termos da política aprovada, cabe ao Conselho de Administração supervisionar, fiscalizar e acompanhar as atividades de auditoria independente contratadas pela Companhia, com o objetivo de avaliar a independência dos auditores, a qualidade dos serviços prestados e a adequação desses serviços às necessidades da Companhia, além de aprovar a contratação de quaisquer serviços de natureza extra-auditoria.

Para tanto, todas as propostas de contratação devem ser submetidas ao Conselho de Administração acompanhadas da análise, realizada pelo próprio auditor externo, quanto ao comprometimento da independência envolvida na contratação, bem como do orçamento dos valores correspondentes.

Atualmente, a política de contratação de serviços extra-auditoria da Companhia está disponível para consulta nos websites da Companhia (https://ri.bbmlogistica.com.br/) e da CVM (https://www.cvm.gov.br).

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue sejam relevantes.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	85	207	0	0	0
Não-liderança	738	2517	0	0	0
TOTAL = 3.547	**823**	**2724**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	237	12	41	0	0	0
Não-liderança	16	1924	390	906	9	10	0
TOTAL = 3.547	**18**	**2161**	**402**	**947**	**9**	**10**	**0**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	26	231	35
Não-liderança	1045	1610	600
TOTAL = 3.547	**1071**	**1841**	**635**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	3	289	0
Não-liderança	36	3219	0
TOTAL = 3.547	**39**	**3508**	**0**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	7	2	102	181	0
Não-liderança	0	135	54	1509	1557	0
TOTAL = 3.547	**0**	**142**	**56**	**1611**	**1738**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	14	128	0	0	0
Centro-Oeste	6	50	0	0	0
Sudeste	327	1284	0	0	0
Sul	476	1262	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.547	**823**	**2724**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	1	79	17	44	1	0	0
Centro-Oeste	0	21	11	24	0	0	0
Sudeste	8	831	212	551	5	4	0
Sul	9	1230	162	328	3	6	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.547	**18**	**2161**	**402**	**947**	**9**	**10**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	17	99	26
Centro-Oeste	21	32	3
Sudeste	487	821	303
Sul	546	889	303
Exterior	0	0	0
TOTAL = 3.547	**1071**	**1841**	**635**

10.1 Descrição dos recursos humanos

b) número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Terceiros por Localização Geográfica			
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Sudeste	428	368	360
Sul	587	566	1.108
Nordeste	49	41	154
Norte	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	56
Total	1.064	975	1.678

Empregados por Atividade			
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Desenvolvedor	2	1	0
Analista de negócios	1	1	0
Analista de testes	3	1	0
Analista de integrações		0	0
Analista de sistemas	1	0	3
Analista de Infraestrutura	6	2	1
Analista de suporte (Sistemas e SAP)	0	1	4
Assistente administrativo	0	0	2
Analista de BI	0	1	4
Especialista de projeto	0	0	0
Analista de TI	3	2	0
Conselheiro	0	0	4
Motorista	1048	966	1.660
Total	1.064	975	1.678

10.1 Descrição dos recursos humanos

c) índice de rotatividade

O cálculo do índice de rotatividade (*turnover*) é efetuado dividindo-se a média anual do total de desligamentos pela quantidade de colaboradores do final do exercício imediatamente anterior. A tabela abaixo contém o índice de rotatividade para os períodos indicados.

	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Índice de Rotatividade	**5,60%**	**4,76%**	**4,49%**

10.2 Alterações relevantes

A Companhia encontra-se em processo de reestruturação, com foco no fortalecimento de sua estrutura de capital, no aumento de liquidez e na redução do nível de alavancagem. Nesse contexto, estão sendo implementadas iniciativas voltadas à simplificação e racionalização das estruturas corporativas e operacionais, à redução estrutural de custos e à melhoria da produtividade. Adicionalmente, foi realizada a revisão do portfólio comercial, com a descontinuação de contratos de baixa rentabilidade ou elevado consumo de capital, bem como a otimização da malha logística e a centralização de processos operacionais. Como parte desse processo, houve a readequação do quadro funcional, incluindo a redução de posições, além da desmobilização de operações, especialmente nos segmentos florestal e de dedicados, resultando no encerramento de contratos. A Companhia prevê a retomada de contratações e a expansão das operações à medida que o cenário econômico se normalize e sejam restabelecidas as condições para o crescimento sustentável.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

Atrelada as exigências de cada cargo, a nossa política de remuneração busca se adequar as competências e responsabilidades dos nossos colaboradores.

Os salários são calculados de acordo com a legislação vigente e com base nas Convenções e Acordos Coletivos Sindicais com os quais mantemos relacionamentos.

A remuneração é composta por salário base, acrescida, para alguns cargos, de comissões ou premiações baseadas no atingimento de metas mensais/anuais pré-estabelecidas.

Em algumas operações a remuneração é totalmente variável, vinculada a quantidade de quilômetros rodados e/ou as viagens realizadas, nestes casos fica garantida a remuneração mínima descrita nas convenções e/ou acordos coletivos sindicais aplicáveis.

Os colaboradores elegíveis contam ainda com o programa de participação nos resultados, onde são determinadas metas individuais e coletivas. Os valores são calculados com base em múltiplos salariais específicos definidos conforme o cargo.

b) política de benefícios

Com o objetivo de promover o bem-estar de nossos colaboradores colocamos a disposição de nossos os seguintes benefícios:

- plano de saúde hospitalar com abrangência nacional, estendida a seus dependentes tendo a opção entre acomodação individual ou coletiva;
- plano odontológico com extensão aos familiares;
- vale farmácia;
- cesta Básicas;
- seguro de vida baseado em múltiplos salariais;
- vale alimentação e/ou vale refeição e refeitório;
- vale transportes e transporte fretado.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

c) ***características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:***

(i) grupos de beneficiários;
(ii) condições para exercício;
(iii) preços de exercício;
(iv) prazos de exercício; e
(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Maior remuneração individual	R$1.685.520,00
Mediana da remuneração individual dos demais empregados	R$68.469,00
Correlação em percentual	2,462
Correlação em múltiplos	24,62

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
1.685.520,00	68.469,00	24,62
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

As relações entre a Companhia e os sindicatos da categoria se dão através de parceria, respeito e transparência, visando alinhar as diretrizes e cláusulas que envolvam seus colaboradores. Todos os colaboradores da Companhia, em sua abrangência nacional, contam com o respaldo de convenções ou acordos coletivos de trabalho que garantem direitos além daqueles concedidos pela legislação trabalhista.

Não houve greves dos empregados da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

10.5 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia possui uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de agosto de 2020, a qual pode ser consultada no site da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/) (“Política de TPR”).

A Política de TPR define diretrizes a serem observadas na realização de Transações entre Partes Relacionadas e situações de potenciais Conflitos de Interesses, o que, em alinhamento com as instruções contidas no Código de Ética e Conduta, da Companhia, possibilitando à Companhia dar transparência às transações realizadas, e se aplica a todas as empresas de seu grupo econômico, bem como a todos os seus colaboradores.

São consideradas Transações com Partes Relacionadas, nos termos da Política de TPR da Companhia a transferência de bens, direitos, recursos, serviços ou obrigações, direta ou indiretamente, entre a Companhia e uma Parte Relacionada (conforme definida na Política de TPR), independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

A Política de TPR estabelece que as Transações com Partes Relacionadas serão identificadas e classificadas pela área interna da Companhia responsável pela operação como potencial Parte Relacionada que deverá submetê-la à Área de Compliance com as informações acerca da operação que, por sua vez identificará as Partes Relacionadas.

Nos termos da Política de TPR da Companhia, todas as Transações entre Partes Relacionadas, independentemente do valor envolvido, deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

É possível a rejeição, aprovação ou mesmo a aprovação parcial da celebração do negócio pretendido, neste último caso, podendo ser determinada pelo Conselho de Administração a alteração dos termos e condições do negócio no melhor interesse da Companhia e em conformidade com as diretrizes da Política de TPR.

O Conselho de Administração deve analisar as propostas de Transações entre Partes Relacionadas submetidas a sua aprovação, de forma a assegurar que:

I. a transação negociada foi submetida sem privilégios ao processo de seleção que seria aplicado a qualquer outra entidade do mercado que não tivesse envolvimento com qualquer Parte Relacionada.

II. as condições negociadas são iguais ou melhores às condições normais de mercado, para tanto, poderá o Conselho de Administração solicitar documentos que entenda necessário à comprovação dos requisitos aqui definidos.

11.1 Regras, políticas e práticas

III. atenda as diretrizes definidas nas práticas e demais políticas da Companhia, bem como nas instruções do seu Código de Ética e Conduta.

IV. estão fundadas em motivos justificáveis, econômicos e estratégicos, para que a Transação entre as Partes Relacionadas seja realizada.

A aprovação de Transações entre Partes Relacionadas deve ser formalizada por escrito na ata da respectiva reunião do Conselho de Administração que a deliberar.

Quando uma Transação com Parte Relacionada tiver que ser aprovada pela assembleia geral, essa transação deverá ser formal e previamente aprovada pelo Conselho de Administração e submetida aos acionistas acompanhada de proposta preparada pelos administradores da Companhia.

O ato de aprovação será comunicado à Área de Compliance da Companhia, a qual determinará o prosseguimento da contratação.

Nos termos da Política de TPR são proibidas as Transações entre Partes Relacionadas que não atendam aos requisitos estipulados nos itens "i" a "iv" acima.

A Política de TPR prevê ainda que, nas situações em que algum dos conselheiros tenha potencial benefício próprio decorrente da transação entre Partes Relacionadas ou encontre-se em posição de conflito de interesses em relação ao objeto da aprovação, tal conselheiro deverá se declarar impedido em participar da votação de forma justificada. Adicionalmente, o conselheiro deve ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se da tomada de decisão ou da emissão de opinião, conforme o caso.

Apesar da diretriz acima, o conselheiro que se enquadre em situação de conflito de interesses poderá ser convidado, se assim o Presidente do Conselho de Administração entender, a participar de parte das discussões, a fim de fornecer informações que sejam consideradas relevantes no processo de aprovação da transação, entretanto, em nenhuma hipótese, poderá participar do processo decisivo de aprovação.

Constitui responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia e terceiros a quem se aplica a Política de TPR garantir o cumprimento da Política de TPR. Indícios de descumprimento ou dúvidas devem ser reportadas à área de Compliance ou por meio de um dos canais de comunicação disponíveis (0800 721 1402, por e-mail bbm@relatoconfidencial.com.br ou https://relatoconfidencial.com.br/bbm/).

A não observância dos procedimentos da Política de TPR, por parte dos Administradores e colaboradores da Companhia, bem como eventual denúncia realizada por meio do Portal de Denúncias da Companhia relacionadas à Política de TPR, será examinada pela Área de Compliance para obtenção de informações, se necessário. Caso conclua que houve uma infração, ele submeterá seu relatório para

11.1 Regras, políticas e práticas

o Conselho de Administração, que aplicará as sanções disciplinares adequadas, de acordo com as regras internas da Companhia dispostas na Política de Medidas Disciplinares e no Código de Conduta, sem prejuízo de eventuais medidas cíveis e penais cabíveis, conforme o caso.

Com relação a terceiros, o descumprimento da Política ou à Legislação aplicável ensejará a adoção das providências adequadas a respeito, garantindo a efetividade da Política. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, determinar a imediata rescisão contratual de acordo com os termos do contrato celebrado no âmbito de uma transação entre partes relacionadas ou que gere quaisquer conflitos de interesses, bem como aplicar demais ações legais adequadas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Diálogo Logística Inteligente Ltda.	31/12/2025	2.178.383,75	2.178.383,75	0	120 dias	0
Relação com o emissor	Controlada da Companhia					
Objeto contrato	Prestação de serviços administrativos para as Controladas					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Principalmente decorrente de gastos administrativos incorridos pela Controladora de responsabilidade das Controladas.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Diálogo Logística Inteligente Ltda.	31/12/2025	17.934,63	17.934,63	0	120 dias	0
Relação com o emissor	Controlada da Companhia					
Objeto contrato	Contratação de serviços administrativos das Controladas					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Principalmente decorrente de custos administrativos fornecidos pelas Controladas.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Diálogo Logística Inteligente Ltda.	31/12/2025	13.175.422,56	13.175.422,56	0	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada da Companhia					
Objeto contrato	Mútuo para capital de giro e melhoria de liquidez					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Mútuo para capital de giro e melhoria de liquidez. Trata-se de reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transeich Assessoria e Transportes S.A.	31/12/2025	26.352,26	26.352,26	0	120 dias	0
Relação com o emissor	Controlada da Companhia					
Objeto contrato	Prestação de serviços administrativos para as Controladas					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Principalmente decorrente de gastos administrativos incorridos pela Controladora de responsabilidade das Controladas.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Transeich Assessoria e Transportes S.A.	31/12/2025	110.235.591,49	110.235.591,49	0	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada da Companhia					
Objeto contrato	Mútuo para capital de giro e melhoria de liquidez					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Mútuo para capital de giro e melhoria de liquidez. Trata-se de reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Translag Transporte e Logística Ltda.	31/12/2025	1.469.525,43	1.469.525,43	0	120 dias	0
Relação com o emissor	Controlada da Companhia					
Objeto contrato	Prestação de serviços administrativos para as Controladas					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Principalmente decorrente de gastos administrativos incorridos pela Controladora de responsabilidade das Controladas. Adicionalmente, incluem-se prestações de serviços de frete realizadas pela Controladora.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Translag Transporte e Logística Ltda.	31/12/2025	1.025,75	1.025,75	0	120 dias	0
Relação com o emissor	Controlada da Companhia					
Objeto contrato	Contratação de fretes das Controladas					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Principalmente decorrente de custos de fretes fornecidos pelas Controladas.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Translag Transporte e Logística Ltda.	31/12/2025	5.735.509,15	5.735.509,15	0	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada da Companhia					
Objeto contrato	Mútuo para capital de giro e melhoria de liquidez					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Mútuo para capital de giro e melhoria de liquidez. Trata-se de reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Translovato Logística Ltda.	31/12/2025	3.889.220,25	3.889.220,25	0	120 dias	0
Relação com o emissor	Controlada da Companhia					
Objeto contrato	Prestação de serviços administrativos para as Controladas					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Principalmente decorrente de gastos administrativos incorridos pela Controladora, mas de responsabilidade das Controladas. Adicionalmente, incluem-se prestações de serviços de frete realizadas pela Controladora.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Translovato Logística Ltda.	31/12/2025	618.609,83	618.609,83	0	120 dias	0
Relação com o emissor	Controlada da Companhia					
Objeto contrato	Contratação de fretes e consumo de combustíveis das Controladas					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Principalmente decorrente de custos de fretes e combustíveis fornecidos das Controladas.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Translovato Logística Ltda.	31/12/2025	139.691.565,38	139.691.565,38	0	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada da Companhia					
Objeto contrato	Mútuo para capital de giro e melhoria de liquidez					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Mútuo para capital de giro e melhoria de liquidez. Trata-se de reforço de Caixa para cumprimento das obrigações.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

(n) Medidas tomadas para tratar conflitos de interesses

A Companhia prevê no Regimento Interno do Conselho de Administração e na Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses os procedimentos a serem adotados em situações em que os membros da administração e dos demais órgãos de assessoramento devem seguir para evitar conflitos de interesses. Em relação ao conjunto de transações com partes relacionadas mencionadas no item 11.2 deste Formulário de Referência, a Companhia destaca que adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

A diretoria e todos os colaboradores da Companhia estão comprometidos com o Código de Conduta da Companhia, que previne a Companhia de tomar qualquer decisão que possa ocasionar conflito de interesses.

Ademais, em conformidade com a Lei de Sociedade por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

(o) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas mencionadas no item 11.2 deste Formulário de Referência seguem os padrões de mercado e são amparadas pelo estrito interesse da Companhia. A Companhia adota práticas de governança corporativa recomentadas e/ou exigidas pela legislação em vigor. As Transações entre Partes Relacionadas são conduzidas com comutatividade, por meio de processos decisórios objetivos e documentados. Nesse contexto, o caráter comutativo das Transações entre Partes Relacionadas é comprovado por meio dos termos e condições dos contratos mencionados no item 11.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia entende que existe pleno alinhamento de interesses nas contratações de mútuos e no compartilhamento de serviços administrativos para as empresas controladas. Registre-se também que a compartilhamento das áreas administrativas em melhores condições de mercado é interesse comum a todas as entidades que participam do rateio.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 11 do Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
23/06/2021		1.800.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
0	0	0

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
17/12/2019		102.489.376,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
40.760.818	0	40.760.818

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
17/12/2019		102.489.376,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
40.760.818	0	40.760.818

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
17/12/2019		102.489.376,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
40.760.818	0	40.760.818

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não se aplica uma vez que a Companhia não se enquadra na categoria de emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão
Data de emissão	16/05/2022
Data de vencimento	20/12/2026
Quantidade	200.000
Valor nominal global R$	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	259.713.112,69
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Tendo em vista que as debêntures foram objeto de oferta restrita com dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 476/09, revogada pela Resolução CVM nº 160/22, as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados e, decorridos 90 dias da respectiva subscrição ou aquisição, por investidores profissionais.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 6 de novembro de 2023 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao somatório dos seguintes valores (tal somatório, "Valor de Resgate Antecipado Facultativo"): (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, (b) da Remuneração devida e não paga até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior (em ambos os casos, inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (exclusive), incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures, (c) Encargos Moratórios, se houver (d) quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures devidos e não pagos até tal data, e (e) única e exclusivamente em relação às Debêntures da Primeira Série, de prêmio equivalente a 0,75% a.a., pro rata temporis, base 252 Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento, incidente sobre a soma dos valores descritos nos itens (a) a (d) acima, calculado de acordo com fórmula estipulada na Escritura de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Foram emitidas 159.000 Debêntures na primeira série e 30.000 Debêntures na segunda série. Em garantia do integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), foram constituídas as seguintes garantias : (a) alienação fiduciária (1) da totalidade de quotas representativas de 100% do capital social da Diálogo Logística Ltda., bem como das quotas adicionais que a Emissora venha a subscrever ou adquirir no futuro, na proporção das Quotas Iniciais e todos os direitos econômicos inerentes às quotas alienadas; (b) alienação fiduciária de veículos de propriedade da Emissora, conforme descritos e atualizados de tempos em tempos no Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos; (c) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, principais e acessórios, presentes e futuros, detidos pela Emissora decorrente dos contratos identificados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; e (d) penhor de primeiro grau de produtos em estoque de titularidade da Emissora, com as características e quantidade descritas no Contrato de Penhor de Estoque, conforme descritos e atualizados de tempos em tempos, armazenados nos locais de depósito descritos no Contrato de Penhor de Estoque. Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base de 252 Dias Úteis, divulgadas pela B3, acrescida de spread de 4,75% a.a., base de 252 Dias Úteis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, mediante aprovação por titulares de debêntures que representem, no mínimo, metade mais uma das debêntures em circulação, em primeira convocação, e em segunda convocação por metade mais um dos presentes, desde que presentes, no mínimo, 30% das debêntures em circulação, podendo ainda o quórum acima ser mais elevado em determinadas situações específicas previstas na Escritura de Emissão.
Outras características relevantes	Esclarece-se, em complemento ao apresentado acima, que as Debêntures da Primeira Série tem vencimento em 20 de dezembro de 2028 e as Debêntures da Segunda Série tem vencimento em 20 de dezembro de 2026.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	37

12.5 Mercados de negociação no Brasil

A Companhia está listada no segmento BOVESPA MAIS da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. As debêntures emitidas pela Companhia estão registradas e admitidas à negociação no Segmento Cetip UTVM da B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros até o momento.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a companhia não possui títulos emitidos no exterior até o momento.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Em 2022, foi realizada a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos da Companhia, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R$200 milhões. Para mais informações vide item 12.3 deste Formulário de Referência.

Não houve emissão posterior.

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos oriundos da 3ª (terceira) de debêntures obtidos pela Emissora com a Emissão das Debêntures serão utilizados (i) no pagamento de custos e despesas relativos à Emissão, (ii) no pré-pagamento integral das Debêntures da 2ª Emissão, com a finalidade de alongar seu passivo financeiro, por meio da realização de resgate antecipado total das Debêntures da 2ª Emissão com seu consequente cancelamento, e (iii) o saldo será utilizado no curso normal dos negócios da Emissora.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos oriundos das emissões de debêntures e a proposta de aplicação divulgada nos documentos das referidas distribuições.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios.

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 12 do Formulário de Referência.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Eduardo Vieira Orfão	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	
Agapito Pereira dos Anjos Sobrinho	Diretor Presidente	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

Eu, **AGAPITO PEREIRA DOS ANJOS SOBRINHO**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 36707208 SESP PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 638.827.799-34, com endereço comercial na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Rua Tenente Djalma Dutra, nº 915, sala 602, Centro, na qualidade de Diretor Presidente da **BBM LOGÍSTICA S.A.** ("Companhia"), declaro que: a) revi o formulário de referência; b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos artigos 15 a 20; c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

PROJURIS
ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001, que institui a ICP-Brasil.

AGAPITO PEREIRA DOS ANJOS SOBRINHO:6388277993
638.827.799-34

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5

Data: 14/05/2026

DIRETOR PRESIDENTE

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eu, **EDUARDO VIEIRA ORFÃO,** brasileiro, administrador de empresas, financista e contador, divorciado, portador da cédula de identidade nº 9.622.397-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.230.628-84, com endereço comercial na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Tenente Djalma Dutra, nº 915, sala 602, Centro, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **BBM LOGÍSTICA S.A.** ("Companhia"), declaro que: a) revi o formulário de referência; b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos artigos 15 a 20; c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

PROJURIS
ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001, que institui a ICP-Brasil.

EDUARDO VIEIRA
ORFAO:02923062884
029.230.628-84

Emitido por: AC
SOLUTI Multipla v5

Data: 12/05/2026

Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.